



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2025 E PERSPECTIVAS PARA 2026

Uma Análise de Conjuntura

Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB – Padre Thierry Linard¹

30 de outubro de 2025

1. INTRODUÇÃO

Em documentos anteriores, utilizando uma expressão conhecida – “o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer” –, indicamos as mudanças profundas observadas na geopolítica mundial. Aqui, neste novo documento, apresentaremos elementos da realidade econômica, social, cultural e política que indicam a rápida transformação em que estamos imersos.

Apontamos também o conceito de policrise para definir a conjuntura pela interação de múltiplas crises – econômicas, ecológicas, sociais e geopolíticas – que se reforçam mutuamente, criando um estado de complexidade e incerteza sem precedentes. Assim, dois outros elementos são constantes em nossas análises:

¹ Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros e assessores da Conferência, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina (MA), Frei Jorge Luiz Soares da Silva – assessor de relações institucionais e governamentais da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (in memoriam), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Izete Pengo Bagolin – PUC/Rio Grande do Sul, Maria Cecília Pilla – PUC/Paraná, Jackson Teixeira Bittencourt – PUC/Paraná, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Ricardo Ismael – PUC/Rio, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, José Geraldo de Sousa Júnior – UnB e Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP). Este texto também contou com a colaboração de José Manoel da Mota Silveira – Assessor Regional de Migração, Refúgio e Apátridas da Cáritas Brasileira, Regional Nordeste 2, e Daniel Claudino Lins – Assessor Jurídico e de Incidência Política da Cáritas Brasileira, Regional Nordeste 2.





o fato de que tudo está interligado, como diria o Papa Francisco, e de que a incerteza é uma marca do contexto global.

Estamos chegando ao final do ano de 2025, em que vivenciamos o terror de um mundo conflagrado por dezenas de guerras e conflitos, entre as mais visíveis e impactantes as guerras na Ucrânia e na Palestina. Nesta última, mesmo com um plano de paz em andamento, ainda se verificam bombardeios em Gaza. Ano em que acompanhamos o início do Governo Trump e os conflitos gerados por sua ação nos EUA e no mundo. A Ásia e a China ocupando um papel central na economia mundial. Não é precipitado afirmar que o mundo unipolar está ruindo e novas alianças estão se formando.

O planeta segue na sua marcha irracional de ataques ao meio ambiente e o aquecimento global não é contido. Terminaremos o ano com a COP 30, em Belém (PA), e a necessidade de se buscar uma virada na política mundial em defesa da nossa casa comum.

No Brasil, estamos encerrando o ano, depois de sérios conflitos entre os poderes da República, da realização do importante julgamento do ex-presidente Bolsonaro e militares de altas patentes, e sua condenação por tentativa de golpe de Estado. O governo, depois de amargar momentos de queda na popularidade, está presenciando um momento de fortalecimento e alta na avaliação da opinião pública.

Este documento inicia pela análise da geopolítica global, que se apresenta como um tabuleiro em transição, no qual a disputa entre Estados Unidos e China organiza o sistema internacional e derruba a sensação de estabilidade herdada do pós-Guerra Fria. Em seguida, aborda os seguintes temas: os BRICS e novas articulações de poder no mundo; o governo Trump e as mudanças na política externa dos EUA; as guerras, os conflitos e a segurança internacional; as questões ambientais e climáticas. Numa segunda parte, a análise se detém no ambiente





interno brasileiro por meio de uma avaliação dos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

2. A GEOPOLÍTICA GLOBAL

2.1 EUA e China: competição estratégica

O crescimento acelerado da economia chinesa nas últimas décadas colocou holofotes sobre o tema do fim da hegemonia econômica norte-americana na economia mundial, desenhada e consolidada no período pós II Guerra, o que não se caracteriza por apenas de uma mudança do eixo hegemônico, mas sim do desenvolvimento de um ciclo muito diferente nas relações internacionais, envolvendo o Sul e o Norte Global.

São duas percepções geopolíticas bastante distintas que se contrapõem. De um lado, liderando o Norte Global, os Estados Unidos, após uma aparente vitória do capitalismo ocidental contra o socialismo soviético (fim da Guerra Fria), defendem os princípios do neoliberalismo, segundo os quais a prosperidade e a liberdade individual só seriam viáveis a partir do fim do controle das atividades econômicas e políticas por parte do Estado. Apesar de propor uma integração produtiva e tecnológica mundial, o sucesso de cada país é individual e não baseado na colaboração. Por outro lado, a China, liderando o Sul Global, mantendo o princípio de um Estado regulador e orientador forte, de cunho socialista, que valoriza a unidade nacional e a estabilidade institucional e social, mesmo adotando uma organização econômica capitalista, advoga a multipolaridade global, na qual, a convivência de diversos centros de influência possa permitir melhor equilíbrio do sistema econômico e político internacional e, portanto, sem uma liderança hegemônica global norte-americana como a observada até o momento.





Nestas estratégias, a China vem propondo atuações como o fortalecimento do BRICS, por meio da criação, em 2014, do Novo Banco de Desenvolvimento, que objetiva financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países emergentes, sem as fortes condicionalidades impostas pelo Banco Mundial e pelo FMI; a Nova Rota da Seda, em que fornecendo investimentos destinados à criação de infraestrutura em países parceiros, fortalece a integração e facilitam escoamento de seus excedentes produtivos e asseguram o fornecimento dos recursos de que necessita em seu processo produtivo; e o fortalecimento das economias vizinhas no leste asiático com a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) na Ásia-Pacífico. Além disso, em uma ampliação dos diálogos com seus parceiros do Sul Global, busca evidenciar as vantagens que uma organização política, institucional e econômica sob a égide de um estado forte pode trazer para um país que retirou da pobreza muitas centenas de milhões de pessoas em pouco tempo. O grande problema atual da atuação chinesa nas economias do Sul Global é a ausência de parceiros com estatura semelhante à sua, que permita efetivamente atuar em um ambiente multipolar e não hegemônico.

Por seu lado, os Estados Unidos, preocupados com a perda da hegemonia política e econômica mundial, buscam fortalecer sua economia doméstica, com o retorno às políticas nacionalistas e protecionistas observadas no passado, cujo desdobramento mais evidente são as justificativas oficiais para o autodenominado “Dia da Libertaçāo”, quando, por meio de um conjunto de medidas tarifárias e protecionistas, o presidente Donald Trump pretendeu libertar os EUA dos produtos estrangeiros, numa reedição do que já havia feito, em menor escala, em seu primeiro mandato. No discurso oficial, os objetivos com tais medidas eram: a) reduzir os déficits comerciais persistentes; b) repatriar atividades industriais que haviam saído do país; c) criar empregos; d) modernizar a indústria americana; e e) reduzir impostos por aumento das receitas. No entanto, o que se percebeu é que





na ânsia de fortalecimento da economia norte-americana, o protecionismo proposto ocorreu muitas vezes à custa de seus próprios parceiros estratégicos do Norte Global. Paralelamente, o país busca reforçar seu domínio no campo do soft power, isto é, da diplomacia, da cultura, da inovação tecnológica e da manutenção de um dólar como moeda de referência no sistema de compensações internacionais, aliado a uma capacidade bélica ainda muito superior a qualquer outra no mundo². Por outro lado, ao provocar intensa guerra tarifária, percebe-se que o objetivo final não está no comércio internacional, mas sim na busca de conter a expansão chinesa e a preservação dos valores associados à preservação da hegemonia norte-americana no cenário mundial.

Em termos comparativos mais recentes, os EUA foram responsáveis por 26,4% do PIB mundial nominal em 1993, ampliaram sua participação para 30,3% em 2000, mas retornaram a 26,4% em 2024. Nos mesmos anos, a economia chinesa ampliou sua participação de 1,7% em 1993, para 3,6% em 2000 e 17,0% em 2024. Por outro lado, se em termos nominais o PIB norte-americano foi 55% maior que o chinês em 2024, em termos reais³ a magnitude dessa diferença reduz-se para 25,8%. Já, se medido em paridade poder de compra (PPC)⁴, o PIB chinês é superior ao dos EUA (19,3% e 14,8%, respectivamente).

No comércio internacional, a participação dos dois países no total mundial cresceu entre 2000 e 2024. No entanto, enquanto as exportações norte-americanas que representavam 11,1% do total em 2000 subiu para 13,1% em 2024, as chinesas evoluíram de 4,0% para 14,2% no mesmo período. Complementarmente, enquanto

² A China tem expandido constantemente seus gastos militares, respondendo, em 2024, por 12% de todo o gasto neste segmento feito no mundo, segundo o Stockholm International Peace Research Institute (Sipri). No entanto, os Estados Unidos ainda têm, de longe, o maior orçamento militar, responsável por 37% do total neste ano.

³ Calculado após correção da taxa de câmbio pelos diferenciais de inflação entre os dois países.

⁴ O valor do PIB medido em PPC é relevante apenas para efeito interno do poder de compra dos habitantes de cada país, face a seu custo de vida. Nas relações internacionais de intercâmbio o PIB nominal é mais adequado para efeito de comparações dentro do mesmo ano, entre economias ou quando comparadas a outros fluxos monetários.





em 2024 os EUA registraram um déficit comercial com o mundo de quase US\$ 1 trilhão, a China realizou o mesmo valor, mas como superavit comercial. Estes comportamentos evidenciam que enquanto o comércio internacional atua como grande propulsor do crescimento econômico na China, nos EUA o foco recai sobre o consumo, permitido pela elevada renda per capita de sua população. Importante anotar que o investimento tem consistido em outro elemento fundamental para o crescimento econômico nos dois países.

Como resposta ao aumento de tarifas sobre importações norte-americanas provenientes da China, que atingiu, em média, 145% em outubro de 2025, quando foi anunciada uma nova tarifa de 100%, o governo chinês aumentou suas tarifas sobre importações provenientes dos Estados Unidos em até 125%. No entanto, além da resposta com aumento de tarifas, a China impôs sanções contra empresas dos EUA e restrições a exportações de produtos considerados críticos por ela. Após o anúncio dessa nova tarifa, a partir de novembro, a China incluiu novos elementos à lista de controle de exportações, aumentou a vigilância sobre usuários de semicondutores e incluiu dezenas de tecnologias de refino na lista de restrições⁵. Uma vez que o país processa mais de 90% das chamadas terras raras⁶ e dos imãs de terras raras no mundo, teria como exigir que os demais produtores estrangeiros, que usam materiais chineses observem as regras estabelecidas pelo país de restringir o acesso a elas pelas empresas norte-americanas.

2.2 BRICS e novas articulações de poder

⁵ Portal G1. China chama tarifas de Trump de 'hipócritas' e ameaça resposta aos EUA: 'Não temos medo de brigar'. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/10/12/china-chama-tarifas-de-trump-de-hipocritas-e-ameaca-resposta-aos-eua-nao-temos-medo-de-brigar.ghtml>. Acessado em: 17 out. 2025.

⁶ As terras raras são um grupo de 17 elementos químicos encontrados em abundância em vários países. A maioria desses minerais está concentrada em dois pontos: na China e no Brasil. São imprescindíveis para a indústria e estão presentes em tecnologias de ponta, como chips para celulares e computadores.





O neoliberalismo se consolidou a partir dos anos 1980 como um conjunto de ideias e práticas que defendiam mercados livres, privatizações, desregulamentação, corte de impostos sobre o capital e redução do poder dos sindicatos. A promessa era simples: ao libertar os mercados da interferência estatal, a economia recuperaria dinamismo e crescimento.

Mas, na prática, ocorreu o contrário. Esse modelo fortaleceu ainda mais os grandes monopólios, reduziu o investimento produtivo e direcionou a riqueza para atividades financeiras, aprofundando a desigualdade social. O capitalismo se tornou cada vez mais rentista: grandes corporações passaram a extraír lucros principalmente pela posse de ativos e rendas, e não pela inovação produtiva. Assim, o que se vendeu como liberdade de mercado acabou sendo liberdade para o capital monopolista, que, inclusive, reduziu sua capacidade de gerar crescimento econômico sustentado.

Vale lembrar que o crescimento robusto do pós-Segunda Guerra Mundial – a chamada “Era de Ouro” – não se deveu ao neoliberalismo. Ele resultou da combinação de Estados de bem-estar keynesianos nos países ricos, do dinamismo das economias socialistas e das estratégias de desenvolvimento nacional em alguns países periféricos. Essas experiências provaram que políticas de Estado, planejamento e proteção social eram os fatores que sustentavam o crescimento. Quando o neoliberalismo substituiu esse arranjo, o que se viu foi baixo crescimento, queda nos investimentos e aumentos da desigualdade social e da instabilidade financeira.

Sob a bandeira do neoliberalismo, os Estados Unidos procuraram consolidar e ampliar sua hegemonia mundial. Ao defender a abertura irrestrita dos mercados e o livre-comércio, Washington não estava apenas promovendo um ideal abstrato de eficiência econômica, mas estava, de fato, impondo ao restante do mundo um





conjunto de regras que garantiam a primazia das suas corporações, bancos e tecnologias.

A lógica era clara, enquanto países em desenvolvimento ainda precisavam de políticas industriais, subsídios, proteção tarifária e investimentos estatais para construir sua base produtiva, os EUA já tinham alcançado maturidade tecnológica e escala industrial. Nesse contexto, a imposição do livre-comércio funcionava como um mecanismo de bloqueio. Como mostra o economista Ha-Joon Chang em *Chutando a Escada*⁷, as potências que pregavam a liberalização dos mercados só chegaram ao topo porque usaram políticas de proteção e planejamento em sua própria trajetória de industrialização. Depois de subir a escada do desenvolvimento, “chutaram-na” para que outros países não pudessem segui-los.

Assim, o neoliberalismo foi menos um “retorno” ao dinamismo do mercado e mais uma estratégia geopolítica. Ao enfraquecer a capacidade dos Estados nacionais de planejar e investir, minou a soberania econômica do Sul Global. Ao mesmo tempo, fortaleceu o poder dos monopólios e do capital financeiro com base nos EUA, que passaram a controlar fluxos de capitais, redes de tecnologia e até mecanismos de coerção econômica, como sanções, bloqueios e o uso do dólar como arma geopolítica.

Ao longo das décadas seguintes, o neoliberalismo mostrou sua outra face. A financeirização global e a busca incessante por lucros de curto prazo levaram as corporações a transferirem suas fábricas para regiões de baixos salários. Manter a produção nos Estados Unidos ou na Europa era caro, sobretudo diante de sindicatos fortes e legislações ambientais rígidas. Na China e em outros países asiáticos, as empresas encontraram o que buscavam, custos reduzidos, infraestrutura crescente e governos dispostos a receber investimentos estrangeiros.

⁷ Chang, Há-Joon, *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, São Paulo, Editora UNESP, 2004.





Ao mover a produção para países onde a mão de obra era abundante e barata, e onde as normas ambientais e trabalhistas eram mais frágeis, as corporações maximizavam margens de lucro e respondiam às exigências de curto prazo impostas pelo capital financeiro.

Essa financeirização inverteu prioridades. Em vez de reinvestir no setor produtivo, os lucros eram canalizados para dividendos, recompras de ações e especulação financeira. Nesse contexto, a produção industrial passou a ser vista como um custo a ser reduzido, e não como uma fonte central de dinamismo econômico. Transferir fábricas para o exterior era a forma mais imediata de elevar rentabilidade e satisfazer os acionistas.

A globalização das cadeias de valor deu a esse processo um verniz de rationalidade econômica. Os defensores do neoliberalismo afirmavam que cada país deveria se especializar de acordo com sua “vantagem comparativa”. Na prática, isso significou que os países centrais abandonaram setores industriais considerados tradicionais, mantendo o controle sobre tecnologia, design, patentes e finanças, enquanto terceirizavam a manufatura para países periféricos. Assim, mesmo descentralizando a produção, conservaram os pontos mais lucrativos da cadeia global.

Esse movimento teve ainda uma dimensão política interna. Ao transferir a produção para fora, as corporações minaram a força dos sindicatos nos países centrais, que historicamente haviam conquistado melhores salários e proteção social. Com menos empregos industriais e maior dispersão do trabalho, a capacidade de resistência dos trabalhadores foi enfraquecida, o que consolidou o poder do capital rentista.

Mas a China não se limitou a “receber fábricas”. Sob a liderança do Estado, transformou-se em um gigantesco laboratório de aprendizado tecnológico. Exigiu transferência de conhecimento, impôs joint ventures com empresas nacionais e usou o investimento externo para modernizar sua indústria. Em poucas décadas,





passou de plataforma de exportação de produtos baratos a potência industrial, dominando setores estratégicos como energia, telecomunicações, veículos elétricos e inteligência artificial.

Esse avanço alterou o equilíbrio global. Enquanto a financeirização corroía as bases produtivas do Ocidente, a industrialização chinesa consolidava um novo polo de poder. A globalização, que deveria eternizar a supremacia americana, acabou fortalecendo um rival que hoje disputa mercados, tecnologias e até padrões de governança.

É nesse cenário que emerge a reorganização geopolítica simbolizada pelo BRICS. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul encontraram um ponto em comum: a recusa em aceitar passivamente as regras impostas pelo neoliberalismo global. Cada um viveu, à sua maneira, os efeitos perversos do modelo. O Brasil experimentou uma desindustrialização precoce e crescente dependência financeira; a Rússia, o colapso social dos anos 1990 sob as reformas impostas por consultores ocidentais; a Índia viu crescer sua desigualdade interna apesar do dinamismo econômico⁸; e a África do Sul continuou prisioneira de uma estrutura produtiva marcada pelo legado do apartheid⁹. Nesse contexto, a China apresentava-se como prova de que resistir integralmente à cartilha neoliberal era

⁸ Após adotar políticas de liberalização e abertura inspiradas no neoliberalismo, a economia indiana cresceu em média acima de 6% ao ano, impulsionada pelos setores de tecnologia e serviços. Contudo, esse crescimento concentrou-se em grandes centros urbanos e beneficiou camadas médias e altas, sem transformar de modo significativo as condições de vida da maioria rural e informal. O resultado foi um modelo dual: um país com polos tecnológicos de ponta (como Bangalore ou Hyderabad), mas com vastas áreas marcadas por pobreza, desemprego e exclusão social. A liberalização, portanto, aprofundou desigualdades já existentes e limitou a capacidade do Estado indiano de promover desenvolvimento equilibrado e inclusão social.

⁹ Mesmo após o fim do regime segregacionista em 1994, a concentração de renda, terra e capital permaneceu sob controle de uma elite restrita, majoritariamente branca, enquanto a maioria negra permaneceu à margem dos benefícios do crescimento. A transição democrática, embora tenha ampliado direitos políticos, não se traduziu em transformação econômica estrutural. Nos anos 2000, a adoção de políticas de orientação neoliberal — com privatizações, corte de gastos públicos e abertura financeira — reforçou essa dependência histórica, limitando a capacidade do Estado de reduzir desigualdades e gerar empregos. Assim, a África do Sul continuou prisioneira de um modelo extractivista e financeirizado, vulnerável às flutuações externas e com fortes tensões sociais internas.





possível e até necessário para alcançar crescimento sustentado e melhorar as condições de vida de sua população.

Com o tempo, o BRICS deixou de ser apenas um acrônimo criado por um banco de investimento e passou a representar uma agenda política. O bloco busca uma ordem multipolar, menos dependente do dólar e mais sensível à soberania dos Estados diante do capital global. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), sediado em Xangai, é um dos símbolos dessa ambição: financiar projetos de infraestrutura e transição energética sem as condicionalidades impostas por FMI e Banco Mundial.

Se o neoliberalismo foi a estratégia que os EUA usaram para consolidar sua hegemonia em um mundo unipolar, o desenvolvimento da China e a articulação do BRICS representam a resposta histórica que questiona e desafia essa supremacia.

A guerra econômica desencadeada pelos Estados Unidos contra a China e a Rússia é, em grande medida, uma reação direta a esse processo que o próprio neoliberalismo ajudou a criar. A China não apenas se tornou a “fábrica do mundo”, como passou a disputar setores estratégicos antes monopolizados pelo Ocidente: semicondutores, telecomunicações, inteligência artificial, energias renováveis, biotecnologia.

A Rússia é, também, um caso emblemático nesse processo. Nos anos 1990, ao aplicar reformas neoliberais radicais, o país viveu uma queda brutal do PIB, colapso de instituições, empobrecimento da população e até redução da expectativa de vida¹⁰. A partir dos anos 2000, iniciou-se um processo de estabilização, a partir da reestatização parcial de setores estratégicos e do

¹⁰ National Center for Biotechnology Information (NCBI). Effects of social and environmental stress on health outcomes. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9508159/>. Acesso em: 29 out. 2025.





fortalecimento do complexo energético. Com o agravamento das sanções internacionais a partir de 2014, a Rússia passou a adotar políticas cada vez mais voltadas para o desenvolvimento interno e hoje, o país direciona suas alianças principalmente para a Eurásia, reforçando vínculos estratégicos com a China.

Nesse sentido, a hostilidade crescente do Ocidente, materializada na expansão da OTAN e nas ampliações de sanções, teve como pano de fundo não apenas questões geopolíticas imediatas, mas também a percepção de que Moscou estava abandonando a cartilha neoliberal e fortalecendo vínculos com o bloco emergente dos BRICS.

Nesse cenário de disputa pela hegemonia global, os Estados Unidos recorreram a instrumentos de coerção econômica que vão muito além das disputas comerciais tradicionais. Tarifas sobre produtos chineses, bloqueios a cadeias de semicondutores, restrições a empresas como Huawei, congelamento de reservas soberanas da Rússia, exclusão de bancos do sistema SWIFT e ataques diretos a setores energéticos são manifestações de uma mesma lógica: impedir que a China e a Rússia consolidem-se como polos alternativos de poder capazes de oferecer ao mundo uma ordem multipolar.

Impossibilitado de competir em pé de igualdade no terreno produtivo – já que a financeirização corroeu sua própria indústria —, os EUA recorrem cada vez mais à guerra econômica como forma de preservar vantagens relativas. Mas esse recurso tem um efeito colateral perigoso: ao transformar o dólar, o sistema financeiro ocidental e até as cadeias de suprimentos em armas políticas, Washington acelera a busca de alternativas. E é justamente nesse vácuo que o BRICS encontra espaço para se afirmar como projeto de reorganização da economia mundial.

Em 2025, com a entrada de países-chave produtores de petróleo e gás, como Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes Unidos, o bloco aumentou ainda mais o seu peso em setores estratégicos da economia global. Esses novos membros, ao





lado de Rússia e Brasil – também grandes produtores de energia —, transformaram o BRICS em uma verdadeira potência energética mundial.

O impacto dessa configuração é imediato: juntos, os países do BRICS ampliaram a concentrar parcela significativa das reservas globais de petróleo, gás natural e minerais estratégicos. Com o domínio sobre um recurso vital e ainda insubstituível no curto prazo, esses países encontram maior margem para negociar contratos bilaterais em moedas locais, reduzindo a dependência do dólar. Essa mudança já vinha sendo ensaiada nas trocas comerciais entre Rússia, China e Índia, mas ganha escala com a adesão de grandes exportadores de hidrocarbonetos.

Esse movimento não apenas consolida o BRICS como um polo estratégico da economia global, mas também revela que o eixo de poder econômico e energético pode estar se deslocando para fora do núcleo tradicional do Atlântico Norte.

2.3 A Europa diante da geopolítica global

A posição da Europa no cenário internacional revela-se cada vez mais ambígua e marcada por tensões tanto internas quanto externas. O continente permanece preso a uma contradição estrutural: de um lado, a aliança estratégica com os Estados Unidos, consolidada no pós-Segunda Guerra Mundial e reforçada pela OTAN; de outro, a necessidade de manter relações econômicas estáveis com potências como a China e a Rússia.

Os EUA pressionam continuamente para que os países europeus sigam sua agenda de segurança, apoiando sanções, aumentando gastos militares e ampliando a presença da OTAN em áreas sensíveis, sobretudo no Leste Europeu. Entretanto, grande parte da competitividade da indústria europeia depende das cadeias de comércio com a China, e até recentemente, a segurança energética





do continente estava fortemente vinculada ao fornecimento de petróleo e gás russos. Essa tensão entre segurança e economia expõe a fragilidade de uma Europa que busca afirmar “autonomia estratégica”, mas que ainda depende dos Estados Unidos em temas decisivos.

As pressões externas se combinam a crises internas. Um dos desafios mais visíveis é o aumento das migrações oriundas da África e do Oriente Médio, alimentadas por guerras civis, crises humanitárias e mudanças climáticas, que agravam a escassez de água, alimentos e empregos nessas regiões. A chegada de grandes contingentes de migrantes e refugiados tem colocado à prova a capacidade de acolhimento e integração dos países europeus. Esses fluxos populacionais não apenas desafiam as políticas sociais e de fronteira, mas também se convertem em combustível político para forças de extrema-direita. Partidos nacionalistas e xenófobos exploram o medo social e a percepção de insegurança cultural para fortalecer discursos contrários à União Europeia, questionando princípios de solidariedade, multilateralismo e até mesmo valores democráticos. O resultado tem sido o avanço de governos ou coalizões eurocéticas em países-chave, fragilizando o núcleo de consenso que sustentava o projeto europeu.

Paralelamente, a própria integração europeia atravessa um momento delicado. As divergências entre Estados-membros em relação a políticas fiscais, climáticas, migratórias e de segurança dificultam a construção de consensos. Países mais ricos do Norte e do centro resistem a ampliar mecanismos de solidariedade financeira com membros mais frágeis do Sul ou do Leste, enquanto governos nacionalistas se recusam a seguir regras comuns sobre migração e direitos humanos. O debate sobre o alargamento da União Europeia para incluir novos países – especialmente os Balcãs Ocidentais e, mais recentemente, a Ucrânia e a Moldávia – expõe uma contradição estrutural: a integração avança em extensão geográfica, mas encontra dificuldades em aprofundar sua coesão política e institucional.





Ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de reformas institucionais capazes de tornar a tomada de decisões mais ágil e eficiente. O modelo de voto por unanimidade no Conselho da União Europeia, por exemplo, frequentemente paralisa iniciativas importantes em áreas de política externa e segurança, pois qualquer país pode vetar resoluções estratégicas. Contudo, propostas de mudança enfrentam forte resistência, uma vez que alterariam o equilíbrio de poder entre Estados-membros e colocariam em questão a soberania nacional de países menores.

Dessa forma, a Europa vive sob pressões cruzadas. De um lado, a dependência militar em relação aos Estados Unidos, que garante proteção, mas limita a margem de autonomia e, de outro, a interdependência econômica com a China, vital para setores industriais e tecnológicos. A ruptura com a Rússia, agravada após a guerra na Ucrânia e a imposição de sucessivas rodadas de sanções, elevou os custos energéticos e colocou em xeque a competitividade de segmentos fundamentais, como a indústria química e metalúrgica alemã. Internamente, o avanço do nacionalismo, a crise migratória e as dificuldades de coesão institucional alimentam um quadro de crescente contestação política.

Mas, apesar dessa perda de protagonismo geopolítico, a Europa ainda exerce influência considerável por meio de seu chamado *soft power*. A continente projeta poder normativo ao estabelecer padrões globais em áreas como regulação ambiental, políticas digitais, proteção de dados, direitos humanos e regras de mercado. Muitas vezes, normas definidas em Bruxelas tornam-se referência internacional, funcionando como instrumentos de poder indireto que compensam parcialmente a diminuição de peso militar e estratégico.

Diante desse quadro, o continente que, no passado, figurava como um dos polos centrais da ordem mundial, hoje enfrenta a realidade de ser um espaço disputado. De um lado, é pressionado por Washington a alinhar-se plenamente à sua agenda geopolítica; de outro, vê-se cada vez mais atraído por parcerias





econômicas com a Ásia, sobretudo com a China. No meio dessa encruzilhada, a União Europeia precisa lidar com suas próprias contradições internas e com a crescente percepção de perda de relevância global. A ambição de projetar-se como um ator independente no sistema internacional convive, portanto, com a dependência de forças externas, a fragmentação interna e a erosão de legitimidade que fragilizam sua posição no tabuleiro da geopolítica contemporânea.

2.4 Governança global em crise

Depois da retirada de Donald Trump da 51ª Cúpula do G7, em Kananaskis, no Canadá, e da aceitação europeia das exigências americanas na 38ª Cúpula da OTAN, realizada na cidade Haia, na Holanda, o presidente norte-americano recebeu em sua casa particular o primeiro-ministro britânico, Sir Keir Starmer, ao qual negou o pedido de revisão da tarifa de 50% que o próprio Donald Trump havia imposto às exportações inglesas de aço e o alumínio ingleses para o mercado norte-americano.

Logo em seguida, recebeu a Sra. Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, e lhe impôs um “acordo comercial” extremamente desfavorável. Pelo novo “acordo”, a União Europeia comprometeu-se a “zerar” as tarifas alfandegárias de todas as importações industriais dos EUA, e aceitou a imposição de uma tarifa linear de 15% sobre todas suas exportações para o mercado norte-americano.

Além disso, a União Europeia comprometeu-se a comprar U\$ 750 bilhões de gás liquefeito, petróleo e energia nuclear produzidos nos EUA, aceitando investir U\$ 600 bilhões, até 2028, em setores estratégicos da economia estadunidense. Por fim, jurou não taxar as redes sociais americanas, um tema sobre o qual Donald Trump vem insistindo constantemente. E o pedido dos europeus, com relação à tarifa de





50% sobre seu aço e alumínio, foi jogado para algum momento indeterminado do futuro.

Assim, se somarmos os termos desse “acordo comercial” ao compromisso assumido na reunião de Haia pelos países europeus da OTAN – de gastar 5% de seus orçamentos anuais em defesa, e a maior parte deste valor na compra de armamentos norte-americanos –, podemos concluir, sem nenhum exagero, que a Europa acabou de aceitar e assumir plenamente, em 2025, sua condição de submissão aos EUA.

De forma paralela, e um pouco antes desses acontecimentos na Escócia, o governo americano anunciou sua decisão, absolutamente unilateral, de impor uma tarifa linear de 50% sobre todos os produtos brasileiros exportados para os EUA. Uma sanção econômica sem nenhum motivo comercial, porque o Brasil é deficitário no comércio com os EUA há muitos anos, como todos sabem e já disseram reiteradas vezes.

Por outro lado, o motivo alegado por Donald Trump – em defesa do ex-presidente brasileiro que foi condenado pela tentativa de um golpe de Estado e um plano de assassinato de seus adversários – também parece ser muito artificial e forçado, uma vez que a figura desse ex-presidente é inteiramente irrelevante do ponto de vista do projeto global do governo estadunidense.

Tudo indica que a verdadeira motivação do ataque americano contra o Brasil seja uma retaliação contra a política externa do governo brasileiro de aproximação com a China e de liderança dentro do grupo do BRICS. E talvez, ainda mais de retaliação contra a posição brasileira de denúncia do genocídio da população palestina da Faixa de Gaza, por parte do governo de Israel.

Por fim, cabe observar que, neste momento, após a rendição incondicional aos EUA, vários governos europeus enfrentam uma impopularidade crescente, enquanto a economia europeia afunda cada vez mais na recessão ou estagnação prolongada, e a economia brasileira segue crescendo. E em agosto,





um mês depois do tarifaço de Donald Trump, o Brasil viu suas exportações para os EUA terem uma queda natural de 18,5%, mas o comércio exterior brasileiro, como um todo, registrou um superávit de U\$ 6,1 bilhões – um aumento de 35,8% em relação ao mesmo período de 2024 – e as próprias exportações cresceram 3,9%, totalizando U\$ 29,86 bilhões.

No outro lado do planeta, na abertura da Cúpula da OCX (Organização para Cooperação de Xangai), e frente aos seus convidados da Praça Celestial, o primeiro-ministro Xi Jinping fez dois pronunciamentos propondo a criação de uma nova ordem mundial baseada na igualdade, na consulta mútua, no respeito pela diversidade das civilizações e na busca do desenvolvimento econômico e na luta conjunta por um futuro compartilhado. Criticou veementemente todo tipo de “hegemonismo” e “política de força”, numa referência velada ao “supremacismo europeu” e à linguagem utilizada constantemente por Donald Trump e seu grupo de governo.

Xi Jinping foi mais além e propôs diretamente a “iniciativa de uma nova governança mundial”, baseada em cinco princípios fundamentais: (i) o respeito pela soberania de todos os Estados, independentemente de sua força; (ii) o respeito ao direito internacional; (iii) a prática igualitária de um multilateralismo renovado; (iv) a criação de uma ordem voltada para a proteção e desenvolvimento das pessoas, na sua condição universal de seres humanos, e não apenas de indivíduos; e por fim, (v) a adoção de medidas concretas e imediatas, com o objetivo último de obter a paz entre os povos baseada no desenvolvimento conjunto e cooperativo de todos, sem nenhum tipo de dominação e colonialismo.

2.5 A nova ordem mundial e os limites à democracia liberal

Em 2025, Donald Trump tem ocupado a primeira página dos principais jornais do mundo, praticamente todos os dias e semanas, com seu hiperativismo midiático





e todo o tipo de decisões e iniciativas surpreendentes, unilaterais e arbitrárias na maioria dos casos. Muitas delas, inclusive, não foram implementadas ou nunca existiram. E outras tantas criaram enorme barulho, mas depois ficaram pelo meio do caminho. É o caso de seu anúncio da anexação do Canadá e da Groenlândia ao território dos EUA, ou suas bravatas em relação às guerras da Ucrânia e de Gaza.

Por trás da aparência de caos, há, no entanto, uma engrenagem internacional disciplinada, operando com objetivos claros e articulada por think tanks ultraconservadores, como a Heritage Foundation. Documentos como o Project 2025 e o Project Esther são faces complementares dessa estratégia. O primeiro organiza um manual para a captura do aparelho de Estado; o segundo mobiliza pânicos morais enraizados em interpretações religiosas. Ambos se apoiam em redes transnacionais que conectam igrejas, partidos, agências de desinformação.

O objetivo é reconfigurar as democracias liberais, submetendo o Estado a uma moral religiosa conservadora, restringindo direitos civis e reinstalando uma ordem social hierarquizada sob o pretexto da defesa da liberdade. Nos EUA, o Project 2025 propõe demissões em massa no serviço público, substituindo técnicos por militantes ideológicos, a fusão ou extinção de agências ambientais e educacionais, a imposição do nacionalismo cristão como doutrina oficial, o uso do Insurrection Act de 1807 para reprimir protestos e o desmonte de políticas de diversidade e inclusão.

Algumas medidas foram testadas no governo Trump, como a saída do Acordo de Paris e os cortes em agências reguladoras. Práticas semelhantes se expressaram no aparelhamento de órgãos públicos, no ataque a instâncias de controle e na disseminação sistemática do ódio e da desinformação.

A engrenagem não se restringe ao EUA. Ela conecta-se em eventos como as Conferências de Ação Política Conservadora, que reúnem líderes como Viktor Orbán, Giorgia Meloni, Santiago Abascal e Javier Milei em torno de uma





internacional autoritária que compartilha métodos e recursos simbólicos. Um alvo central é a produção de conhecimento crítico. A ofensiva anticiência desqualifica universidades, cientistas e educadores, promovendo teorias conspiratórias sobre globalismo, vacinas e clima. Pretende não apenas privatizar a educação, mas colonizar os currículos com dogmas, esvaziando as humanidades e enfraquecendo a capacidade de questionar o estabelecido.

Esse discurso confere uma pretensa superioridade moral às alianças entre fé e mercado político, criando justificativas religiosas para agendas autoritárias. No Brasil, esse roteiro ganhou expressão simbólica. O patrimônio cívico foi sequestrado e convertido em estandartes de guerra cultural. A bandeira verde e amarela passou a ser usada ao lado das flâmulas de Israel e dos EUA, compondo uma iconografia que associa nacionalismo à religiosidade e à subordinação geopolítica.

Um aspecto adicional precisa ser destacado: o “método” não reside apenas nas instituições formais, mas também no ecossistema digital. Plataformas como Facebook, Twitter/X, YouTube e TikTok se consolidaram como canais de difusão de pânico moral e mobilização militante. Controlados por poucas big techs, seus algoritmos amplificam conteúdos polarizadores e premiam a desinformação e o discurso de ódio.

A disputa não ocorre apenas no Congresso ou nas ruas, mas no espaço digital. Campanhas como o Brexit, a eleição norte-americana de 2016 e os disparos em massa no WhatsApp em 2018 no Brasil inauguraram uma era em que a manipulação das redes digitais é parte central do roteiro global. Nesse contexto, a aliança recente entre CEOs das big techs e a extrema-direita não é contingente, mas estratégica: redefine a esfera pública ao flexibilizar a moderação, amplificar o extremismo e contornar regulações.

O resultado é um espaço assimétrico, onde algoritmos e infraestrutura privada se transformam em armas políticas, fragilizando a democracia, a ciência





e as soberanias nacionais. O que está em jogo vai além de eleições. É a própria estrutura democrática da vida pública que se encontra sob ataque. Universidades, imprensa, agências reguladoras, direitos de minorias e o princípio da igualdade perante a lei são alvos preferenciais. A soberania nacional também é corroída, seja pelo alinhamento automático a interesses externos, pelo negacionismo climático ou pelo armamentismo travestido de nacionalismo. O resultado é um projeto de submissão sob a aparência de independência.¹¹

2.6 Guerras, conflitos e segurança internacional

A guerra deflagrada na Ucrânia em 2022 não pode ser entendida como um episódio isolado, restrito a disputas territoriais no Leste Europeu. Ela constitui o ponto culminante de uma contradição estrutural aberta em 1991, com o colapso da União Soviética e a permanência da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Ao invés de dissolver-se, como aconteceu com seu adversário histórico, o Pacto de Varsóvia, a OTAN expandiu-se continuamente em direção ao leste europeu, aproximando-se das fronteiras russas e transformando-se, aos olhos de Moscou, em símbolo de uma promessa não cumprida.

A expectativa da consolidação de uma “casa comum europeia”¹², defendida por Gorbachev, foi substituída por uma ordem hierárquica na qual a Rússia ficou marginalizada e que, em vez de consolidar a paz, alimentava ressentimentos e criava as condições para um conflito futuro.

¹¹ Le Monde Diplomatique Brasil. Big Techs desafiam a democracia e favorecem a extrema direita. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/big-techs-desafiam-a-democracia-e-favorecem-a-extrema-direita/>. Acesso em: 29 out. 2025.

¹² Revista A Terra é Redonda. Da Casa Comum à nova cortina de ferro. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/da-casa-comum-a-nova-cortina-de-ferro/>. Acesso em: 29 out. 2025.





Essas circunstâncias ajudam a explicar por que qualquer tentativa de negociação enfrenta obstáculos quase intransponíveis. Para a Rússia, a guerra é condição mínima para impedir a adesão da Ucrânia à OTAN e assegurar uma esfera de influência que lhe garanta profundidade estratégica. Depois da anexação da Crimeia em 2014 e da incorporação de regiões do Donbass em 2022, recuar significaria aceitar uma derrota estratégica de longo prazo, algo inconcebível para um Estado que se entende como potência global. A Ucrânia, por sua vez, não aceita qualquer acordo que implique perda permanente de território ou reconhecimento da ocupação russa. Para Kiev, ceder nesse ponto equivaleria a negar a própria soberania e aceitar que a força militar altere fronteiras. Já para a Europa, a guerra representa uma ameaça direta à estabilidade continental; concessões à Rússia abririam precedentes perigosos capazes de fragilizar o sistema europeu como um todo.

A dificuldade para alcançar a paz, no entanto, não se limita a esses objetivos regionais incompatíveis. O conflito foi absorvido pela disputa pela hegemonia global. Giovanni Arrighi (2008)¹³, ao discutir os ciclos de hegemonia, já indicava que a ascensão de novos centros produtivos e financeiros tende a gerar tensões sistêmicas e guerras de transição hegêmônica. É nesse quadro que a guerra da Ucrânia se insere: para os EUA, enfraquecer a Rússia significa impedir sua convergência com a China, como parte do esforço para preservar a sua própria hegemonia. Para Pequim, ao contrário, o conflito expõe os limites da liderança americana e oferece a oportunidade de apresentar-se como mediadora alternativa, sobretudo junto ao Sul Global, que observa com desconfiança o uso de sanções e do dólar como instrumentos de coerção.

¹³ ARRIGHI, G., Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI, São Paulo, Boitempo, 2008.





Nesse cenário, as propostas de paz enfrentam o dilema da segurança descrito por Robert Jervis (1978)¹⁴: nenhuma das partes acredita que o outro cumprirá compromissos no futuro. Moscou exige garantias de que a Ucrânia jamais integrará a OTAN; os Estados Unidos e a aliança atlântica consideram que tal concessão seria premiar a agressão e enfraquecer sua posição internacional; e a China procura apresentar planos de congelamento das linhas de frente, que são rejeitados pelo Ocidente como excessivamente favoráveis à Rússia. O resultado é um impasse em que o custo de prolongar a guerra parece menor do que o de ceder em pontos considerados existenciais.

A dimensão econômica amplia o confronto. O Ocidente recorre a sanções financeiras e tecnológicas para isolar Moscou, mas esse movimento tem acelerado a criação de alternativas em moedas locais e instituições paralelas no âmbito dos BRICS. A Rússia procura reposicionar-se como potência energética junto à China, Índia e Oriente Médio, enquanto Pequim aproveita o conflito para fortalecer cadeias produtivas e ampliar investimentos na Nova Rota da Seda. Nesse sentido, a crise da hegemonia americana vai abrindo espaço para que novos polos disputem não apenas mercados, mas também as regras do jogo internacional. É justamente essa sobreposição de níveis – regional e sistêmico – que explica por que um cessar-fogo dificilmente resolverá as causas profundas da guerra.

A cúpula realizada no Alasca em agosto de 2025 entre Donald Trump e Vladimir Putin chegou a ser interpretada por muitos como uma luz no fim do túnel em meio à guerra da Ucrânia. Pela primeira vez desde o início do conflito, um presidente norte-americano e o líder russo sentaram-se frente a frente em solo ocidental para discutir saídas diplomáticas, o que gerou a expectativa de que algum tipo de cessar-fogo ou compromisso inicial pudesse ser firmado. No entanto o encontro terminou sem resultados concretos. As declarações públicas foram

¹⁴ JERVIS, R. Cooperation under the Security Dilemma. *World Politics*, v. 30, n. 2, pp. 167-214, The Johns Hopkins University Press, 1978.





genéricas, limitadas a reconhecer que houve uma “conversa produtiva”, mas nenhuma medida tangível foi anunciada.

Enquanto a diplomacia se mostrou incapaz de produzir avanços, a resposta europeia materializou-se em outra direção: a remilitarização. Países que durante décadas haviam reduzido seus orçamentos de defesa voltaram-se para a lógica do rearmamento acelerado. A Alemanha anunciou fundos extraordinários de centenas de bilhões de euros para modernizar suas forças armadas; a Polônia transformou-se no país que mais gasta proporcionalmente em defesa no continente; a Suécia e a Finlândia, antes neutras, aderiram à OTAN; e até nações tradicionalmente avessas a aventuras militares, como a Holanda e a Dinamarca, ampliaram seus orçamentos bélicos.

Os Estados Unidos desempenham papel decisivo nesse processo. Desde o início da guerra, Washington não apenas liderou o envio de armamentos e o regime de sanções contra Moscou, como também passou a pressionar sistematicamente os países europeus a aumentarem seus gastos militares para, no mínimo, 5% do PIB – meta formal da OTAN. Essa pressão combina argumentos de segurança, segundo os quais a Europa precisa assumir maior responsabilidade por sua própria defesa, com interesses econômicos claros, já que grande parte dos armamentos adquiridos pelos europeus provém da indústria bélica norte-americana. O resultado é uma contradição profunda: em nome da autonomia estratégica, a União Europeia acelera sua militarização, mas ao mesmo tempo se torna ainda mais dependente da tecnologia, da logística e do suprimento militar dos Estados Unidos.

Assim, o conflito, longe de se encaminhar para um desfecho negociado, segue alimentando uma dinâmica de rearmamento que transforma o continente europeu em um novo polo de militarização, sob incentivo explícito de Washington. Se a diplomacia não consegue romper o impasse, a guerra vai consolidando seu





efeito mais duradouro: a reinstalação da lógica de confrontação armada no coração da Europa, em pleno século XXI.

Outra questão que tem mobilizado a comunidade internacional é o conflito na faixa de Gaza que, por sua vez, não pode ser compreendido sem recuperar a longa disputa pela constituição de um Estado palestino e o papel singular de Israel na geopolítica internacional.

Desde os Acordos de Oslo, em 1993–1995, que estabeleceram uma Autoridade Palestina transitória e previam negociações de “status final” em cinco anos, a promessa de autodeterminação palestina permaneceu inacabada. O “processo de paz” converteu-se em um horizonte sempre adiado, no qual a assimetria entre ocupante e ocupado se manteve e a linguagem da paz serviu muitas vezes para legitimar a continuidade da ocupação das terras palestinas por colonos judeus.

Esse impasse se traduziu em realidades contraditórias: em 2012 a Palestina obteve na ONU o status de Estado observador não membro, e em 2024 a Assembleia Geral reconheceu que a Palestina “está qualificada” para ser membro pleno, mas o seu ingresso foi bloqueado no Conselho de Segurança pelo veto dos Estados Unidos. Esse duplo movimento evidencia o reconhecimento internacional crescente da causa palestina ao mesmo tempo em que a arquitetura institucional continua refém da geopolítica.

Israel, por sua vez, consolidou-se como aliado central dos Estados Unidos desde a Guerra Fria, beneficiando-se de assistência militar maciça e de uma posição estratégica que o transformou em peça-chave no equilíbrio regional do Oriente Médio. A normalização diplomática com países árabes, simbolizada pelos Acordos de Abraão em 2020, ampliou seu alcance econômico e tecnológico, mas não resolveu a questão palestina. O Estado israelense é, assim, simultaneamente protegido e contestado: protegido por uma rede de alianças que lhe garante superioridade militar e diplomática, mas contestado pelo peso crescente da





narrativa dos direitos humanos e pelo fortalecimento da diplomacia palestina no Sul Global.

Nesse cenário, a guerra em Gaza se desenrola sob intensa vigilância jurídico-internacional. Em janeiro de 2024, a Corte Internacional de Justiça considerou plausível a violação da Convenção do Genocídio, no processo aberto pela África do Sul contra Israel e impôs medidas cautelares obrigatórias, reiteradas ao longo de 2024 e 2025, exigindo que Israel assegure assistência humanitária e evite atos de destruição que possam configurar genocídio¹⁵. Em novembro de 2024, o Tribunal Penal Internacional autorizou mandados de prisão contra líderes do Hamas e contra o primeiro-ministro e o ministro da Defesa de Israel, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade¹⁶. Foi a primeira vez que tanto atores estatais quanto não estatais são alvos de ordens simultâneas nesse nível, estreitando os espaços para acordos que ignorem responsabilidades jurídicas.

Relatórios do Programa Mundial de Alimentos e do UNICEF documentaram por anos restrições severas a bens e pessoas na região de Gaza e, em 2025, identificaram níveis de insegurança alimentar classificados como catastróficos, com a fome instalada em grande parte do território, atingindo mais de meio milhão de pessoas¹⁷. Essa catástrofe humanitária coloca o conflito em outra dimensão, pois a privação de comida e água não é apenas efeito colateral, mas parte de uma política de guerra que agrava o risco de caracterização de genocídio.

No plano estratégico, os objetivos dos atores são incompatíveis. Israel busca desmantelar o Hamas, resgatar reféns e redesenhar a governança de Gaza em bases que lhe assegurem segurança perene, mas enfrenta pressões jurídicas e

¹⁵ Nações Unidas (ONU) News. ONU alerta para aumento de tensões globais e desafios à paz. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1832196>. Acesso em: 29 out. 2025.

¹⁶ Nações Unidas (ONU) News. Conflitos e crises humanitárias marcam cenário internacional em 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/11/1841021>. Acesso em: 29 out. 2025.

¹⁷ Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Brasil. Fome confirmada pela primeira vez em Gaza. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/fome-confirmada-pela-primeira-vez-em-gaza>. Acesso em: 29 out. 2025.





humanitárias que tornam insustentável uma ocupação prolongada sem solução política. O Hamas, por outro lado, considera a própria sobrevivência institucional uma vitória, ao manter capacidade de lançar ataques e preservar influência sobre o futuro de Gaza. Mediações intermediadas por Egito e Catar produziram tréguas pontuais, mas não resolveram a questão central: quem governará Gaza após o conflito, sob quais garantias e com que horizonte de reconstrução política.

As dificuldades aumentam quando o conflito é visto no plano sistêmico. Para os Estados Unidos, um cessar-fogo que pareça consolidar ganhos territoriais de Israel é preferível a uma saída que sugira enfraquecimento da sua liderança global. Para a China, a guerra é uma oportunidade de projetar-se como mediadora responsável, ampliar sua influência no Sul Global e contrapor-se ao uso ocidental de sanções e da moeda americana como instrumentos de poder. Gaza, nesse sentido, não é apenas o epicentro de uma tragédia humanitária, mas também o campo de expressão de uma transição hegemônica em curso, em que a ordem liderada por Washington é desafiada pela emergência de alternativas multipolares.

A geopolítica regional reforça esse impasse. A normalização israelense com países árabes colide com a causa palestina; a Arábia Saudita condiciona avanços a garantias reais sobre Jerusalém e sobre a estatalidade palestina; Egito e Jordânia rejeitam arranjos que impliquem transferência forçada de população. Enquanto não houver uma solução que integre segurança para Israel, proteção efetiva aos civis palestinos, governança crível para Gaza e um horizonte político realista para a criação de um Estado palestino, o conflito tenderá a prolongar-se em ciclos de destruição e reconstrução parcial. Nesses termos, a paz sem justiça é apenas gestão do conflito, e como mostra a experiência recente, os mecanismos internacionais de direito e de proteção humanitária já não permitem que esse gerenciamento se dê sem crescente desgaste para os atores centrais. A guerra em Gaza revela, assim, não apenas uma tragédia local, mas uma falha estrutural da





ordem internacional, que permanece incapaz de reconciliar autodeterminação, segurança e legalidade em uma região que condensa o drama do sistema-mundo contemporâneo.

Na recente reunião da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2025, o debate sobre Gaza e a questão palestina assumiu um caráter inédito e produziu impactos que podem alterar a dinâmica diplomática em torno do conflito. Pela primeira vez desde os acordos de Oslo, a Assembleia aprovou com larga maioria a chamada *Declaração de Nova Iorque para a Solução de Dois Estados*, apoiada por 142 países. O documento não apenas reafirma o princípio de dois Estados vivendo lado a lado, mas também exige cessar-fogo imediato, libertação de reféns, proteção de civis e garantia de acesso humanitário irrestrito, além de prever um comitê internacional para acompanhar a implementação. Embora não tenha caráter vinculativo, esse gesto político sinaliza uma mudança relevante: a ONU passou a reconhecer de maneira explícita e estruturada que a criação de um Estado palestino não pode mais permanecer um horizonte adiado indefinidamente.

O que diferenciou esta reunião foi o isolamento crescente de Israel e, de certa forma, também dos Estados Unidos. O discurso do primeiro-ministro israelense foi recebido com protestos, com delegações abandonando a sala em sinal de repúdio, enquanto dezenas de países acusavam diretamente o governo de Tel Aviv de cometer crimes de guerra e genocídio. Ao mesmo tempo, os EUA foram alvo de críticas abertas pelo uso recorrente do voto no Conselho de Segurança para bloquear resoluções de cessar-fogo. A presidente da Assembleia Geral, Annalena Baerbock, chegou a afirmar que o abuso do voto compromete a credibilidade da ONU, numa crítica indireta ao papel de Washington¹⁸. Assim, o

¹⁸ Monitor do Oriente Médio. Presidente da Assembleia Geral da ONU alerta que voto dos EUA ao cessar-fogo em Gaza prejudica credibilidade do órgão. Disponível em: <https://www.monitororientemedia.com/20251002-presidente-da-assembleia-geral-da-onu-alerta-que->





debate deixou de ser apenas sobre Israel e Palestina e passou a questionar também a legitimidade do próprio arranjo multilateral, em que o poder de voto continua a proteger os aliados dos EUA.

A dimensão regional também foi marcante. Países árabes como Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Omã discursaram de forma dura sobre os efeitos desestabilizadores da guerra em Gaza e exigiram passos “irreversíveis” para a criação de um Estado palestino. Esse alinhamento dá novo peso político ao tema, pois desloca a narrativa de um conflito bilateral para um problema central de estabilidade no Oriente Médio, com implicações para energia, comércio e segurança internacional. Ao mesmo tempo, reforça a pressão sobre governos árabes que vinham se aproximando de Israel nos últimos anos, impondo-lhes um custo interno e regional para sustentar qualquer normalização sem contrapartidas reais para os palestinos.

Os impactos dessa nova conjuntura são múltiplos. No plano imediato, a resolução aumenta a pressão diplomática sobre Israel e sobre os Estados Unidos, que se veem cada vez mais isolados em uma arena multilateral onde o Sul Global e a Europa convergem no reconhecimento da Palestina. Ainda que a declaração não tenha força de lei, seu valor simbólico é significativo: ela poderá ser invocada em foros jurídicos internacionais, como a Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional, fortalecendo a posição palestina em processos já em curso. Além disso, cria um precedente político que pode encorajar mais países a reconhecer formalmente a Palestina ou a adotar sanções diplomáticas contra o governo israelense.

No médio prazo, essa decisão fortalece o multilateralismo como arena de legitimação. Se, durante anos, a ONU foi acusada de impotência frente ao conflito

veto-dos-eua-ao-cessar-fogo-em-gaza-prejudica-a-credibilidade-do-orgao/. Acesso em: 29 out. 2025.





israelo-palestino, agora emerge como palco de uma maioria global que articula soluções mais ambiciosas e mecanismos de acompanhamento. Isso pode abrir espaço para conferências temáticas, negociações supervisionadas por organismos internacionais e pressão coordenada por ajuda humanitária, tornando mais difícil a imposição de soluções unilaterais.

Ainda assim, persistem limites importantes. Israel já classificou a declaração como parcial e hostil, recusando qualquer obrigação derivada dela. Os Estados Unidos também a desqualificaram como um gesto político sem efeito prático, acusando a Assembleia de prejudicar esforços diplomáticos “sérios”. A realidade é que a execução do documento dependerá de pressões efetivas – sanções, condicionamentos econômicos, incentivos diplomáticos – e da disposição de atores armados no terreno. Enquanto persistirem objetivos incompatíveis – Israel exigindo desarmamento total do Hamas e controle sobre Gaza, os palestinos exigindo soberania plena e reconhecimento de um Estado – a probabilidade maior é que o conflito continue em ciclos de violência e tréguas parciais.

Enquanto as esferas oficiais e diplomáticas não alcançam resultados. Uma iniciativa da sociedade civil mereceu destaque. A nova flotilha humanitária que partiu em direção a Gaza no final de setembro de 2025 provocou desdobramentos que vão muito além do episódio em si e recolocam o bloqueio israelense ao território sob holofotes internacionais. A missão, que reuniu barcos de diferentes países e contava com ativistas de renome mundial, como Greta Thunberg, além de 13 brasileiros, foi interceptada pela marinha de Israel em águas internacionais, a cerca de 120 quilômetros da costa, e levada ao porto de Ashdod. Todos os tripulantes foram detidos, ainda que se tratasse de uma missão humanitária. O governo israelense justificou a ação como defesa legítima de seu bloqueio naval, sustentando que qualquer embarcação que tente romper o cerco pode ser considerada uma ameaça.





Ao reunir cidadãos comuns, ativistas, jornalistas, políticos e médicos em uma ação não armada, a ação dramatiza a contradição entre um território sob cerco há quase duas décadas e a vontade da sociedade civil internacional de romper esse isolamento. A interceptação transmitida em tempo real nas redes sociais deu grande visibilidade ao bloqueio de Gaza, já classificado por diversos organismos da ONU como causa direta do colapso humanitário que afeta a população. Assim, mesmo sem ter conseguido aportar, a flotilha alcançou um de seus objetivos: mobilizar a opinião pública global e aumentar o custo político de Israel na manutenção do bloqueio.

É certo que a flotilha não mudou a realidade imediata em Gaza, mas repositionou o bloqueio naval como questão central na arena internacional. Israel conseguiu manter o cerco, mas ao preço de multiplicar críticas, processos e isolamento diplomático. Cada barco interceptado passa a ser não apenas um ato militar, mas um novo ponto de pressão política, jurídica e simbólica contra a manutenção de uma política de guerra que já não se sustenta fora de sua lógica de segurança.

Na verdade, o mundo de hoje parece atravessar uma encruzilhada histórica marcada por conflitos armados, colapsos humanitários e uma crescente incapacidade das instituições internacionais de prevenir e solucionar crises. Embora os focos midiáticos se concentrem na guerra da Ucrânia e na tragédia de Gaza, não são esses os únicos epicentros de violência que atualmente moldam o destino da humanidade. Ao contrário, vivemos uma multiplicidade de guerras simultâneas, em diferentes continentes, que revelam a persistência da violência como recurso político e a fragilidade de um sistema internacional cada vez mais polarizado.

Na África, a região do Sahel tornou-se o palco de um conflito prolongado e devastador. Mali, Burkina Faso e Níger convivem com insurgências jihadistas, golpes de Estado e deslocamentos massivos de populações. O avanço de grupos





armados ligados à Al-Qaeda e ao Estado Islâmico somou-se à crise climática, ao colapso econômico e ao enfraquecimento de instituições nacionais. O resultado é um espaço fragmentado, onde a violência se tornou rotina e as populações locais vivem entre a fome e o medo. O Sahel simboliza a interseção entre guerra irregular, fragilidade estatal e abandono internacional – uma “guerra esquecida” que destrói silenciosamente o tecido social africano.

Também na África, a Etiópia mergulhou numa guerra civil de grandes proporções com o conflito em Tigré, que deixou centenas de milhares de mortos e milhões de deslocados. Mesmo com a assinatura de acordos de paz em 2022, os combates intermitentes e as tensões étnicas continuam a ameaçar a estabilidade do país. A Etiópia, berço histórico e cultural do continente, transformou-se em laboratório trágico das dificuldades de construir um Estado inclusivo em sociedades plurais, e evidencia como a guerra interna pode dilacerar não apenas o presente, mas também as possibilidades de futuro.

Em outras partes do continente, persistem focos de instabilidade que revelam a complexidade dos desafios africanos. No Sudão do Sul, a independência de 2011 não trouxe paz: o país segue fragmentado por disputas entre facções políticas e étnicas, mergulhado em crises humanitárias recorrentes. Na Nigéria, a maior economia da África, a violência se espalha entre o terrorismo do Boko Haram no nordeste, os conflitos intercomunitários no cinturão central e as milícias armadas que desafiam a autoridade do Estado. Já em Moçambique, a insurgência em Cabo Delgado, alimentada por desigualdades regionais e pela disputa em torno dos ricos campos de gás natural, ameaça a estabilidade e expõe o paradoxo dos países ricos em recursos, mas marcados por profunda exclusão social.





No Oriente Médio, além de Gaza, outro conflito devastador é o do Iêmen, que já foi considerado pela ONU como a pior crise humanitária do planeta¹⁹. Desde 2015, o país é palco de uma guerra que envolve a rebelião houthi, apoiada pelo Iêmen, e a coalizão liderada pelos EUA e Arábia Saudita. Os bombardeios, o bloqueio de portos e a destruição de infraestrutura básica levaram milhões à fome e às epidemias. Trata-se de um conflito que mistura guerra civil, rivalidade geopolítica regional e o impacto indireto de potências externas. A prolongada guerra do Iêmen expõe a lógica cruel de guerras “invisíveis”: não atraem manchetes diárias, mas destroem gerações inteiras.

Na Ásia, Mianmar enfrenta desde 2021 uma guerra civil generalizada. O golpe militar que derrubou o governo civil desencadeou uma resistência armada inédita. Guerrilhas étnicas e civis armados passaram a combater um exército que não hesita em usar aviação e bombardeios contra vilas e cidades. O país, já marcado por décadas de ditadura e perseguição à minoria rohingya, transformou-se em palco de um conflito esquecido, no qual a população civil paga o preço mais alto. A brutalidade do exército birmanês demonstra como regimes autoritários recorrem à violência extrema para se manter no poder.

Na América Latina, embora não haja guerras abertas, a violência também assume contornos de conflito armado em alguns países. No Haiti a falência do Estado deu lugar ao domínio quase absoluto de gangues armadas que controlam bairros, estradas e até portos. O país está “à beira do colapso”, nas palavras de organizações de direitos humanos²⁰, as gangues executam atrocidades (assassinatos, estupros, recrutamento infantil), a presença estatal é mínima, e

¹⁹ Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC). Iêmen: a maior crise humanitária do mundo. Disponível em: <https://unric.org/pt/iyemen-a-maior-crise-humanitaria-do-mundo/>. Acesso em: 29 out. 2025.

²⁰ Human Rights Watch (HRW). Haiti on the edge of collapse. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2025/06/30/haiti-on-the-edge-of-collapse>. Acesso em: 29 out. 2025.





comunidades são deixadas à própria sorte. A nova missão internacional pode representar uma luz de esperança, mas depende de apoio concreto e sustentado – tanto militar quanto político – para reorganizar o Estado, restaurar a segurança e criar condições mínimas para a retomada da governança. No México e em outros países da região, a guerra contra o narcotráfico assume características de conflito armado interno, com dezenas de milhares de mortes por ano.

Esses exemplos revelam que vivemos não uma guerra, mas um mosaico de guerras. Conflitos de diferentes intensidades e naturezas – guerras interestatais como a da Ucrânia, guerras assimétricas como as do Sahel e do Iêmen, guerras civis como a da Etiópia e de Mianmar, ou guerras criminais como no Haiti e no México – coexistem e se retroalimentam num mundo em transição. Eles não são apenas locais: expressam também as disputas sistêmicas entre grandes potências, a erosão do multilateralismo e a transformação da violência em método recorrente de governança.

Mas se o mundo é atravessado pela guerra, a humanidade não cessa de sonhar com a paz. O Papa Leão XIV, já nos primeiros meses de pontificado ergueu a paz como bandeira universal. Diante da tragédia de Gaza, da persistência da guerra na Ucrânia e da multiplicação de conflitos, ele lembrou: “Não podemos nos acostumar à guerra”²¹. Convocou líderes a preparar “instituições de paz”, não apenas tratados efêmeros. Sua linguagem, ao mesmo tempo firme e compassiva, recorda que a paz não é ausência de conflito, mas construção paciente de estruturas de convivência. Ao denunciar a normalização da violência, Leão XIV atua como arauto de uma consciência coletiva que insiste em lembrar que cada guerra não é um espetáculo distante, mas uma ferida aberta na carne da humanidade.

²¹ Vatican News. Papa Leão XIV faz apelo pelo fim das guerras e pelo desarmamento global. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-06/leao-xiv-apelo-guerra-armas-ucrania-oriente-medio-paz.html>. Acesso em: 29 out. 2025.





A guerra, no seu sentido mais cru, não se esgota em mapas, em análises estratégicas ou em discursos de líderes que disputam a primazia do mundo. A guerra é, antes de tudo, o intervalo suspenso entre uma infância que poderia ser plena e um futuro que se torna incerto. Ela não começa com tanques atravessando fronteiras, mas com o medo que lentamente se infiltra nos gestos cotidianos: o medo de sair para comprar pão, de deixar os filhos na escola, de ligar o fogão sem saber se haverá gás no dia seguinte. Nada mais distante de um comunicado solene no pódio de uma potência do que o cotidiano dos que vivem sob sirenes e escombros.

Quando presidentes e chanceleres falam de “segurança nacional”, de “profundidade estratégica” ou de “mudança na ordem mundial”, suas palavras soam como códigos de uma língua secreta, que raramente dialoga com as necessidades imediatas das pessoas comuns. No entanto, é no dia a dia dessas pessoas que essas decisões encontram sua tradução mais brutal. A sanção econômica, anunciada como medida de coerção contra um governo, significa supermercados vazios, inflação que corrói salários, remédios que desaparecem das farmácias. O embargo, proclamado como instrumento de pressão, se converte em hospitais sem eletricidade e mães que não conseguem vacinar seus filhos.

A disputa pela hegemonia global – hoje polarizada entre Estados Unidos e China, com a Rússia como ator que busca protagonismo e o Sul Global tentando reconfigurar sua posição – não é um jogo apenas diplomático. Ela é vivida nos corpos que atravessam desertos em busca de refúgio, nos que se amontoam em barcos precários tentando escapar da guerra, nos que trabalham mais horas por menos dinheiro porque a economia local foi desestabilizada pela alta do petróleo ou pela queda de exportações. É nas cozinhas, nas ruas, nos empregos instáveis que a guerra global encontra sua forma mais íntima.

A paz, por sua vez, não pode ser entendida apenas como assinatura de tratados ou suspensão das armas. A paz verdadeira é quando a criança volta a





brincar sem medo do estrondo aéreo; quando a vizinha pode cozinhar sem racionar cada grão; quando o trabalhador pode planejar o futuro sem temer que a empresa feche por causa de uma guerra que se decide a milhares de quilômetros de distância. A paz é concreta, feita de pão, de segurança, de escola, de encontro – tão banal e, por isso mesmo, tão fundamental.

Os líderes de potências falam em “ordem internacional”, mas raramente mencionam o preço que se cobra das pessoas comuns para sustentar essa ordem. Ao mesmo tempo em que a hegemonia é disputada com drones, chips e tratados comerciais, ela é vivida por populações que enfrentam a precarização do trabalho, a ansiedade de não saber se haverá eletricidade na noite seguinte, ou a dor de perder um parente em guerras que nunca escolheram. O contraste é abissal: enquanto um líder anuncia que “a defesa da civilização” exige mais gastos militares, em bairros de periferia em qualquer parte do mundo mães rezam para que seus filhos voltem vivos da escola.

Nesse abismo entre a geopolítica e a vida, reside a contradição central do nosso tempo. A luta pela hegemonia global se apresenta como disputa de narrativas grandiosas – democracia versus autoritarismo, liberdade versus controle, Ocidente versus Oriente —, mas seus efeitos se medem na rotina desfeita de milhões. E o paradoxo é que, enquanto líderes falam em “projetar poder”, a humanidade anônima segue clamando apenas por estabilidade, por dignidade e por paz.

A paz, portanto, não pode ser reduzida a uma utopia distante ou a um artifício retórico. Ela precisa ser uma construção concreta, paciente, feita de escolhas políticas que coloquem a vida acima da dominação, que reconheçam que nenhuma vitória hegemônica compensa o vazio de uma criança órfã ou o luto de uma cidade devastada. Somente quando os discursos deixarem de pairar sobre o mundo como abstrações e descerem ao chão das casas, das ruas e dos





mercados, poderemos dizer que aprendemos a lição fundamental: não há ordem mundial legítima se não houver paz concreta no cotidiano das pessoas.

3. QUESTÕES AMBIENTAIS E CLIMÁTICAS

Ainda em 2024 o Papa Francisco afirmava que a “a destruição do ambiente é uma ofensa a Deus, um pecado que não é apenas pessoal, mas também estrutural, que coloca seriamente em perigo todos os seres humanos, especialmente os mais vulneráveis, e ameaça desencadear um conflito entre gerações”²². Sua abordagem, a partir do ensino social da Igreja, apontava para um olhar “holístico”²³, que exige uma “sinfonia de cooperação e solidariedade global”²⁴, por meio de “reduções de emissões, educação sobre estilos de vida, financiamento inovador e o uso de soluções comprovadas baseadas na natureza, fortalecemos a resiliência, especialmente a resiliência à seca”²⁵.

A mensagem do Santo Padre, em síntese, apontava que havia uma crise ambiental e climática cada vez mais grave, e unia a resiliência climática, à equidade e à justiça social. É a partir desse contexto, e inspirados pelo magistério da Igreja, que a presente análise de conjuntura pretende destacar alguns dos aspectos mais relevantes sobre alguns dos aspectos socioambientais e climáticos

²² FRANCISCO, Papa. VATICAN NEWS. O Papa: a destruição do ambiente ofende a Deus, trabalhar para a cultura da vida. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-05/papa-francisco-pontificias-academias-ciencias-crise-clima.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

²³ Que “combate as mudanças climáticas e também enfrenta as crises da perda de biodiversidade e da desigualdade, cultivando os ecossistemas que sustentam a vida”. FRANCISCO, Papa. VATICAN NEWS. O Papa: a destruição do ambiente ofende a Deus, trabalhar para a cultura da vida. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-05/papa-francisco-pontificias-academias-ciencias-crise-clima.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

²⁴ FRANCISCO, Papa. VATICAN NEWS. O Papa: a destruição do ambiente ofende a Deus, trabalhar para a cultura da vida. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-05/papa-francisco-pontificias-academias-ciencias-crise-clima.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

²⁵ FRANCISCO, Papa. VATICAN NEWS. O Papa: a destruição do ambiente ofende a Deus, trabalhar para a cultura da vida. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-05/papa-francisco-pontificias-academias-ciencias-crise-clima.html>. Acesso em: 15 out. 2025.





mais urgentes. Como tema em destaque, já muito próximos da COP 30, renovamos uma avaliação do evento, além de sugerir a leitura da análise de conjuntura de setembro de 2025²⁶.

3.1 A COP30 em Belém

Em poucos dias, Belém do Pará, na Amazônia brasileira, estará sob os olhos do mundo. Ali, a partir de 5 de novembro, ocorre a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30.

A COP é um evento de importância global, realizado anualmente, que reúne líderes, autoridades e representantes de nações de todo o mundo para discutir e tomar medidas em relação às mudanças climáticas. A Conferência funciona como um fórum crucial para a negociação de acordos e a definição de estratégias para lidar com as crescentes preocupações ambientais.

Ela surgiu como parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (do original em inglês, *United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC), elaborada durante a Conferência Rio-92, também conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992. O Brasil, desde a sua origem, foi fundamental, tanto no campo diplomático, quanto na experiência da construção multilateral de posições.

A Convenção entrou em vigor em março de 1994, reconhecendo que o sistema climático é um recurso compartilhado, planetário, cuja estabilidade pode ser afetada por atividades humanas – industriais, agrícolas e pelo desmatamento – que liberam dióxido de carbono e outros gases – chamados gases de efeito estufa – que aquecem o planeta Terra. Suas decisões são soberanas e obrigam todos os

²⁶ CNBB. COP 30: conjuntura, cenários e a contribuição da Igreja Católica. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/Analise-de-Conjuntura-Social-COP-30-conjuntura-cenarios-e-a-contribuicao-da-Igreja-Catolica.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.





signatários. Os países membros já se reuniram 29 vezes até hoje em conferências desse tipo, em diversos países. O Brasil é o próximo.

A mudança do clima representa a mais séria ameaça do presente para as sociedades. Ao mesmo tempo, as ações necessárias para limitá-la, bem como para nos adaptarmos às mudanças já em curso, representam urgência e oportunidades que não podem ser ignoradas. As ações de mitigação e adaptação à mudança do clima têm sinergias com um desenvolvimento justo, como mostram vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU): redução de desigualdades sociais, emprego e crescimento econômico com bem-estar, energia acessível e justa, indústria sustentável e inovadora e cidades resilientes.

Com a COP 30 sediada na Amazônia, será preciso ter em mente que esta não será uma “COP da floresta”, e sim “na floresta”. Assim como não será a COP do Brasil, mas do planeta. Vejamos por quê. A COP 30 terá o desafio de implementar, dentro das metas do Acordo de Paris, de 2015, uma agenda de redução de emissões, adaptação ao novo clima e implementação de mecanismos de financiamento para viabilizar esses objetivos. A COP 30 precisa compensar a frustração deixada pela COP 29, em Baku, 2024, que falhou em definir quanto e como aumentar o financiamento dos países mais ricos aos mais pobres no combate à mudança do clima. Esse é um primeiro tema a ser enfrentado.

A urgência desse aumento do financiamento está expressa, de um lado, pelo aumento da incidência de desastres climáticos, cada vez mais intensos em todos os continentes, impactando principalmente os mais pobres e vulnerabilizados. De outro, na necessidade de acelerar a transição energética, uma vez que o setor energético responde por aproximadamente 76% das emissões totais dos principais gases de efeito estufa. O desmatamento e a degradação florestal, que no Brasil ainda são as principais fontes, respondem globalmente por cerca de 11% das emissões.





Uma das ações mais importantes, a implementação global da transição energética, envolve a redução da produção e a queima dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural), paralelamente ao crescimento acelerado das fontes renováveis como a solar fotovoltaica, a eólica e a biomassa. A COP 26, em Glasgow, na Escócia, lançou a iniciativa de triplicar globalmente a capacidade instalada dessas fontes renováveis até 2030. Mas ainda não existe um compromisso de data para a eliminação das fontes fósseis. A COP 30 não pode perder o momentum de continuar com esse debate: como atingir a neutralidade global líquida de carbono até 2050? Esse é um dos requisitos para limitar o aquecimento a 1,5 grau Celsius acima dos níveis pré-industriais.

Para os países com florestas tropicais, será importante mostrar como a proteção delas e da biodiversidade mitiga a mudança do clima e oferece oportunidades econômicas e de desenvolvimento, reduzindo a pobreza e a desigualdade. Com boa parte dos governos nacionais focados nas negociações globais da COP 30, é preciso adotar a recomendação do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU) que identifica os governos subnacionais, o setor privado, o setor financeiro e a sociedade civil como atores fundamentais para a implementação das medidas de combate à mudança do clima.

O mundo em geral tem dado passos na direção certa, embora de forma muito lenta. Se nada tivesse sido feito nos últimos 30 anos, estaríamos em uma trajetória de emissões compatível com um aquecimento de 4 a 5 graus Celsius ao longo deste século. Com o que já foi realizado e comprometido, rumamos para um alarmante aumento de temperatura média de 3 graus, o que já tornaria a vida inviável em boa parte do planeta. Precisamos persistir no que foi consensuado no Acordo de Paris, de manter o aquecimento bem abaixo de 2 graus e próximo de 1,5 grau Celsius. Substituir a queima de combustíveis fósseis pela energia das fontes renováveis é a chave para alcançar este objetivo. A saída das fósseis e a entrada





das renováveis precisa ser coordenada, para garantir segurança energética. Nesse movimento, aumentar a velocidade das tomadas de decisão e de sua implementação é questão de sobrevivência de boa parte das sociedades em todo planeta.

Fora do âmbito das negociações climáticas, há outras ações importantes. Uma delas é assegurar que avancemos na reforma da governança global, reforçando o multilateralismo, que dá a base para convenções internacionais como a do clima e a da biodiversidade. Essa governança, representada no sistema ONU, está bastante enfraquecida, principalmente devido às disputas comerciais e territoriais entre os países.

Nas disputas comerciais, o protecionismo voltou a crescer, dificultando o esforço para combater a mudança do clima. Ele impõe a lógica do “meu pirão primeiro” a um processo que é, essencialmente, cooperativo. E, no campo político, a instabilidade geopolítica aumentou os gastos em Defesa e comprimiu o espaço fiscal para investimento no combate à crise climática, em um contexto no qual o endividamento público de boa parte dos países já é muito elevado.

Outro elemento dessa reforma, e com implicação direta sobre a negociação climática, advém do fato que muitos países, que antes eram menos desenvolvidos, emergiram nos últimos 30 anos – alguns deles, inclusive, com emissões mais baixas. Com efeito, Brasil, Rússia, Arábia Saudita e principalmente China podem assumir responsabilidades que, mesmo diferenciadas daquelas dos países mais ricos, são maiores do que as dos países que ainda são pobres.

Certamente os países desenvolvidos têm responsabilidades maiores, já que o aquecimento global hoje reflete, em boa medida, as emissões acumuladas nos últimos 150 anos. Mas é evidente que, sem um esforço coordenado com todas as





nações, poderemos não conseguir estabilizar o clima no nosso planeta. Trabalhar juntos neste momento é essencial²⁷.

Mas a COP 30 tem potencial para ser uma conferência histórica, tanto pelo local quanto pelo momento político-climático. No entanto, esse potencial só será realizado se houver:

- a) Compromissos concretos e ambiciosos com cortes de emissões, especialmente dos grandes emissores;
- b) Financiamento climático efetivo para países em desenvolvimento;
- c) Garantia de protagonismo de comunidades locais e povos tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinho, das mulheres, dos movimentos sociais, não só como símbolo, mas como agentes políticos;
- d) Transparência e fiscalização dos compromissos firmados;
- e) Justiça climática.

Caso contrário, a COP 30 corre o risco de ser mais uma conferência marcada por promessas vazias, discursos alinhados e ações insuficientes para enfrentar a crise climática que já afeta milhões de pessoas. Para tanto, foi proposto pelo Brasil e está a ser desenvolvida uma Agenda de Ação da COP 30. Ela visa a inaugurar uma estrutura capaz de mobilizar todos os atores e esforços para acelerar a implementação do que já foi negociado, conforme o primeiro Balanço Global (GST-1)²⁸.

Vejamos a Figura 1, os seis eixos temáticos do GST-1:

²⁷ Ver ARTAXO, Paulo; OMETTO, Jean; BORGES, Bráulio; e KISHINAMI, Roberto. VALOR ECONÔMICO. COP 30. E daí? 20 dez. 2024. Disponível em <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/cop30-no-brasil-e-dai.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2025.

²⁸ O Balanço Global é a ferramenta do Acordo de Paris que, em ciclos de 5 anos, avalia o progresso na implementação de seus objetivos e orienta um plano de ação global.





Figura 1



Fonte: COP 30, Brasil Amazônia, Belém 202. Site oficial²⁹.

A Presidência da COP30 propõe, portanto, traduzir os resultados do Balanço Global nesses seis grandes eixos temáticos e trinta objetivos-chave, que serão impulsionados por múltiplas soluções. A Agenda de Ação oferece ainda uma oportunidade para que a COP 30 apoie os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com soluções que promovam a justiça climática, combatam a fome e a pobreza e abordem as desigualdades estruturais, incluindo as de gênero, raça e condições socioeconômicas, conforme a Figura 2:

²⁹ Disponível em <https://cop30.br/pt-br>.





Figura 2



Fonte: COP 30, Brasil Amazônia, Belém 202. Site oficial³⁰.

O Brasil é um ator relevante neste campo ambiental. E até a próxima COP será o protagonista pelas regras das Nações Unidas. O país possui credenciais reconhecidas na área climática e tem uma abordagem pragmática, a partir de sua diplomacia: a prioridade é que (a) tenhamos uma COP 30 com decisões e ações efetivas no enfrentamento à mudança do clima; e (b) que haja maior participação da sociedade civil nos diálogos. A posição do país na transição energética e, apesar dos anos recentes, com a preservação de suas florestas são

³⁰ Disponível em <https://cop30.br/pt-br>.





destaques das características próprias do Brasil, que contribuem para o combate à mudança do clima.

A COP30 também é parte de um ciclo de presidências internacionais do Brasil em grandes eventos, que iniciou no G20, em 2024, e com o BRICS, neste ano, que enfatizou a proposta de um desenvolvimento sustentável, com combate à pobreza e à mudança do clima. Fruto desse processo, será lançado, durante a Conferência, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), que pretende remunerar países que conservarem suas florestas. O país também fomentou a discussão sobre esta agenda no G20 e no BRICS, com a criação, por exemplo, no G20, de força tarefa específica para a questão sobre o melhor financiamento para o combate à mudança do clima.

Dentre a diversidade social e os importantes biomas do país, há um especial destaque para a Amazônia, não somente a brasileira, mas a chamada Pan-Amazônia, com seus territórios e seus povos. É nela que ocorrerá a COP 30. A floresta amazônica, considerada um dos principais reguladores climáticos do planeta, pode ultrapassar o chamado “ponto de não retorno”. O conceito foi formulado pelos cientistas Thomas Lovejoy e Carlos Nobre em 2018, ao alertarem que, caso o desmatamento atingisse entre 20% e 25% da área total, a Amazônia perderia a capacidade de se autorregenerar, caminhando para um processo de savanização³¹. Nesse processo, a floresta seria substituída por uma flora mista entre

³¹ Cf. LOVEJOY, Thomas E.; NOBRE, Carlos, “Amazon Tipping Point” (Editorial). *Science Advances*, vol. 4, 2, 21/II/2018. No editorial, o ponto crítico no processo de desestabilização do bioma amazônico, suscetível de fazê-lo transitar para uma vegetação não florestal, não é atingido, como antes se supunha, com um nível de desmatamento de 40% da área da floresta, mas com um desmatamento de apenas 20% a 25% dessa área, ou seja, uma extensão muito próxima da que já foi desmatada por corte raso nos últimos cinquenta anos. Duas consequências são destacadas pelos dois cientistas: (a) impactos na agricultura, dado que a contribuição da umidade da floresta para “a agricultura brasileira ao sul da Amazônia é complexa, mas não trivial”; (b) diminuição da contribuição da umidade proveniente da Amazônia para os “reservatórios urbanos” do Sudeste do Brasil, que desceram a níveis críticos em 2014-2015. No que se refere ao Sudeste, por modesta que seja a contribuição da floresta amazônica para as chuvas nessa região do país, preservá-la pode ser decisivo para evitar o colapso do sistema Cantareira no próximo período de estiagem. O declínio





serrado e savana africana, com grande impacto na circulação de umidade na América do Sul.

A única saída para um país com as riquezas, as contradições, o porte e o papel do Brasil é apostar no fortalecimento do multilateralismo das relações internacionais, especialmente por meio de realizações como uma COP. E compreender que o evento é um momento, mas não representa apenas “o momento”. Há o antes, o durante e o depois (talvez a fase mais importante). É fundamental saber que nessas experiências o ótimo é inimigo do bom, e o mais importante é a continuidade dos diálogos de todos e das iniciativas permanentes em busca do cuidado com a Casa Comum.

O governo brasileiro fala de uma COP da implementação das decisões. Desde o Acordo de Paris, já são 10 anos de decisões importantes, mas ainda precisam ser implementadas de forma concreta. Mais que declarações bonitas, desde a mudança de hábitos no cotidiano das pessoas, das empresas e dos governos, em termos de políticas públicas, cabe uma atitude permanente e não meramente um tema de uma reunião que se esquece no dia seguinte.

Como tudo, há oposições de várias formas. De muitos lados, há uma espécie de boicote, uma diminuição da importância e uma disputa social. Os “inimigos” das COPs evidenciam negacionismo, desinformação, críticas em forma de uma

da grande floresta causado pela associação entre agronegócio amazônico e capitalismo global não significa, portanto, “apenas” o empobrecimento e a fragilização da vida no planeta. Ele significa também uma precarização (no limite, uma inviabilização) socioeconômica das diversas regiões do país beneficiárias da umidade dos “rios voadores” lançados à atmosfera pela evapotranspiração da floresta.





intransigência deliberada³², argumentos fundamentalistas³³ e preconceitos sobre a possibilidade de uma cidade como Belém ou de uma região como a Amazônia realizar um evento deste porte.

Em certa medida, e para muitas das experiências religiosas, é importante destacar que vários estudos indicam que há uma “via de mão dupla: da mesma forma que diferentes religiões podem e têm contribuído para que essa ou aquela ameaça ao meio ambiente se torne algo mais saliente do ponto de vista moral, ou ainda para que essa ou aquela causa dos desequilíbrios climáticos se torne mais ou menos ultrajante, as próprias cosmologias religiosas passam a ser, de certa maneira, ‘recicladas’ na medida em que suas doutrinas e mandamentos vão se ‘esverdeando’, e isso tende a gerar uma série de tensões e conflitos cuja repercussão é decisiva para a alavancagem ou obstrução desse processo”³⁴.

Mesmo quando há completa oposição à pauta socioambiental, entre os cristãos, ela não é oferecida de forma direta, mas quase sempre por meio de expedientes camuflados. Assim, v.g., é muito raro encontrar organizações antiambientalistas que, por exemplo, contraponham-se explicitamente ao princípio de que os fiéis devem “cuidar da criação”. Na verdade, assim como algumas lideranças e grupos políticos propõem medidas autoritárias ao mesmo

³² É de se recordar o livro clássico de Albert O. Hirschman, “A Retórica da Intransigência” em que o seminal sociólogo descreve os três argumentos principais usados para opor-se a reformas e mudanças sociais: a tese da perversidade (a reforma levará a um resultado oposto ao desejado), a tese da futilidade (a reforma não terá efeito nenhum) e a tese da ameaça (a reforma destruirá conquistas anteriores). Hirschman analisa como esses argumentos, repetidos por conservadores e reacionários, buscam impedir o diálogo e a deliberação democrática, criando um discurso que pode minar a própria sociedade que tenta preservar. Ver HIRSCHMAN, Albert. A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça. 2^a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

³³ Ver KANE, John V.; PERRY, Samuel L. Kane, J.V., Perry, S.L. Belief in divine (versus human) control of earth affects perceived threat of climate change. NPJ CLIM. ACTION 3, 78 (2024). Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/655491-como-as-crenças-religiosas-influenciam-a-percepção-das-mudanças-climáticas>. Acesso em: 15 out. 2025.

³⁴ Cf. DOS SANTOS, Renan William. Reconfigurações do ecossistema religioso diante da crise climática global. UERJ, Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC). Cadernos do OIMC nº 11/2024. Disponível em <https://obsinterclima.eco.br/wp-content/uploads/2024/05/Caderno-11-2024-3.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.





tempo em que reivindicam um alinhamento com os valores da democracia, na maioria das vezes tais organizações conjugam uma “defesa” do cuidado da criação com desinformações acerca dos problemas ambientais, conspiracionismos, estratégias de neutralização e redirecionamento de responsabilidades³⁵.

Dentre os pactos existenciais que estamos exigidos, como forma de caminhar, talvez se imponha como um deles o reconhecimento da gravidade extrema dessa crise ambiental e o alcance de suas consequências. Estaremos no meio caminho andado, pois o resto virá como implicação inevitável dessa tomada de consciência.

3.2 Metas climáticas e governança internacional

A governança climática internacional envolve um conjunto de mecanismos, políticas e ações com diretrizes para que os países enfrentem em conjunto a mudança do clima, reduzindo suas emissões de gases de efeito estufa (mitigação) e desenvolvendo estratégias eficazes de adaptação aos seus impactos. Para que a governança climática seja executada, deve haver coordenação entre as diferentes esferas dos governos, da sociedade civil e do setor privado. Inclui instrumentos legislativos, normativos e estratégicos (políticas, planos, leis, decretos e regulamentos), com o objetivo de garantir que as medidas adotadas para combater a emergência climática sejam eficientes, inclusivas, transparentes e, principalmente, se consolidem como uma política dos Estados imbuídos destes

³⁵ Ver KEARNS, Laurel. Cooking the truth. In: KEARNS, Laurel e KELLER, Catherine (orgs.), *Ecospirit*. New York: Fordham University Press, 2007. p. 97-124. HEMPEL, Lynn; MACILROY, Kelsea; SMITH, Keith. Framing the Environment: The Cornwall Alliance, Laissez-faire Environmentalism, and the Green Dragon. *Journal of the Sociology and Theory of Religion*, (3): 2-31, 2014; VELDMAN, Robin Globus; SZASZ, Andrew e HALUZA-DELAY, Randolph. Social Science, religions, and climate change. In: VELDMAN, Robin Globus; SZASZ, Andrew; e HALUZA-DELAY, Randolph (orgs.). *How the World's Religions are Responding to Climate Change*. New York: Routledge, 2016, p. 3-19.





propósitos a partir das relações internacionais. A partir desta premissa, há alguns temas em destaque acerca das metas climáticas em discussão na COP 30.

No Acordo de Paris, em 2015, governos nacionais se comprometeram a manter o aquecimento global muito abaixo de 2°C e buscar limitá-lo a 1,5°C até o final do século. Coletivamente, a UNFCCC avalia o progresso em direção a esses objetivos por meio do Balanço Global. Individualmente, as Partes contribuem com suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que podem ser revisadas a qualquer momento, desde que aumentem o nível de ambição. Os governos nacionais são responsáveis por determinar a forma e o conteúdo de suas contribuições, levando em conta os princípios do Acordo de Paris.

A partir de Paris, os países concordaram em apresentar novas NDCs a cada cinco anos, refletindo a "maior ambição possível". A cada ciclo de NDCs, os países precisam fortalecer seus compromissos com base nos dados mais recentes da ciência climática. A maioria dos países apresentou metas iniciais de emissões antes da adoção do Acordo de Paris em 2015. Em junho de 2024, a maioria enviou NDCs novas ou atualizadas com metas para 2030 – mas apenas algumas incluíram reduções de emissões mais ambiciosas.

As NDCs são o principal instrumento por meio do qual os países podem agir de forma coletiva para combater as mudanças climáticas. As NDCs transformam os acordos climáticos internacionais em metas e medidas concretas que os países implementarão nos próximos dez anos. O Acordo de Paris exige que os países reduzam suas emissões para cumprir suas NDCs e comuniquem publicamente seus avanços.

As NDCs também geram apoio político para ações climáticas específicas, demonstrando o compromisso do país com um futuro livre de emissões de carbono. Isso pode impulsionar as transformações sociais e econômicas necessárias para cumprir as metas climáticas nacionais, incluindo investimentos de uma ampla variedade de fontes (públicas, privadas, nacionais e internacionais).



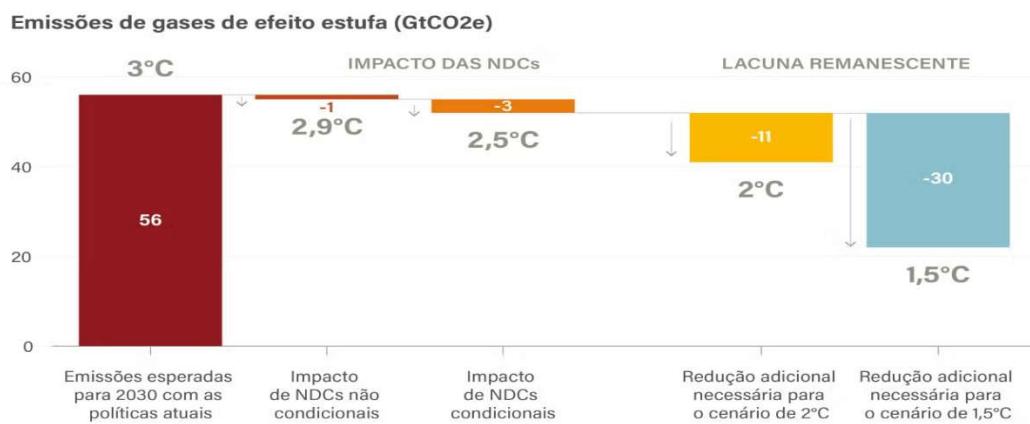


Além disso, as NDCs podem contribuir para as prioridades climáticas e de desenvolvimento de longo prazo dos países. Por exemplo, as ações de curto prazo para reduzir as emissões devem estar alinhadas a quaisquer metas de zero líquido em suas “estratégias climáticas de longo prazo” (LTS, na sigla em inglês). As NDCs também podem apoiar a implementação dos Planos Nacionais de Adaptação ao definir ações para que setores-chave, como energia e agricultura, se tornem mais resilientes aos impactos climáticos.

Os países fizeram progressos significativos na ação climática desde 2015, mas os compromissos atuais ainda não são ambiciosos o suficiente para abranger toda a dimensão da crise climática. Longe de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C, as ações previstas nas atuais NDCs nos levam a um aquecimento catastrófico de 2,5°C a 2,9°C até 2100³⁶. Não é mais a crise, mas o colapso ambiental. Veja-se na figura 3:

Figura 3

Impacto das NDCs de 2020 na temperatura do planeta



Nota: As variações de temperatura consideram o ano de 2100.
Fonte: UNEP, 2023.
02.08.24

WORLD RESOURCES INSTITUTE

³⁶ WRI BRASIL. Disponível em <https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-que-sao-contribuicoes-nacionalmente-determinadas-ndcs-e-por-que-sao-importantes>. Acesso em: 15 out. 2025.





Manter o aumento da temperatura sob controle exige medidas imediatas para transformar todos os setores econômicos, incluindo uma rápida transição dos combustíveis fósseis. No entanto, menos da metade das atuais NDCs contêm medidas explicitamente relacionadas ao consumo de combustíveis fósseis – e apenas 11 incluem medidas para eliminar gradualmente ou acabar com seu uso. O número de NDCs com metas para setores com altos níveis de emissões, como energia, transportes e agricultura aumentou – mas a ambição desses objetivos é pouco expressiva. E alguns países não contam com nenhuma meta setorial específica.

A maioria dos países em desenvolvimento inclui em suas NDCs medidas relacionadas à adaptação, indicando de que forma vão ajudar as comunidades vulneráveis a construir resiliência aos impactos climáticos. Muitas vezes, porém, esses países não contam com mecanismos adequados de financiamento e monitoramento para garantir que esses planos se concretizem. As nações desenvolvidas, por sua vez, em geral não incluem medidas de adaptação em suas NDCs.

Por fim, os países não têm tomado medidas suficientes para cumprir sequer as metas existentes. Em 2030, as ações atuais provavelmente resultarão em um nível de emissões mais alto do que as NDCs indicam, revelando uma lacuna de implementação significativa que os países devem trabalhar para corrigir.

Por sua vez, o mercado de créditos de carbono é apontado como uma das principais opções para conter o avanço das mudanças climáticas. Um exemplo, é o da Amazônia brasileira, numa tensão entre o mecanismo financeiro está diretamente ligado à conservação florestal e ao modo de vida de milhares de pessoas que vivem em territórios coletivos, como terras indígenas, reservas extrativistas e comunidades ribeirinhas. A promessa de transformar a floresta em uma fonte de renda tem atraído grandes empresas e despertado a atenção do





poder público, mas também vem gerando tensões, incertezas e acusações de violação de direitos. O Papa Francisco, na *Laudato si'*, já alertava:

A estratégia de compra-venda de «créditos de emissão» pode levar a uma nova forma de especulação, que não ajudaria a reduzir a emissão global de gases poluentes. Este sistema parece ser uma solução rápida e fácil, com a aparência dum certo compromisso com o meio ambiente, mas que não implica de forma alguma uma mudança radical à altura das circunstâncias. Pelo contrário, pode tornar-se um diversivo que permite sustentar o consumo excessivo de alguns países e sectores.³⁷

O crédito de carbono se trata de um mecanismo internacional que busca remunerar projetos capazes de evitar ou remover emissões de gases de efeito estufa (GEE). Em linhas gerais, um crédito equivale a uma tonelada de CO₂ que deixou de ser emitida ou foi removida da atmosfera – ação conhecida também como sequestro de carbono. Esses créditos podem ser comercializados por empresas que precisam compensar suas emissões ou que desejam contribuir voluntariamente para metas climáticas.

Diversos casos no Brasil levantam preocupações quanto ao cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) a comunidades afetadas. Projetos têm sido implementados sem garantir que todos os moradores compreendam plenamente os objetivos, impactos e riscos. Em muitos casos, apenas algumas lideranças são ouvidas, comprometendo a legitimidade das decisões.

Entre outras críticas aos mercados de carbono, estão o temor de que estimulem os países a adotar metas climáticas menos ambiciosas do que as que realmente podem cumprir, justamente para que possam negociar as emissões “sobrantes” com os mais poluentes; e o risco de assédio de grandes corporações

³⁷ FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato si'*. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015, n. 171.





a povos originários e comunidades tradicionais, sobretudo em áreas de floresta, com alto potencial de abatimento de emissões.

No caso do Brasil, entrou em vigência a Lei nº 15.042/2024, que criou o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), para regulamentar o mercado nacional de carbono. O texto legal inclui dispositivos que reforçam a necessidade de consulta prévia, divisão justa dos benefícios e mecanismos de indenização em casos de violação. Ainda não há, contudo, um mercado transparente, confiável e que beneficie de fato as populações da floresta.

Outro ponto que merece destaque diz respeito às dificuldades para alinhar compromissos de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Trata-se de um tema muito difícil, mesmo após as diversas tentativas de diálogo no campo das relações internacionais climáticas. De um lado, a vulnerabilidade dos países menos desenvolvidos em relação aos efeitos adversos do clima na vida de suas populações deve ser vista como uma das grandes preocupações mundiais. Doutro, o modo como os países mais desenvolvidos lidam com a questão.

Os países em desenvolvimento são mais vulneráveis às mudanças climáticas por duas razões principais. A primeira relaciona-se diretamente ao grau de desenvolvimento: sociedades com mais disponibilidade de recursos materiais, humanos e capital intelectual “aprenderam a viver” com extremos climáticos ao longo da história, estando mais habilitadas aos desafios futuros. Por outro lado, as mudanças climáticas que estão ocorrendo, e vão ocorrer durante este século, penalizam países que já são marginais em relação ao clima³⁸. São exemplo os países africanos, semiáridos, desérticos e os muito populosos, que já são afetados por extremos climáticos como tufões e ciclones, caso do Sudeste asiático.

³⁸ Entrevista com Carlos Nobre. ABC. As mudanças climáticas e os países em desenvolvimento. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2013/11/22/as-mudancas-climaticas-e-os-paises-em-desenvolvimento/>. Acesso em: 15 out. 2025.





A segunda questão é que a vulnerabilidade dos países menos desenvolvidos estão mais longe de encontrar soluções para adaptar a sociedade e seus sistemas produtivos e proteger o meio ambiente, pois não desenvolveram todo o conhecimento de como se adaptar às mudanças climáticas. A ciência e a tecnologia têm um papel importantíssimo nessa fase de tornar a sociedade dos países em desenvolvimento mais resilientes às mudanças climáticas que já se tornaram inevitáveis. E os países menos desenvolvidos estão mais distantes da ciência, da tecnologia e dos recursos financeiros.

3.3 Financiamento climático, perdas e danos

Embora não exista uma definição oficial de “Perdas e Danos” no âmbito das Nações Unidas, o termo é utilizado em negociações climáticas internacionais para se referir às consequências das mudanças climáticas que vão além daquilo a que as pessoas podem se adaptar. Por exemplo, a perda de zonas costeiras devido à subida do nível do mar ou a perda de casas e vidas durante enchentes extremas. Também são incluídas situações em que existem opções, mas a comunidade em questão não conta com os recursos necessários para colocá-las em prática.

Desde a formação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) no início dos anos 1990, os países vulneráveis solicitam aos desenvolvidos que ofereçam assistência financeira para ajudá-los com as perdas e danos, mas suas propostas têm sido rejeitadas.

As perdas e os danos já prejudicam e continuarão prejudicando principalmente as comunidades vulneráveis, o que significa que abordar a questão é uma questão urgente de justiça climática. Mas o assunto tem sido historicamente repleto de controvérsias, tanto dentro como fora das negociações climáticas da ONU. Uma das grandes discussões entre os países é para chegar a um acordo sobre quanto dinheiro as nações desenvolvidas devem fornecer em resposta às perdas





e danos nos países em desenvolvimento - os que menos contribuíram para a crise climática, mas que são muitas vezes os mais severamente atingidos pelos seus impactos. Embora um fundo internacional de perdas e danos tenha sido criado em 2022 para começar a atender a essa necessidade, os compromissos de financiamento de longo prazo permanecem sem solução.

Os danos podem ser divididos em perdas econômicas e não econômicas, embora as duas categorias possam se sobrepor. Perdas e danos econômicos são aqueles que afetam recursos, bens e serviços comercializados. Em outras palavras, impactos climáticos que atingem setores como agricultura, silvicultura, pesca e turismo ou que danificam infraestruturas essenciais e propriedades, além de prejudicar as cadeias de abastecimento. Isso pode ocorrer em uma escala internacional ou nacional, bem como a nível local, com impactos sobre comunidades ou agricultores individualmente.

Por exemplo, na zona costeira de Bangladesh, a salicultura é uma importante geradora de empregos. No entanto, nos últimos anos, ciclones frequentes, oscilações nas marés e chuvas fortes prejudicaram a produção, acabando com a autossuficiência do país e forçando-o a importar sal para suprir o déficit no mercado.

Perdas não econômicas podem ser as mais devastadoras – como o preço incalculável de perder familiares, o desaparecimento de culturas e modos de vida ou ser obrigado a deixar terras e lares ancestrais.

Considere-se, v.g., a situação das comunidades de Kosrae, na Micronésia, por exemplo, que perderam seus cemitérios devido à erosão costeira causada pela elevação do nível do mar. Ou a perda de gelo marinho no Ártico, que afetou a identidade cultural e as práticas de caça entre as comunidades Inuit. E a temporada de furacões do Caribe em 2017, que resultou na realocação de populações insulares inteiras devido à destruição completa de diversas





comunidades. Embora mais difíceis de quantificar e monetizar, as perdas não econômicas têm efeitos graves sobre o bem-estar das comunidades afetadas.

Uma das razões pelas quais o assunto tem gerado controvérsias é a preocupação das nações desenvolvidas de que a compensação por perdas e danos devido a impactos climáticos adversos seja interpretada como uma admissão de responsabilidade legal, desencadeando litígios e pedidos de indenização em grande escala. Assim, os países desenvolvidos lutaram para que a linguagem utilizada no Acordo de Paris evitasse que fossem legalmente obrigados a esse tipo de compensação.

Esta preocupação foi abordada nas discussões sobre financiamento de perdas e danos na COP27 e na decisão final da COP28, no ano seguinte, que afirma que “os arranjos de financiamento, incluindo um fundo para responder a perdas e danos, são baseados na cooperação e facilitação e não envolvem responsabilidade ou compensação”³⁹. Isso proporcionou a segurança que os países desenvolvidos procuravam para continuar as negociações e pôr em funcionamento o fundo para perdas e danos.

Um conjunto de fontes de financiamento, incluindo públicas e privadas, será necessário para enfrentar a escala e o alcance das perdas e danos causados pelas mudanças climáticas. Mas elas não podem funcionar separadamente. Para abordar a escala e o tamanho do problema, todos as fontes precisam fazer parte de um “mosaico de soluções” mais amplo.

Além do Fundo para Responder a Perdas e Danos (FRLD), alguns países desenvolvidos apontam fundos de ajuda humanitária, gestão de riscos e seguros como fontes de financiamento – incluindo o Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM) e a Rede de Santiago (SNLD) – serão essenciais para fortalecer a agenda

³⁹ WRI BRASIL. O que são as “perdas e danos” das mudanças climáticas? Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-que-sao-perdas-e-danos-das-mudancas-climaticas>. Acesso em: 15 out. 2025.





enquanto o mundo entra na segunda metade desta década tão importante. Outras fontes mais inovadoras também foram propostas, como impostos sobre viagens aéreas e marítimas, impostos sobre transações financeiras, impostos sobre lucros extraordinários de empresas de combustíveis fósseis e outras fontes não públicas.

Talvez o mês de outubro de 2025 tenha refletido a relação entre a crise climática e a questão da geopolítica. Houve nos dias 13 e 14 de outubro reunião internacional de alto nível em Brasília – que buscou aparar arestas e colocar todo mundo na mesma página para o início da COP30. Mas veio logo com um balde de água fria, um chamado à realidade de que o problema segue avançando muito rapidamente.

A reunião, também denominada pré-COP, foi um encontro de ministros e representantes de mais de 70 países convocado pela presidência brasileira da COP30 para avaliar quais são os pontos onde há mais divergências e que vão precisar de um empenho grande para se chegar a acordos durante a cúpula em Belém. Tentou-se um alinhamento prévio entre os países. De conversas sobre o estado geral de ânimos em relação aos principais assuntos que devem ser discutidos para valer na COP30, como o abandono dos combustíveis fósseis, as metas dos países para a redução de emissão de gases de efeito estufa e para adaptação aos efeitos da mudança do clima. E, claro, o grande nó de todas as COPs, o financiamento necessário para pagar tudo isso.

Nesse contexto, sobressai a Meta Global de Adaptação⁴⁰ (*Global Goal on Adaptation*, ou GGA, na sigla em inglês), que tem o objetivo de preencher e

⁴⁰ A Meta Global de Adaptação é um compromisso coletivo vinculado ao Artigo 7.1 do Acordo de Paris, estabelecido com o objetivo de “aprimorar a capacidade de adaptação do mundo, fortalecendo a resiliência e reduzindo a vulnerabilidade às mudanças climáticas”. Proposta pelo Grupo Africano de Negociadores em 2013 e estabelecida em 2015, a meta deve funcionar como uma estrutura unificadora, capaz de impulsionar a ação política e o financiamento para a adaptação na mesma escala que já acontece com as medidas de mitigação. Isso implica estabelecer diretrizes e objetivos específicos e mensuráveis para a ação em escala global, bem





expandir com urgência os esforços de adaptação, que podem proteger as comunidades mais vulneráveis, e vão desde a construção de muros de contenção de enchentes até a restauração de florestas, que mantêm o abastecimento de água, e o plantio de culturas mais resilientes. essa lacuna com uma estrutura clara e metas para avaliar os avanços em adaptação. Uma GGA bem elaborada e amplamente apoiada orientará os esforços globais de adaptação por meio da indicação de onde e como os planos e políticas de adaptação estão sendo implementados, e quais áreas estão ficando para trás.

Após oito anos de pouco progresso na definição da Meta Global de Adaptação (GGA, na sigla em inglês), mesmo tendo sido incluída no Acordo de Paris em 2015, os países finalmente concordaram com uma estrutura (framework) abrangente na cúpula climática da ONU de 2023 (COP28). Este framework fornece uma base sólida, delineando amplos objetivos globais de adaptação e áreas-chave para ação. No entanto, ele carece de metas quantificadas e mensuráveis, bem como medidas para mobilizar financiamento, tecnologia e formação de capacidades para adaptação (conhecidas como "meios de implementação"). Estas são questões-chave que devem ser resolvidas para alcançar resultados concretos.

Os negociadores em Belém têm a tarefa de resolver essas questões em 2025. Eles trabalharão para aprimorar o framework da GGA de forma que ele realmente impulsiona ações na escala necessária, e para que os países disponham de um conjunto útil de indicadores para medir e acompanhar seu progresso.

Outra questão que mobilizará as atenções é o debate sobre a operacionalização do fundo de "perdas e danos". Após 30 anos de cobranças para criação de um fundo financeiro para compensar as nações mais vulneráveis às mudanças climáticas, os países reunidos na Conferência das Nações Unidas

como aprimorar o suporte e o financiamento para adaptação oferecidos aos países em desenvolvimento.





para Mudanças do Clima de 2023 (COP 28) anunciaram, no primeiro dia da COP 28, a criação do Fundo de Perdas e Danos para recuperar os estragos causados pela crise climática. A criação desse mecanismo foi determinada na COP 27, no Egito, em 2022.

O Fundo recebeu doações voluntárias de países como Japão, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Alemanha que somaram US\$ 420 milhões. Além disso, ele ficará hospedado no Banco Mundial e será administrado por um conselho formado por 26 membros, sendo 12 de países desenvolvidos e 14 de países pobres ou emergentes.

A questão é sua operacionalização. Há dúvidas e há temas estratégicos. Dentre estes, como ampliar a participação de atores não-governamentais da sociedade civil e das comunidades afetadas no processo de decisão acerca do fundo. Em Abu Dhabi, onde o conselho do Fundo de Resposta a Perdas e Danos se reuniu pela primeira vez, em abril de 2024, a participação ficou restrita apenas a duas pessoas por parte interessada (stakeholder) reconhecida pela Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (UNFCCC), como povos indígenas, jovens, mulheres e trabalhadores.

O principal nó para que o Fundo de Perdas e Danos saia realmente do papel é o financiamento. Desde a COP 28, quando foi celebrado pelos países como um exemplo de sucesso do multilateralismo climático, o fundo arrecadou apenas US\$ 660 milhões, um montante muito aquém do necessário para fazer a diferença na recuperação de comunidades afetadas pelo clima extremo.

3.4 Impactos da agenda ambiental





Os impactos aqui são tratados de forma geral com relação à agenda ambiental. Eles se referem às mudanças, positivas⁴¹ ou negativas⁴², na sociedade e no meio ambiente e observado em várias dimensões, incluindo econômica, social, cultural e ambiental, e pode afetar diretamente as comunidades, os ecossistemas e as economias locais.

Muitas vezes a abordagem se dá a partir de um conceito de “desenvolvimento econômico”⁴³ e relação com a agenda ambiental. O desenvolvimento econômico é quase sempre apresentado como uma “mudança para melhor” na vida dos cidadãos, especialmente daqueles que mais precisam. Esses discursos frequentemente associam o desenvolvimento à melhoria em áreas como saúde, educação, segurança, transporte público, condições de moradia e alimentação, buscando gerar uma expectativa positiva entre os eleitores sobre um futuro mais próspero e justo. No entanto, a mudança almejada é aquela que consegue superar as dificuldades com as quais as pessoas convivem em seu cotidiano. Essas dificuldades acompanham as famílias de diversos países há muito tempo, principalmente os mais pobres de todos os continentes. Ressalta-se, portanto, que a maioria da população de todos os países do mundo, há muito tempo, tem consciência de que “a vida não é fácil”, ou seja, é um desafio a ser vencido, como se estivéssemos diante de uma guerra.

O fato é que, desde os embates ocorridos nas reuniões de Estocolmo (1972) e Rio (1992), nasceu a noção de que o desenvolvimento tem, além de um

⁴¹ Ações que contribuem para o bem-estar social e a preservação ambiental, como programas de reciclagem, iniciativas de inclusão social, e projetos de conservação.

⁴² Atividades que deterioram o meio ambiente ou prejudicam a sociedade, como poluição industrial, desmatamento, e práticas que ampliam as desigualdades sociais.

⁴³ A expressão “desenvolvimento econômico” se tornou um conceito central nas discussões econômicas e políticas ao redor do mundo, especialmente a partir de 20 de janeiro de 1949, quando o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman (1884-1972), fez um discurso no Congresso Americano, no primeiro ano de seu segundo mandato. Nesse discurso, Truman introduziu, pela primeira vez, a expressão subdesenvolvimento para se referir a países com níveis acentuados de pobreza e que abrigavam uma parte significativa da população mundial. Com isso, ele deixou claro que estava dividindo o mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.





cerceamento ambiental, uma dimensão social. Nessa, está contida a ideia de que a pobreza é provocadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas. A solidariedade com as próximas gerações introduz, de forma transversal, a dimensão ética.

O fato é que a crise ambiental contém o claro desafio de que o desenvolvimento sustentável é apenas uma das respostas possíveis. E a essa podem-se acrescentar pelo menos mais três, grosso modo, com probabilidades distintas. A primeira resposta é a tecnológica, que deposita na capacidade inventiva do homem a superação anunciada dos limites dos recursos naturais. A segunda reside na mudança radical (mas progressiva) do padrão de produção e consumo vigente, expressa no movimento do decrescimento, entre outros. A terceira é a possibilidade de não conseguirmos evitar a catástrofe que progressivamente poderia levar à extinção da humanidade. Seria a não resposta⁴⁴.

Há uma outra hipótese, que é a do decrescimento econômico. Decrescimento “consiste em nos libertarmos da ideologia do crescimento contínuo, que funda a irracionalidade da degradação ambiental promovida pelo modelo econômico vigente”⁴⁵. Como está explícito no conceito, trata-se de promover um decrescimento do PIB-Produto Interno Bruto mundial, já que o “modelo econômico vigente” é irracional e degrada o meio ambiente. A ideia de desenvolvimento sustentável do decrescimento, ao contrário, não rejeita, em princípio, o crescimento econômico, definindo, contudo, que este deve ser condicionado ao propósito maior de equidade social e conservação do meio

⁴⁴ NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqgggDWy8gct/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

⁴⁵ A análise a seguir está baseada na interpretação do conceito de decrescimento apresentada por Elimar Nascimento no Ensaio “Algumas notas sobre a origem do Decrescimento” publicado na Revista Será? de 2 de outubro de 2020.





ambiente. Neste sentido, aponta para uma mudança do “modelo vigente” e não para um decrescimento da economia que caberia no modelo que parece inabalável.

Da mesma forma, outros autores tentam superar o determinismo entre crescimento econômico e degradação ambiental, como Edgard Morin, que destacou a “tendência para a organização, para a complexidade crescente, isto é, para a neguentropia”⁴⁶, ou Capra, que indicou que “o universo vivo evolui da desordem para a ordem, em direção a estados de complexidade crescentes”⁴⁷. Claro que existem limites, mas nada que se possa considerar como um dado definitivo, atemporal e irredutível, como define a lei da termodinâmica.

Entendendo o planeta como um ser vivo e dinâmico, os “limites físicos” dependem de múltiplos fatores econômicos, sociais, tecnológicos e políticos. Os limites do crescimento analisados pelo Clube de Roma no final dos anos 60 (*The Limits to growth*) eram bem diferentes dos atuais limites físicos da natureza, mais amplos, em alguns aspectos, e até mais estreitos em outros, considerando inclusive o que já foi degradado. Nada disso significa que a natureza aguenta e se recupera de qualquer pressão antrópica. Significa que o planejamento do desenvolvimento sustentável tem que compreender o comportamento dinâmico da natureza e regular a economia, estimular a inovação e organizar a sociedade para a conservação do meio ambiente, sem a qual, a própria capacidade da economia entra em colapso.

A partir dessas premissas, algumas repercussões da agenda ambiental em setores da economia devem ser avaliadas, mesmo que de forma conjuntural.

⁴⁶ MORIN, Edgard. *O paradigma perdido: a natureza humana*, 3^a ed., Lisboa, Publicações Europa-América, s. d. (Biblioteca Universitária) – citado em BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável – metodologia de planejamento*. 3^a Edição, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2006.

⁴⁷ CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*”, São Paulo: Cultrix/Amana-key, 1996 – citado em BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável – metodologia de planejamento*. 3^a Edição, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2006.





No movimento que se segue acerca do novo paradigma energético sustentável, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a importância e emergência do tema ao dispor dentre os seus dezessete objetivos (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS⁴⁸), dois diretamente voltados para questão energética. Sendo o de número 7 (sete), e 13 (treze), nos quais estabelecem respectivamente metas para o setor energético em bases sustentáveis. O objetivo 7 (sete) trata de assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. O correspondente ao objetivo 13 (treze) se refere a adoção de medidas urgentes para o combate as mudanças climáticas e seus impactos⁴⁹.

O aumento no provimento de recursos energéticos torna-se matéria-prima para atender aos objetivos da política de desenvolvimento determinada no país na década de 1970. Nesse ambiente, sob a prerrogativa do progresso e do desenvolvimento expandiu-se a construção de grandes hidrelétricas, sustentado pela retórica de um modelo de energia limpa e renovável. Dados do Balanço Energético Nacional (BEN), ano base 2017, atesta que a matriz energética brasileira estava estruturada predominantemente por energia hidráulica respondendo por 65,2%.

Contudo, as manifestações e contradições de tal modelo são percebidas e questionada mediante os impactos negativos, destacando: deslocamento de populações ribeirinhas, alagamento das áreas de florestas, processo de eutrofização das represas e seus efeitos sobre a qualidade da água e emissão de

⁴⁸ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fazem parte da chamada “Agenda 2030”. Trata-se de um pacto global assinado durante a Cúpula das Nações Unidas em 2015, pelos 193 países membros. A agenda é composta por 17 objetivos ambiciosos e interconectados, desdobrados em 169 metas, com foco em superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, promovendo o crescimento sustentável global até 2030.

⁴⁹ IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agenda 2030 - ODS - Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável: proposta de adequação. Brasília, DF, IPEA, 2018.





carbono⁵⁰. Como fator limitador, soma-se a estes a escassez de chuvas e riscos de apagões. A opção por esse tipo de fonte tem se revelado insustentável, no cenário mundial e especialmente no Brasil⁵¹.

A exposição do cenário de vulnerabilidades, advindos das hidrelétricas demandou ações emergenciais como investimento na diversificação da matriz energética. Ganhou força, dentre outras fontes, a energia eólica e solar nos últimos anos. Há problemas ambientais nos dois modelos, mas o debate ainda é mínimo, em relação aos temas sociais e essas outras matrizes⁵². O fato é que não geração de energia sem impactos ambientais e é importante garantir um amplo debate sobre as soluções.

Já a mineração desempenha um papel fundamental para a economia brasileira, sendo responsável por cerca de 5% do nosso PIB, 20% do valor das exportações e pela geração de mais de dois milhões de empregos em todo o país. O Brasil é um dos principais produtores mundiais de minério de ferro, bauxita, manganês, nióbio, alumínio e ouro. A diversidade mineral brasileira é notável, com reservas importantes de minérios estratégicos não só para a garantia de nossa segurança energética, mas também para o suprimento de matérias-primas para

⁵⁰ BURSZTYN, Marcel. Energia solar e desenvolvimento sustentável no Semiárido: o desafio da integração de políticas públicas. *Estudos Avançados*, 34 (98), 2020, p. 167-186.

⁵¹ BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*, 21 (59), 2007, p. 139-153.

⁵² A sociedade civil tem vocalizado os problemas destes modelos e sugerido caminhos de solução há alguns anos. Alguns desses caminhos vieram na forma de salvaguardas socioambientais para a implantação de projetos eólicos e solares. Documentos construídos atendendo às demandas das comunidades atingidas, e com ampla participação de organizações da sociedade civil, representantes do poder público e especialistas de diversas áreas, com o apoio da iniciativa Nordeste Potência (NEP), foram e continuam sendo apresentados a diversas esferas do poder público, parlamentares e entidades empresariais. Ecoando as vozes de pessoas e comunidades atingidas, esses materiais podem [e devem] ser referência para planejar, licenciar e instalar usinas eólicas e solares. É uma decisão inteligente inclusive do ponto de vista econômico-financeiro, pois o respeito a esses parâmetros sociais e ambientais evitaria judicializações. Que afetam a entrada em operação dos projetos como podem gerar indenizações a serem pagas por empreendedores.





setores-chave da economia mundial, como a metalurgia, a siderurgia e a indústria de transformação em geral.

A mineração é, portanto, uma atividade essencial para a extração de recursos naturais fundamentais para o desenvolvimento econômico do país e para a produção de diversos bens no Brasil e no mundo. No entanto, essa atividade também tem impacto significativo no meio ambiente, levantando questões sobre a sustentabilidade da exploração mineral. Um dos principais desafios, por exemplo, é a degradação ambiental que ocorre nas regiões mineradoras. Organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), têm alertado para os impactos ambientais da mineração, incluindo o desmatamento, a degradação do solo, a contaminação da água e a perda da biodiversidade. Esses impactos negativos podem afetar a qualidade de vida e a saúde das comunidades locais, e desequilibrar ecossistemas terrestres e aquáticos sensíveis. Para enfrentar esses desafios, é essencial adotar práticas sustentáveis de mineração, que levem em consideração a proteção dos ecossistemas, a reabilitação das áreas degradadas e a gestão adequada dos resíduos gerados.

No contexto brasileiro, algumas instituições têm se dedicado a promover a mineração sustentável e a preservação ambiental. As empresas têm desenvolvido diretrizes e programas orientados para a adoção de boas práticas ambientais, visando reduzir impactos socioeconômicos negativos e promover a recuperação ambiental. Além disso, no âmbito governamental, o Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima e o Ministério de Minas e Energia têm trabalhado na implementação de políticas e instrumentos de gestão ambiental, fiscalização, concessão, cumprimento das legislações e exploração dos recursos minerais, visando justamente compatibilizar a atividade mineradora com a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade.





Doutro lado, a mineração ilegal afeta severamente alguns biomas, como a Amazônia. Levantamento produzido pelo WWF-Brasil a pedido da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA) aponta que em 2023 cerca de 4.114 pontos de mineração ilegal assolavam a Amazônia. A questão é histórica e alcança todos os países da bacia amazônica. Desde 1994, cerca de 2.300 toneladas de mercúrio foram despejadas na Amazônia brasileira. Porém este número, que já era alto, tem crescido cada vez mais: hoje, de acordo com uma série de estudos analisados, acredita-se que estejam sendo despejados 150 toneladas de mercúrio por ano na região⁵³.

As populações ribeirinhas e indígenas são as mais prejudicadas pela contaminação por mercúrio. Eles apresentam níveis de infecção superiores ao estabelecido pela Organização Mundial de Saúde. No Brasil e no Equador, as comunidades ribeirinhas são as mais afetadas, com médias de concentração de 15,43 e 12,3 (ppm – partes por milhão), respectivamente. No Peru e na Colômbia, a maior atenção deve ser dada às comunidades indígenas, que apresentam médias de concentração do metal em 27,75 e 23,01 (ppm), respectivamente.

De acordo com a nota técnica, dentre os países que fazem parte do bioma, o Brasil apresenta os maiores valores de concentração de mercúrio encontrados nas diversas espécies de peixes: são 8,71 (ppm), seguido pela Guiana Francesa com 6,45 (ppm) e Suriname com 4,62 (ppm). Ainda neste ano, um estudo apontou que peixes de seis estados da Amazônia brasileira apresentaram níveis de contaminação acima do limite aceitável⁵⁴.

⁵³ WWF. Nota técnica: contaminação por mercúrio na Amazônia. Disponível em: https://wwfbrnew.awsassets.panda.org/downloads/notatecnica_otca.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

⁵⁴ WWF. Nota técnica: contaminação por mercúrio na Amazônia. Disponível em: https://wwfbrnew.awsassets.panda.org/downloads/notatecnica_otca.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.





Já quando o tema é a agropecuária, talvez o maior consenso possível é que os conflitos e as dificuldades de diálogo tendem a manter apartadas as agendas da conservação ambiental e da produção rural no Brasil. Há aqui duas questões: a relação entre o modelo de uso e propriedade da terra no Brasil; e as possíveis soluções para tornar a agropecuária uma prática mais sustentável e inclusiva. Quanto a este último aspecto, é necessário um maior diálogo sobre os papéis dos principais atores envolvidos diretamente na dinâmica das cadeias-produtivas agroalimentares, sendo eles (todos) os produtores, as agroindústrias, os fornecedores de insumos, os prestadores de serviços e os consumidores finais. A busca pela sustentabilidade se estende por todos os elos das cadeias-produtivas em sistemas agroalimentares e depende do desenvolvimento de novos recursos tecnológicos e da proposição de práticas inovadoras, que são produtos geralmente associados aos agentes de mercado, os centros tecnológicos, como a EMBRAPA, pioneira em todo o mundo, as universidades, os órgãos de extensão rural, os centros de pesquisa e os governos. Sem eles não há possibilidade de construir uma agenda ambiental sólida em relação à produção agropecuária, sem considerar o papel da agroecologia e da agricultura familiar.

Um estudo realizado pela consultoria americana McKinsey aponta que o custo global para realizar a transição para uma matriz energética limpa até 2050 é de 275 trilhões de dólares, ou 9,2 trilhões de dólares anuais. O relatório “Transição Net Zero” avaliou os setores que produzem 85% das emissões totais de gases de efeito estufa de 69 países, incluindo o Brasil, e é considerado pelos especialistas do tema o estudo mais completo realizado até hoje⁵⁵.

O montante a ser investido seria direcionado para sistemas de energia e ocupação do solo, de maneira que abrangesse setores como a indústria,

⁵⁵ MCKINSEY. The net-zero transition: what it could cost, what it could bring Disponível em: <https://www.mckinsey.com/capabilities/sustainability/our-insights/the-net-zero-transition-what-it-would-cost-what-it-could-bring>. Acesso em: 15 out. 2025.





mobilidade, construções, agricultura, silvicultura e outros usos do solo, além de resíduos. Em relação ao que já é investido hoje, o aumento seria de 3,5 trilhões de dólares por ano. Ainda que a transição fosse realizada, o seu efeito sobre as mudanças climáticas seria apenas o de estabilizar o aumento da temperatura do planeta em 1,5°C, considerado inevitável diante dos atuais níveis de emissões de gases de efeito estufa.

No relatório, o Brasil foi colocado no grupo de países que realizam um uso intensivo da terra, ao lado da Argentina, Bolívia, Chila, Colônia, Costa Rica e Equador, nos quais a agricultura e o setor florestal representam mais de 5% do PIB, mais de 10% dos empregos e mais de 5% do estoque de capital. De acordo com o documento, para a transição energética ocorrer nessas nações seria necessário equilibrar o uso do solo com a proteção da floresta por meio de apoio a comunidades que dependem destes meios para subsistir⁵⁶.

Transição, portanto, é um processo, uma jornada que tem o tempo como referencial. Já a Transição Justa representa a mudança de modelo econômico de um mundo de alto carbono para um mundo de baixo carbono sem destruir valor econômico e social. Em recente evento em Roma, em junho de 2025, na Pontifícia Universidade Gregoriana, o Cardeal Spengler, ele apresentou cinco caminhos inevitáveis para uma transição justa: “a sobriedade como resistência ao consumismo, a educação para a conversão ecológica, o fortalecimento das

⁵⁶ O relatório identifica seis arquétipos principais de países, com base na natureza comum de sua exposição à transição: Produtores de combustíveis fósseis: 13 países como Canadá, Noruega, Rússia, Arábia Saudita e Venezuela; Intensivos em emissões: 10 países como China, Índia, África do Sul e Turquia; Economias agrícolas: 6 países como Marrocos, Filipinas e Senegal; Países de uso intensivo da terra: 12 países como Brasil, Colômbia, Malásia e Peru; Economias industriais emissoras: 13 países como Alemanha, Japão, México e Coreia do Sul; Economias baseadas em serviços: 15 países como França, Israel, Holanda, Cingapura e Estados Unidos. Não é um destino, mas uma reunião de características que formam o chamado “arquétipo”.





comunidades locais, o diálogo com a comunidade científica e as narrativas de esperança que mostram as transformações reais”⁵⁷.

Mas, o mesmo estudo da McKinsey, destacado anteriormente, indica que o cálculo estima que os setores ligados à alta emissão de gás carbônico, responsáveis por aproximadamente 20% do PIB mundial, seriam profundamente afetados e 185 milhões de empregos diretos e indiretos em todo o mundo seriam perdidos, principalmente de setores ligados a combustíveis fósseis, como indústrias de carvão, petróleo e gás. Por outro lado, cerca de 200 milhões de postos de trabalho seriam criados em setores relacionados à energia limpa, o que proporcionaria um saldo de 15 milhões de empregos criados.

Segundo a OIT, o conceito de emprego verde “resume a transformação das economias, das empresas, dos ambientes de trabalho e dos mercados laborais em direção a uma economia sustentável que proporcione um trabalho decente com baixo consumo de carbono”⁵⁸. Ao longo dos anos o conceito veio sendo capturado por interesses exclusivamente econômicos, em detrimento de seu foco social e ambiental. No Brasil ainda é modesta a participação dos setores e ocupações verdes no mercado de trabalho do Brasil, sobretudo quando se considera o potencial de crescimento das atividades verdes na estrutura produtiva nacional. Mudanças de rumo na economia brasileira na direção de um projeto de desenvolvimento com cuidado ambiental e inclusão social poderá incentivar investimentos sustentáveis e gerar empregos decentes em setores selecionados com baixa ou nenhuma emissão de carbono e contribuir para redução das desigualdades sociais.

⁵⁷ VATICAN NEWS. Transição ecológica justa: a Igreja latino-americana levanta a sua voz. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2025-06/transicao-ecologica-justa-igreja-latino-americana.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

⁵⁸ MUÇOUÇAH, Paulo Sergio. Empregos Verdes no Brasil: quantos são, onde estão e como evoluirão nos próximos anos. Organização Internacional do Trabalho. Brasil, 2009.





3.5 Corrida por recursos estratégicos

É possível afirmar que uma das razões da “nova Guerra Fria, entre os Estados Unidos e a China, é a corrida pelo domínio de recursos (no mais das vezes, minérios) estratégicos. A disputa pelo controle de insumos essenciais para a tecnologia do futuro – como terras raras, lítio e níquel – tem impacto direto em setores estratégicos, como a indústria de chips, baterias, energias renováveis e defesa. Na era digital e da crescente transição energética, reside um grupo de 17 elementos químicos com nomes que soam exóticos: as terras raras (TRs). Longe de serem escassas na crosta terrestre, é a extrema dificuldade e o alto custo de extraí-las em concentrações viáveis e de processá-las que as elevam à categoria de recursos estratégicos de valor inestimável.

Desde sistemas eletrônicos avançados, placas de vídeos, chips para IA, motores de carros elétricos, turbinas eólicas, painéis solares e os sofisticados sistemas de defesa, as terras raras são os invisíveis, mas indispensáveis, componentes que impulsionam a tecnologia do século XXI. Contudo, o que as torna tão cruciais para a inovação e a segurança global também as coloca no centro de uma intensa e crescente disputa geopolítica.

Com a China dominando a maior parte da cadeia de produção, o acesso a esses minerais tornou-se um ponto nevrálgico nas relações internacionais, levando nações a buscar desesperadamente novas fontes e a investir pesadamente em diversificação. Essa corrida por terras raras não é apenas uma questão econômica, mas um pilar fundamental da segurança nacional e da soberania tecnológica no cenário global atual.

O Brasil se destaca como uma potência geológica, detentora da segunda maior reserva global, estimada em aproximadamente 24,9 milhões de toneladas (Mt), segundo informações do Serviço Geológico dos EUA (USGS). Veja-se a figura 4:

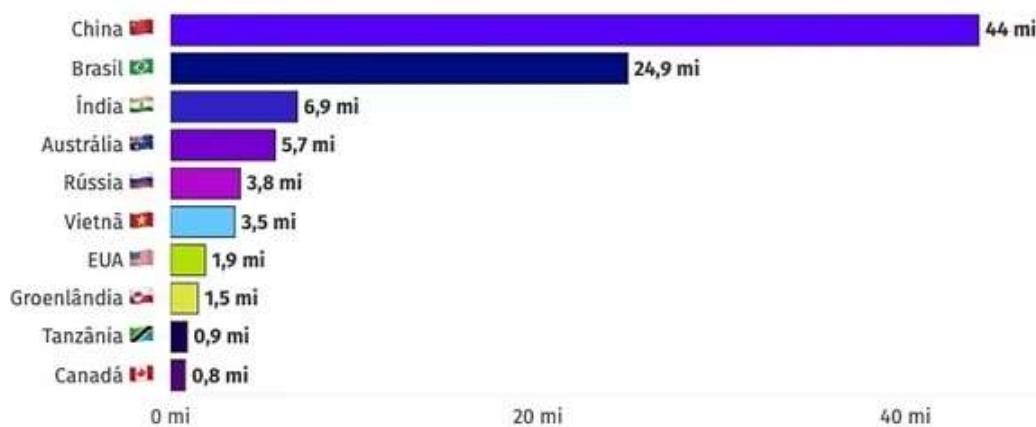




Figura 4

As principais reservas de terras raras do mundo

Em toneladas



Fonte: Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS)
Dados de janeiro de 2025

Além das terras raras, a riqueza mineral do Brasil se estende a outros minerais estratégicos críticos, incluindo Nióbio (onde detém 92% da produção global), Lítio, Grafite (a maior reserva global) e Níquel (a terceira maior). Esse portfólio mais amplo aumenta sua importância estratégica.

Os principais depósitos de terras raras são identificados em vários estados brasileiros, notadamente na Bacia do Parnaíba (abrangendo partes do Maranhão, Piauí), Poços de Caldas (Minas Gerais), Araxá (Minas Gerais), Catalão (Goiás), Minaçu (Goiás), Amazonas e Bahia. O projeto Minaçu em Goiás é particularmente significativo, pois abriga depósitos de argilas iônicas semelhantes aos encontrados no sul da China e é o lar da Mineração Serra Verde, que iniciou suas operações em janeiro de 2024 com capacidade de 5 kt OTR (Óxidos de Terras Raras)/ano, principalmente para exportação – tornando-a a única produção comercial de terras raras fora da Ásia a partir de tais depósitos.





O principal desafio para o Brasil reside na ausência de tecnologia e infraestrutura para as etapas cruciais de separação e refino, que são as que agregam o maior valor aos minerais. A China detém essa tecnologia, o que encarece a importação de produtos já processados para o Brasil e, por sua vez, força o país a exportar sua matéria-prima bruta. Isso explica por que o Brasil, apesar de suas vastas reservas, tem uma produção real insignificante e atua principalmente como exportador de matérias-primas. Essa situação ressalta uma vulnerabilidade econômica substancial, pois o país perde receitas potenciais significativas (até R\$ 243 bilhões/ano).

O Banco Mundial projetou que a extração destes minerais vai ter que quintuplicar até 2050 para satisfazer a demanda. Isso significa que mais de três bilhões de toneladas de minerais e metais vão ser necessários para a energia eólica, solar e geotérmica e para o armazenamento de energia.

Não é só na terra. Para além das disputas terrestres e marítimas, a geopolítica tem agora uma nova fronteira: o fundo do mar. A milhares de metros abaixo da superfície dos oceanos, encontram-se enormes depósitos de recursos minerais, muitos dos quais são fundamentais para a transição energética de que o mundo tanto precisa na batalha contra as mudanças climáticas. Esses minerais de águas profundas também podem ser usados para a fabricação de equipamentos e armas militares. Embora ainda não tenham sido extraídos minerais das profundezas do fundo do mar, empresas privadas e agências governamentais, incluindo potências mundiais como China, Índia e Rússia, participam de uma verdadeira corrida para garantir o feito. A Zona Clarion-Clipperton, no Oceano Pacífico norte, a Dorsal Mesoatlântica, no Oceano Atlântico norte, o Oceano Índico e o noroeste do Pacífico estão sendo explorados, depois que países e empresas obtiveram licenças de exploração da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, na sigla em inglês) – o órgão da ONU que supervisiona a mineração em águas internacionais.





Os EUA estão se preparando para obter esses minerais a partir do seu próprio fundo do mar. O país não ratificou a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar – e, portanto, não opera em águas internacionais, áreas do mar que não estão sob a jurisdição de nenhum país.

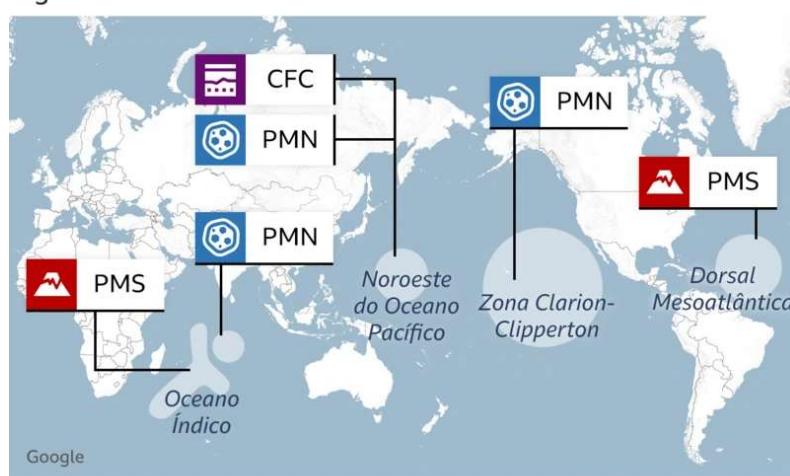
Dos 31 contratos de exploração concedidos pela ISA até agora, 17 são para a Zona Clarion-Clipperton, entre o Havaí e o México, onde está em andamento a busca por nódulos polimetálicos – rochas em forma de batata que ficam no fundo do mar e são ricas em manganês, cobalto, níquel e cobre.

Estes e outros minerais, incluindo lítio e grafite, são utilizados em veículos elétricos, painéis solares, turbinas eólicas e baterias de armazenamento de energia.

Figura 5

Áreas de exploração para mineração em alto mar

Contratos com a ISA para exploração do fundo do mar em águas internacionais



Número de contratos

- Nódulos polimetálicos (PMN): 19
- Sulfetos polimetálicos (PMS): 7
- Crostas de ferro-manganês ricas em cobalto (CFC): 4

Fonte: Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA)

B B C





Outra questão de extrema relevância decorre das pressões sobre cadeias de alimentos em função de conflitos e mudanças climáticas.

As interfaces entre as mudanças climáticas, os sistemas alimentares e a segurança alimentar e nutricional (SAN) têm se destacado nos debates da agenda de desenvolvimento sustentável desde o início da década de 1990. A interseção desses temas tem sido evidenciada em um grande conjunto de estudos demonstram que as mudanças climáticas possuem efeitos negativos na SAN, potencializados pela pobreza e desigualdade social, bem como o papel dos sistemas alimentares como causas e como sua transformação pode reverter a situação atual.

No campo da SAN, as mudanças climáticas impactam principalmente na produção e acesso aos alimentos, além de interferir na sua qualidade nutricional e de contribuir fortemente na volatilidade dos preços. Os estudos também apontam estratégias de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas para mitigar e reverter seus efeitos sobre a SAN, particularmente considerando o maior impacto sobre as populações mais vulneráveis, em função das desigualdades sociais e da pobreza, reforçando a necessidade de maior investimento em políticas públicas, estudos e pesquisas acerca da temática no mundo⁵⁹.

Essas interfaces são ainda mais notáveis quando se considera a questão da sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, que evidencia o papel central dos sistemas alimentares hegemônicos, baseados nas monoculturas e nos produtos ultraprocessados, como um dos principais agentes causadores das mudanças climáticas e como determinantes da dupla carga da má nutrição⁶⁰.

⁵⁹ ALPINO, T. DE M. A. et al. The impacts of climate change on Food and Nutritional Security: a literature review. Ciencia e Saude Coletiva, v. 27, n. 1, p. 273–286, 2022.

⁶⁰ SWINBURN, B. A. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. The Lancet, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.





Vale ainda a pena destacar o papel da água diante das mudanças climáticas, da SAN e dos sistemas alimentares, no contexto do Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março. A água é um direito humano, mas tem sido ameaçada de privatização mesmo sendo um alimento e essencial para a produção e preparação de alimentos e tem sido ameaçada pelo uso insustentável e pelo estresse hídrico provocado pelas mudanças climáticas, afetando mais severamente as populações mais vulneráveis.

O Relatório do Estado do Clima Global 2023, lançado em março de 2024, afirmava que 2023, o ano mais quente da história até aquela data, trazia outras mensagens alarmantes, como recordes de aumento da temperatura dos oceanos (junto com o aumento dos níveis dos mares, a perda de gelo no mar da Antártica e a retração das geleiras) e o aumento nos eventos climáticos extremos (e seu impacto negativo sobre o desenvolvimento socioeconômico). Ao mesmo tempo, trazia mensagens de esperança como o potencial da transição para energias renováveis, enquanto destacava que o custo da inação em relação ao clima, ou seja, os prejuízos econômicos causados pelas mudanças climáticas, será muito maior do que o custo das ações para reverter as mudanças que estão em curso (WMO)⁶¹.

Mudanças no clima, medidas no relatório por indicadores-chave, podem ter impactos em cascata sobre o desenvolvimento nacional e no progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por exemplo, alterações na acidez ou temperatura dos oceanos podem afetar a vida marinha potencialmente impactando comunidades costeiras que dependem da pesca local para seu sustento ou para a sua segurança alimentar e nutricional. Por outro lado, segundo o relatório, as ciências relacionadas ao clima desempenham um

⁶¹ WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). State of the Global Climate 2023. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://library.wmo.int/records/item/68835-state-of-the-global-climate-2023>. Acesso em: 15 out. 2025.





papel crítico em facilitar o desenvolvimento sustentável e, conforme demonstrado pelo relatório United in Science de 2023, essas ciências apoiam a realização de muitos dos ODS. Nesse sentido, reconhecer as interconexões entre o clima e o desenvolvimento pode, portanto, levar a ações sinérgicas, uma necessidade crescente à medida que o mundo se afasta cada vez mais da conquista tanto dos ODS quanto das metas do Acordo de Paris.

Dentre seus capítulos, o relatório aborda os impactos socioeconômicos das mudanças climáticas, destacando que a segurança alimentar, os deslocamentos populacionais e os impactos em populações vulneráveis continuam sendo uma preocupação crescente em 2023, agravados pelos riscos climáticos e meteorológicos em muitas partes do mundo.

Em 2023, condições climáticas extremas continuaram a desencadear deslocamentos novos, prolongados e secundários, aumentando a vulnerabilidade de populações já deslocadas por situações complexas e multifatoriais de conflitos e violência. Nesse sentido, o relatório reforça a necessidade de desenvolvimento e a implementação de estratégias locais de redução de riscos como a adoção do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, que inclui como componente essencial a existência de sistemas eficazes de alerta precoce para múltiplos riscos.

Esses eventos, combinados a outros fatores que ocorrem em um contexto mais amplo, de forma que os eventos climáticos extremos interagem e, em alguns casos, desencadeiam ou agravam situações relacionadas à segurança hídrica e à segurança alimentar e nutricional, junto com a mobilidade populacional e degradação ambiental, e afetam de forma desigual diferentes regiões do mundo.

O relatório também destaca que a atual crise global de alimentos e nutrição é a maior da história humana moderna, uma vez que o número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar e nutricional aguda em todo o mundo mais que dobrou, passando de 149 milhões de pessoas antes da pandemia de COVID-19





para 333 milhões de pessoas em 2023 (em 78 países monitorados pelo Programa Mundial de Alimentos – PMA). Preocupantemente, os níveis globais de fome permaneceram inalterados de 2021 a 2022, e ainda estão muito acima dos níveis pré-pandêmicos: em 2022, 9,2% da população global (735,1 milhões de pessoas) estavam subnutridas, em comparação com 7,9% da população (612,8 milhões de pessoas), em 2019, e o número de pessoas sem condições de ter acesso a uma alimentação de qualidade é muitas vezes maior⁶² (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, 2023).

Ainda segundo o relatório, temos como raízes desses altos níveis de insegurança alimentar e nutricional global os conflitos prolongados, recessões econômicas e altos preços dos alimentos, agravados pelos custos elevados dos insumos agrícolas devido a conflitos em andamento, aos quais se combinam os efeitos de extremos climáticos e meteorológicos. Por exemplo, no sul da África, extremos climáticos, incluindo a passagem do Ciclone Freddy em fevereiro de 2023, afetaram áreas de Madagascar, Moçambique, sul do Malawi e Zimbábue e as inundações associadas ao ciclone submergiram extensas áreas agrícolas e causaram danos severos às colheitas, exacerbando uma recuperação econômica lenta.

Globalmente, as perdas econômicas anuais devido a desastres relacionados ao clima e a fenômenos meteorológicos aumentaram muito desde os anos 2000. Por exemplo, entre 2007 e 2022, pesquisas de avaliação de necessidades pós-desastre realizadas em 60 países em todo o mundo mostraram que mais de 65% das perdas causadas por secas ocorreram no setor agrícola, incluindo perdas na produção de culturas e criação de gado. Além disso, no caso de inundações, tempestades e ciclones, cerca de 20% das perdas estão no setor agrícola.

Como mais um exemplo dos impactos mais severos das mudanças climáticas sobre o continente africano, no início de 2023, o Sudão do Sul continuou a enfrentar

⁶² FAO, IFAD, UNICEF, WFP, A. W. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. [s.l: s.n.].





inundações excepcionais, com os níveis de água permanecendo altos mesmo durante a estação seca. Essas inundações prolongadas dificultaram o acesso das pessoas a necessidades básicas, como alimentos, água limpa e cuidados de saúde, e contribuíram para o colapso iminente dos meios de subsistência locais, de modo que foram estimadas, no primeiro semestre de 2023, cerca de 7,8 milhões de pessoas, equivalentes a quase dois terços da população total do Sudão do Sul, em situação de insegurança alimentar e nutricional grave (passando fome).

O relatório destacou igualmente o impacto do clima sobre regiões mais vulneráveis da Ásia, como no Afeganistão, que enfrentou uma redução substancial no derretimento da neve e nas chuvas, resultando em outra safra de culturas precária. Isso agravou a situação de sua população, especialmente nas regiões norte e nordeste, sendo estimados, em 2023, 15,3 milhões de afegãos em situação de insegurança alimentar e nutricional grave. Também no Iêmen, 53% da população já estava em situação de insegurança alimentar e nutricional grave, agravada ainda mais por altos preços de alimentos e combustíveis, juntamente com inundações e conflitos prolongados. Na Indonésia, por sua vez, uma seca relacionada ao El Niño e outros fatores climáticos locais, afetou perto de 30% da área de cultivo de arroz, diminuindo a produção em 645.000 toneladas e atrasando as culturas no final de 2023.

Ainda mereceu destaque no relatório, a situação das Américas, em 2019, onde houve uma produção recorde de milho no Brasil que compensou as colheitas abaixo da média em outras partes da América do Sul devido a períodos prolongados de seca, especialmente na Argentina, onde as condições de seca provocaram uma diminuição de 15% na produção de cereais em comparação com a média de cinco anos. Além disso, o retorno do El Niño, em 2023, teve consequências adversas durante todo o ciclo de cultivo de milho na América Central e nas partes norte da América do Sul, onde déficits de água e altas temperaturas reduziram tanto a área de plantio quanto a produtividade, com





impactos negativos na produção final, especialmente para os pequenos agricultores e famílias mais vulneráveis no Corredor Seco. Na estação seguinte, tempestades tropicais e eventos inesperados de chuvas intensas prejudicaram o crescimento normal das culturas em certas áreas próximas à costa do Pacífico da América Central.

A FAO, em 2024, reforçou que existe uma necessidade urgente de transformar os sistemas agroalimentares e aproveitar suas soluções climáticas, pois os eventos climáticos extremos estão afetando progressivamente a segurança alimentar e nutricional e a agricultura, com implicações socioeconômicas mais amplas. Os impactos climáticos na alimentação e agricultura são crescentes, provocados por ondas de calor, inundações, secas, incêndios florestais e ciclones tropicais, perturbando a vida cotidiana de milhões e causando perdas econômicas de muitos bilhões de dólares e intensificando a pobreza de muitas populações em 2023. Destacam-se, ainda, vários fatores subjacentes que contribuem para a insegurança alimentar e nutricional, como conflitos prolongados, recessões econômicas, altos preços dos alimentos e impactos relacionados ao clima. Exemplos regionais ilustram ainda mais esses desafios, principalmente no continente africano.

Dentre as ações implementadas pela FAO diante desses desafios, foi destacada a prioridade ao aprimoramento da resiliência climática e à adaptação dentro do setor agroalimentar, sendo que a Organização também tem promovido a ação climática como uma oportunidade crucial para garantir que soluções agroalimentares estejam totalmente integradas à agenda ambiental e climática. A Estratégia da FAO sobre Mudanças Climáticas e seu Plano de Ação adotam uma abordagem abrangente, considerando diversos setores como produção de cultivos e pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura, juntamente com cadeias de valor relacionadas, meios de subsistência, biodiversidade, água e ecossistemas,





reconhecendo os papéis cruciais das mulheres, jovens e povos indígenas na promoção da mudança.

Segundo a FAO, essa estratégia é flexível, contemplando contextos diversos como áreas rurais, periurbanas e urbanas e buscando auxiliar os países a alinharem seus sistemas agroalimentares com seus compromissos e políticas climáticas nacionais. Além disso, a estratégia da FAO avalia diferentes riscos, incluindo as consequências da inação, riscos sistêmicos e riscos ambientais e adaptando as intervenções às necessidades específicas de populações vulneráveis e integrando a gestão de riscos climáticos em todos os domínios de trabalho.

Para a FAO, a agenda também se apoia nos muitos compromissos internacionais em relação ao clima e depende fortemente de maior financiamento das ações, de modo que existe uma abertura para uma abordagem mais integrada e coerente entre as Convenções do Rio, no contexto da preservação da natureza, ação climática e segurança alimentar. Assim, agora seria o momento de advogar juntos pelas soluções dentro dos sistemas agroalimentares que possam simultaneamente abordar os desafios ambientais, de biodiversidade, climáticos e da segurança alimentar e nutricional.⁶³

Por fim, ainda em março de 2024, no relatório apresentado na 55ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, a Alta Comissária Adjunta de Direitos Humanos, Nada Al Nashif, fez um importante alerta sobre as ameaças das mudanças climáticas e o direito humano à alimentação. No relatório, houve um alerta sobre o atual paradigma econômico, que, nas palavras da Alta Comissária, cria um “ciclo vicioso” em que os impactos climáticos aprofundam a insegurança

⁶³ FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). COP28: FAO spotlights agrifood systems' potential to address climate impacts and achieve 1.5°C goal. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/cop28-fao-spotlights-agrifood-systems-potential-to-address-climate-impacts-and-achieve-1.5-c-goal/en>. Acesso em: 15 out. 2025. _____. UN global climate report: a stark reminder of the urgent need to leverage agrifood solutions. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/un-state-of-the-global-climate-a-stark-reminder-of-the-urgent-need-to-leverage-agrifood-solutions/en>. Acesso em: 15 out. 2025.





alimentar, enquanto a “dependência excessiva dos sistemas alimentares industriais agrava as alterações climáticas e a vulnerabilidade das comunidades”. Além disso, a Alta Comissária, lamentou que, apesar do compromisso mundial de criar um mundo livre da fome até 2030, cerca de 783 milhões de pessoas, mais de 9% da população mundial, sofreram de fome crônica no ano passado⁶⁴ (Office of the High Commissioner for Human Rights, 2024).

Segundo o relatório apresentado, seriam necessárias cinco ações para impedir os danos relacionados às mudanças climáticas na alimentação no mundo⁶⁵:

- Evitar que a produção agrícola industrial fomente ainda mais as alterações climáticas;
- Implementar reforma agrária e proteção social universal (os Estados precisam reconhecer os direitos dos povos indígenas, dos camponeses e das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade);
- Garantir que as empresas atuem de forma responsável para enfrentar as mudanças climáticas e seu impacto no direito à alimentação;
- Abrir o espaço fiscal para mobilizar o financiamento necessário para a implementação das políticas públicas; e
- Fortalecer a transição para sistemas alimentares sustentáveis, como apoio a alternativas como a agroecologia para tornar os sistemas de produção de alimentos mais resilientes.

⁶⁴ OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Deputy presents Office's report on climate change and the right to food. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2024/03/deputy-presents-offices-report-climate-change-and-right-food>. Acesso em: 15 out. 2025.

⁶⁵ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Measures for minimizing the adverse impact of climate change on the full realization of the right to food. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g24/006/63/pdf/g2400663.pdf?token=j63L7jYRstF2H4HkTe&fe=true>. Acesso em: 15 out. 2025.





Diante desse quadro, cresceu nos últimos anos o “nacionalismo de recursos”⁶⁶. Vewm acompanhado de maior protecionismo, abordagem política em que os governos protegem as indústrias nacionais da concorrência estrangeira impondo tarifas, cotas e outras barreiras comerciais. Nos últimos anos, diversos eventos globais catalisaram o ressurgimento do protecionismo, incluindo a crise financeira de 2008, a guerra comercial entre EUA e China, o Brexit, a pandemia de COVID-19 e o novo governo TRMP nos EUA. Esses eventos levaram os países a reavaliar sua dependência das cadeias de suprimentos globais e a buscar maior controle sobre seus sistemas econômicos.

O nacionalismo de recursos é outra tendência crescente, particularmente em países ricos em recursos naturais, como energia, minerais e alimentos. Os governos estão cada vez mais exercendo controle sobre esses recursos, muitas vezes por meio de restrições à exportação ou esforços de nacionalização, para garantir o abastecimento doméstico em tempos de crise.

Nessa quadra, há alguns fenômenos ocorrendo de forma simultânea. Há uma redução do crescimento econômico. Barreiras comerciais, como tarifas e cotas, interrompem o fluxo de bens e serviços, levando a preços mais altos para consumidores e empresas. Isso pode reprimir a demanda interna e reduzir o investimento, já que as empresas enfrentam custos mais altos e incertezas sobre futuras políticas comerciais. Por exemplo, a guerra comercial entre EUA e China interrompeu significativamente as cadeias de suprimentos em setores como eletrônicos e agricultura, levando à perda de empregos e à diminuição da atividade econômica em ambos os países.

⁶⁶ Para o conceito e o resgate histórico, ver MACHADO, João Victor; MARTINS DA ROCHA, Marco Antônio. Nacionalismo de recursos no Oriente Médio e na América Latina (1945-2014): uma revisão da bibliografia. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 37, n. 2, 2022. DOI: 10.14393/REE-v37n2a2022-58949. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/58949>. Acesso em: 15 out. 2025.





Depois, as cadeias de suprimentos globais modernas são intrinsecamente interconectadas, com componentes e matérias-primas frequentemente cruzando diversas fronteiras antes que um produto final seja fabricado. Medidas protecionistas, como tarifas, podem levar a interrupções significativas nessas cadeias de suprimentos. Por exemplo, durante a guerra comercial entre os EUA e a China, a imposição de tarifas sobre produtos chineses causou atrasos e aumentou os custos para os fabricantes americanos que dependiam de componentes chineses.

O risco do aumento dos preços ao consumidor e redução das escolhas, já que tarifas e outras barreiras comerciais elevam o custo das importações, e que são normalmente repassados aos consumidores. Além disso, o protecionismo pode reduzir a variedade de produtos disponíveis nos mercados domésticos, à medida que os produtos importados se tornam mais caros ou escassos. Isso pode sufocar a inovação e reduzir a competitividade das indústrias nacionais, que enfrentam menos pressão de concorrentes estrangeiros.

Por fim, há a incerteza criada por políticas protecionistas pode dissuadir investimentos estrangeiros e nacionais. As empresas podem hesitar em investir em novos projetos ou expandir suas operações se não tiverem certeza sobre as políticas comerciais futuras ou se anteciparem custos mais altos devido a tarifas ou outras barreiras. Isso pode desacelerar o crescimento econômico e reduzir a criação de empregos, especialmente em setores que dependem fortemente do comércio internacional.

Embora essas políticas possam trazer benefícios de curto prazo, protegendo as indústrias nacionais e garantindo recursos essenciais, elas também representam riscos significativos para o crescimento econômico global, a inovação e a cooperação internacional. À medida que o mundo avança na era da desglobalização, os formuladores de políticas precisam encontrar o delicado





equilíbrio entre proteger os interesses nacionais e manter os benefícios do comércio e da integração globais.

3.6 Crises ambientais e segurança global

Não se sabe ainda se a crise já é o colapso. Mas o que temos é um enorme problema adiante. Não há planeta B⁶⁷. A crise climática planetária não é mais uma ameaça distante. Ela está aqui, agora, remodelando ecossistemas, economias e sociedades em um ritmo alarmante. De ondas de calor intensas a inundações devastadoras, as mudanças climáticas estão impondo desafios sem precedentes à humanidade.

Infelizmente, o cenário de destruição ambiental não diz respeito apenas à emergência climática. Os problemas a serem enfrentados são inúmeros e de diversas ordens, na frente ambiental temos a destruição de biomas nativos perda de biodiversidade, alteração dos regimes hídricos; na frente socioambiental notamos um aumento alarmante na frequência e intensidade de eventos climáticos extremos como as enchentes, desmoronamentos, poluição do ar, de nascentes e do solo, as queimadas e a desertificação; finalmente, todos esses problemas se encontram na frente social, amplificando o extrativismo intensivo, a monocultura latifundiária, a injustiça climática, o racismo ambiental e o assassinato de populações originárias, gerando a necessidade de lutar por terras produtivas, gerir melhor os resíduos e repensar o consumismo desenfreado.

⁶⁷ Ver, v.g., BERNERS-LEE, Mike. Não há Planeta B: um manual para evitar o fim do mundo. São Paulo; Ed. Blucher, 2020. Esta frase tem origem no comediante Rob Newman ("There Is No Planet B: A history of the world backwards") e ganhou popularidade através do ativismo ambiental e do trabalho de autores como Berners-Lee e Carmem Lima (Não há Planeta B. Lisboa: Chá das Cinco, 2020), enfatizando a urgência de proteger a Terra devido à falta de alternativas viáveis para a vida humana.





Apesar de muitas evidências e alertas, que não são recentes na história, estamos caminhando para uma catástrofe ambiental e humanitária sem precedentes.

Fato é, a Terra já aqueceu no limite do 1,5°C, e as consequências são palpáveis e foram sentidas por milhões de brasileiros nos últimos anos, seja nas enchentes que atingiram o Sul ou nas queimadas intensas que afetam todo o país, o aumento de doenças transmitidas por vetores como a dengue, malária e a febre amarela e a insegurança alimentar são apenas algumas das consequências diretas.

O Brasil tem 58%⁶⁸ do seu território coberto por florestas, é a nação mais rica em biodiversidade do planeta e com a maior quantidade de água doce. Deveríamos assumir uma posição de liderança nas mudanças sociais e ambientais. Entretanto, ainda há muita devastação, uso ilícito de nossas riquezas naturais, desmatamento, poluição e o avanço descontrolado da fronteira agrária.

Colocamos em risco não apenas os ecossistemas, mas também as populações que dependem deles diretamente, como os povos originários e as populações ribeirinhas, apagados, silenciados e atacados rotineiramente, e de forma menos direta, como as populações urbanas, que sofrem com as consequências dessa destruição, com problemas de saúde, aumento dos custos alimentícios e, consequentemente, da insegurança alimentar. O desmatamento é impulsionado, em grande parte, pela expansão da agropecuária, mineração ilegal e extração de madeira.

Povos originários, responsáveis por preservar cerca de um terço das áreas protegidas do país⁶⁹, enfrentam invasões frequentes do garimpo, grileiros e

⁶⁸ OUR WORLD IN DATA. Share of land covered by forest. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/forest-area-as-share-of-land-area>. Acesso em: 15 out. 2025.

⁶⁹ OVIEDO, Antonio Francisco Perrone; DOBLAS, Juan. ISA. As florestas precisam de pessoas. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/florestas-precisam-das-pessoas>. Acesso em: 15 out. 2025.





pecuaristas. Casos de invasão em terras indígenas aumentaram em 180% entre 2018 e 2022 (conforme os dados do CIMI⁷⁰). Ao mesmo tempo, trabalhadores rurais e assentados lutam contra a concentração fundiária e pela implementação de políticas de reforma agrária.

Parte do agronegócio brasileiro está associado à degradação ambiental e às injustiças sociais. Apenas em agosto de 2024, 2,4 milhões de hectares foram incendiados no Cerrado, bioma conhecido como a "caixa d'água do Brasil"⁷¹ (Projeto MapBiomass, 2024). Hoje, a maior bancada do congresso é a ruralista, com 251 deputados e 49 senadores membros, enquanto que a chamada frente ambientalista conta apenas com 181 congressistas e 14 senadores⁷². A luta pela terra representa uma das facetas mais agudas da crise ambiental brasileira.

Frente às enormes desigualdades questionamos: todos possuem a mesma parcela de culpa na atual crise ambiental? Daqui, surgem conceitos imprescindíveis, como a justiça climática e o racismo ambiental. Ambos destacam como a crise ambiental não afeta todas as populações de forma igualitária, exacerbando desigualdades socioeconômicas e raciais.

No Brasil, comunidades historicamente marginalizadas, como indígenas, quilombolas e moradores de periferias urbanas, são desproporcionalmente impactadas por eventos climáticos extremos, devido à combinação de vulnerabilidade social e desigualdade no acesso a recursos e políticas de adaptação climática. De forma injusta, essas são as comunidades de menor impacto ambiental.

⁷⁰ CIMI. RELATÓRIO VIOLENCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Dados de 2022. Disponível em <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

⁷¹ PROJETO MAPBIOMAS, 2024. Mapeamento das áreas queimadas no Brasil entre 1985 a 2024. Coleção 3. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/09/8_Bulletin_fogo_Agosto2024-2.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

⁷² Brasil. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frentes e Grupos Parlamentares. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>. Acesso em: 15 out. 2025.





O racismo ambiental no Brasil é colossal, principalmente em áreas urbanas onde aterros sanitários, indústrias poluentes e áreas de risco habitacional são frequentemente alocadas em comunidades predominantemente negras e com baixo poder aquisitivo, sofrendo com falta de infraestrutura e maior exposição a enchentes e deslizamentos de terra⁷³.

Mudanças ambientais, tecnológicas e sociais alteram a saúde humana e planetária. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, em 2024, expôs em relatório que os desafios são emergentes. Ele identifica oito mudanças globais críticas que estão acelerando a tripla crise planetária de mudança climática, perda de natureza e biodiversidade e poluição e resíduos.

As mudanças incluem a degradação da natureza pela humanidade, o rápido desenvolvimento de tecnologias como a IA, a competição por recursos naturais, o aumento das desigualdades e a diminuição da confiança nas instituições. Segundo o levantamento, essas transformações estão criando uma crise múltipla, amplificando, acelerando e sincronizando questões críticas globais, com enormes implicações para o bem-estar humano e planetário⁷⁴. Já chamamos em nossas análises de conjuntura de “policrise”⁷⁵.

⁷³ do NASCIMENTO, K. L.; de AZEVEDO, S. L. M.; de ALMEIDA, M. As múltiplas faces do racismo ambiental no Brasil: uma revisão sistemática. *Observatorio de la economía latinoamericana*, v. 21, n. 6, p. 5072–5089, jun. 2023.

⁷⁴ PNUMA. Mudanças climáticas e riscos à segurança. Disponível em: <https://www.unep.org/topics/disasters-and-conflicts/environment-security/climate-change-and-security-risks>. Acesso em 15 out. 2025.

⁷⁵ Edgar Morin define a “policrise” como uma situação em que “crises interligadas e sobrepostas” assumem a forma de um “complexo interdependente de problemas, antagonismos, crises e processos incontroláveis” que formam “a crise geral do planeta”. Esta visão é muito diferente daquilo que se conhece em economia como “crise sistêmica”, ou seja, uma crise que desestabiliza todo um sistema, mas cujo ponto de partida é um choque único e identificável. Neste último caso, a espiral da crise pode ser interrompida se o contágio puder ser contido. Esta é a lógica que rege a gestão de crises desde 2008, à qual falta sucesso. Por outro lado, numa crise múltipla, este tipo de contenção não é possível, porque a crise faz parte de uma cadeia de acontecimentos tão complexa que é impossível pará-la. Ainda mais, porque as soluções propostas dão origem a novos problemas que espalham para outras áreas por meio de contágio. O mundo sujeito à policrise não é estático, está vivo: a sua crise modifica o ambiente, e o ambiente modifica os termos da crise. Ver MORIN, Edgar. *Terre-patrie*. Paris: Seuil, 1993; ver também, VATICAN NEWS. 03 MAR. 2025. Papa: a





4. O CENÁRIO ECONÔMICO – BRASIL

4.1 Política fiscal e orçamento

O ambiente internacional desde décadas finais do século XX está marcado pelo movimento de “financeirização” da riqueza, no qual o Brasil engata desde a era Collor (Dowbor, 2018)⁷⁶.

Por sua vez, no Brasil, há décadas, a **política fiscal está no centro do debate econômico brasileiro**, em especial nos tempos pós Plano Real. Isso porque a hiperinflação que o país experimentou e que foi domada por este Plano, esteve associada, internamente, a **uma crise fiscal** importante, provocada por dois elementos centrais: i) internamente, pelo elevado déficit público oriundo do amplo bloco de investimentos implementado na era Geisel, financiado com dívida externa; e ii) externamente, pela violenta elevação dos juros promovida pelo Federal Reserve (Banco Central americano), que impactou muito negativamente em países devedores, como Brasil.

Vale destacar que o Plano Real teve como uma de sua âncoras, a **política de juros elevados**, que experimentou movimentos específicos ao longo do século atual e que recentemente experimenta elevados patamares. Em 2021, **começa uma fase de elevação**, chegando a 9,25% em dezembro daquele ano, e atingindo 13,75% em janeiro de 2023 (passando para patamar de 11,75% no final daquele ano). E o ano de 2024 termina com SELIC de 12,25% para atingir 15% em 2025.⁷⁷

"policrise" mundial exige escuta, responsabilidade e esperança. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-03/papa-francisco-mensagem-pontifícia-academia-para-a-vida-03-03-25.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

⁷⁶ DOWBOR, Ladislau. A era do Capital Improdutivo. Outras Palavras & Autonomia Literária 2018, São Paulo. 2 ª edição.

⁷⁷ Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social - Carta Aberta aos membros do Conselho Monetário Nacional – FNRDS (juliomiragayapt@gmail.com)





A política de juros altos beneficia e é ferrenhamente defendida pelos grandes aplicadores em títulos públicos e pelos grandes bancos (num país que permitiu exagerada concentração bancária, tanto que quase 60% das operações de crédito foram realizadas por apenas 4 bancos, em 2024). Do lado dos aplicadores em títulos da dívida pública não há limite de concentração das aplicações, promovendo forte concentração nas mãos de agentes econômicos poderosos econômica e politicamente. Isso faz com que a política de juros do Banco Central receba forte pressão de interesses privados. E seus arautos joguem culpa no Poder Executivo, que estaria gastando demais com Previdência, Saúde, Educação, Assistência Social, Pessoal ... E propõem nova Reforma da Previdência, desvincular gastos com Saúde e Educação (que tem percentuais definidos na CF/88) e reduzir abrangência das políticas de assistência (Bolsa Família, em especial).

Vale destacar que, do lado da política de combate à inflação, desde 1999, como desdobramento do Plano Real, prevalece no Brasil o “**Regime de Metas de Inflação**”, que, desde então, em várias ocasiões tem levado o Banco Central brasileiro, sob pressão do mercado financeiro, a aumentar a taxa de juros sempre que a inflação supera ou ameaça superar a meta fixada. A **definição da meta** é, portanto, elemento central do controle inflacionário. Esta meta tem um espaço de tolerância que se intitula “banda superior”.

Por 14 anos, entre 2005 e 2018, com a meta de inflação fixada em 4,5% a.a. e banda superior em 6,5% ou 6,0%, apenas na crise econômica de 2015 o teto da meta foi “estourado”. Mesmo em 2019 e 2020, com a meta sendo reduzida para 4,25% e 4,0% respectivamente, a inflação ficou abaixo da banda superior.

Entretanto, a partir de 2021, com a **meta fixada abaixo de 4,0%** na grande maioria dos anos, o teto da meta foi estourado. Foi justamente em 2021 que ocorreu a sanção da Lei Complementar nº 179/2021, que se estabeleceu o regime de **autonomia** do Banco Central. Essa lei definiu a criação de mandatos fixos e não





coincidentes com a do mandato presidencial para a Diretoria do Banco Central, justificada como proteção contra possíveis interferências políticas. Infelizmente, a enorme maioria dos integrantes do COPOM tem ligações com bancos privados. Para dar ideia desta estreita ligação, ex-presidentes, como Roberto Campos Neto, Armínio Fraga e Illan Goldfajn migraram para o setor privado após o mandato, especialmente para fintechs e bancos, como exemplificado pela atuação de Campos Neto no Nubank. Gabriel Galípolo, atual presidente, e Bruno Serra vieram do Itaú e do BNP Paribas. É, portanto, a conhecida “porta giratória”, que liga interesses privados a decisões públicas no Banco Central.

Isso remete ao debate sobre a importância da **fixação da meta de inflação** a ser alcançada e forças econômicas e/ou políticas a pressionam. Quanto mais baixa a meta, maior o esforço para “domar” despesas públicas e colocar a “culpa” no padrão e volume do Gasto do Governo na chamada Despesas Primárias (onde predominam gastos com Previdência, Saúde, Educação... responsáveis por cerca de 90% da Despesa Primária). Essa tese é defendida pelos beneficiários da elevação de outro gasto: as despesas financeiras, nas quais o pagamento da Dívida Pública Federal deve ultrapassar R\$ 2,5 trilhões, em 2025, sendo, portanto, o maior item da despesa pública total. Item que cresce quando a SELIC cresce, beneficiando os que aplicam no mercado financeiro (chamados de rentistas).

Vale destacar que, no Brasil, o ente GOVERNO é deficitário desde final do século passado, vez que suas despesas anuais não conseguem ser financiadas pelos recursos captados no ano, o que requer novas iniciativas de endividamento. Com isso, a dívida pública ganha papel central na vida econômica do país e o Governo é taxado como “expansionista”.

Na atual conjuntura política (Governo sem base sólida no Congresso) e econômica (momento de crise mundial agravada pela política externa dos EUU) reacende debate sobre os gastos públicos e sua relação com a inflação.





Face a essa conjuntura, em 2025, alguns **elementos** estão sendo **centrais** para a dinâmica da inflação e a definição da política monetária brasileira, dentre os quais se destacam:

- a) **Novo arcabouço fiscal:** A reforma proposta e implementada pelo Governo Federal (liderada pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad no início do atual Governo Lula) e popularizada como “arcabouço fiscal”, que visa limitar o crescimento de gastos obrigatórios, criando mecanismos de ajuste automático em caso de desvios de receita ou aumento inesperado de despesas. A efetividade desse “arcabouço” depende de disciplina política do Governo Federal e da adesão das esferas estadual e municipal.
- b) **Comportamento do déficit e do endividamento público:** posto que apesar das tentativas de ajuste, o país enfrenta déficit primário importante (despesas com políticas públicas) e elevado déficit nominal (despesas que incluem os enormes gastos com os juros da dívida), impactando a percepção de risco dos investidores e o custo de rolagem da dívida pública.
- c) **Interação do patamar da inflação com a política monetária:** Juros altos e inflação controlada são ferramentas usadas para mitigar efeitos de políticas fiscais expansionistas, donde a necessidade de harmonização entre política fiscal e monetária para garantir estabilidade na esfera macroeconômica.
- d) **Pressão sobre investimentos públicos e privados:** resultante da implementação de projetos de infraestrutura, (“coração” do PAC, conduzido pelo Governo Federal, ao lado de iniciativas de políticas de Saúde e Educação), que podem sofrer atrasos em cenários de ajuste fiscal rígido, impactando negativamente empresas e setores dependentes de contratos governamentais (enquanto os juros altos privilegiam os aplicadores em títulos da dívida pública).

Nesse contexto, a SELIC (taxa de juros oficial), vindo de movimento de forte elevação, se mantém elevadíssima em 2025: 15% ao ano, o que gera taxas





absurdas a serem pagas pelos agentes que precisam financiar seus gastos correntes (em especial as famílias) ou seus investimentos (em especial as empresas produtivas).

E o ajuste das contas públicas (nos gastos primários) é a agenda central no debate político, preservando discussões sobre o custo da dívida pública.

O Congresso (sobretudo a Câmara dos Deputados) e a grande mídia focam na cobrança de cortes de gastos (quebrar desvinculações definidas na CF/88, especialmente na Saúde e Educação) ao que o Executivo resiste em implementar. Tende-se a permanecer nesse confronto em 2026, ano eleitoral.

4.2 Reforma Tributária

Outra questão que tem mobilizado o ambiente político, e que deve continuar mobilizando, diz respeito à reforma tributária.

Essa discussão é longa, tendo inclusive merecido um número específico de nossa análise de conjuntura sobre o tema em janeiro de 2021. Alertava-se já naquele trabalho sobre a importância de que a reforma tributária, a ser feita no país, deveria ir além da mera simplificação tributária para as empresas, o que era percebido nas propostas em análise no Congresso. Reforçávamos que a reforma deveria permitir “o atingimento dos objetivos fundamentais da República, previstos no Art. 3º da Constituição: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

No início de 2025 foi finalmente aprovada uma reforma tributária, por meio da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. No entanto, a Reforma Tributária aprovada se limita a uma revisão do sistema tributário sobre o consumo





de bens de serviços, deixando de fora da reforma alterações do sistema sobre o patrimônio e a renda, que continuam em debate no Congresso.

Essencialmente, a simplificação proposta consiste em substituição de diversos impostos federais, estaduais e municipais por apenas um, denominado Imposto sobre Valor Adicionado, ou IVA e a instituição, em paralelo, do Imposto Seletivo. O IVA é dividido em dois componentes: o IBS (Imposto sobre bens e serviços) e a CBS (Contribuição sobre bens e serviços), substituindo os atuais ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI. Ainda que cobrado ao longo da cadeia de produção e comercialização, o IVA recai sobre o consumo, a partir do valor adicionado.

O IBS é um tributo estadual e municipal que substituirá o ICMS e o ISS. A alíquota padrão deste novo tributo será de 17,7%, e a sua implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033. Durante esse período, o ICMS e o ISS continuarão existindo em paralelo ao IBS, mas os estados e municípios terão autonomia para ajustar essa taxa conforme as necessidades locais, tendo como referência um teto estabelecido pelo Governo Federal. Os tributos serão destinados ao ente onde estão localizados os consumidores dos bens ou dos serviços, isto é, a arrecadação passará a ocorrer no estado ou município destino (onde é consumido) e não mais no estado ou município de origem (de onde provém)⁷⁸.

Já o CBS, é federal e substituirá o PIS e o Cofins, com alíquota única de 8,4%, substituindo os diversos regimes de arrecadação e regras para cada um dos setores econômicos existentes atualmente para esses dois tributos⁷⁹.

⁷⁸ Ministério da Fazenda. Assessoria Especial de Comunicação Social. Reforma Tributária – Perguntas e Respostas. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/arquivos/perguntas-e-respostas-reforma-tributaria.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

⁷⁹ Reforma Tributária: o que é e quais as mudanças para 2025. <https://nsdocs.com.br/blog/reforma-tributaria>. Acesso em: 14 out. 2025.





A reforma prevê também a criação do Imposto Seletivo (“imposto do pecado”) – IS – federal, de caráter regulatório, com objetivo de desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarro, bebidas alcoólicas, veículos poluentes e produtos altamente açucarados e concursos de prognósticos⁸⁰, com alíquotas variando de 0,25% a 250%, mas cuja atribuição (incidência e alíquota) depende de futura lei ordinária⁸¹. Apesar de se pretender que o imposto seletivo substitua o IPI, este último não será extinto, mas sim terá suas alíquotas zeradas em 2027, exceto para os produtos manufaturados na Zona Franca de Manaus, quando as alíquotas a serem cobradas de produtos específicos serão definidas no Imposto Seletivo. Como a base do IBS/CBS pode incorporar tributos cobrados na operação, o IS impacta o preço final indiretamente via IVA, embora não componha própria desse último, ou seja, O preço final dos bens e serviços para consumo, incorporará o IS e o IVA.

Outra alteração significativa é a não cumulatividade existente no sistema anterior. No sistema até então vigente, a empresa podia arrecadar os créditos de impostos pagos anteriormente nas etapas precedentes da cadeia produtiva. Na reforma aprovada, o imposto recai apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da cadeia produtiva⁸².

A proposta de implantação do novo sistema tributário prevê que seja gradual, ao longo de 2026 a 2033, a partir de um cronograma para adaptação das empresas e órgãos públicos às novas regras. A CBS já está em fase de testes

⁸⁰ Anexo XVII, LC nº 214, 16 /01/2025. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm#anexo17. Acesso em: 14 out. 2025.

⁸¹ CRCSP. Imposto Seletivo na reforma tributária: desenho, alcance e desafios. 23/09/2025. <https://online.crcsp.org.br/portal/noticias/noticia.asp?c=9819#>. Acesso em: 14 out. 2025.

⁸² Agência Senado. País terá nova tributação sobre consumo a partir de 2026. País terá nova tributação sobre consumo a partir de 2026. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/01/17/pais-tera-nova-tributacao-sobre-consumo-a-partir-de-2026#:~:text=A%20principal%20mudan%C3%A7a%20trazida%20pela,foi%20taxado%20nas%20etapas%20anteriores>. Acesso em: 14 out. 2025.





com o Projeto Piloto da Receita Federal, que selecionou empresas de tecnologia para participarem ativamente na implementação do novo tributo⁸³. Apesar de definidas as alíquotas do IVA, segundo o Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, a lei prevê reduções para setores essenciais, como saúde, educação e cultura, e para profissionais liberais com atividades regulamentadas. Alguns produtos e serviços terão isenção total, como os itens da cesta básica e os templos religiosos. Além disso, setores com características muito específicas, como o mercado financeiro e o de bens imóveis, terão regimes diferenciados⁸⁴.

O cronograma previsto para implantação do novo sistema tributário aprovado tem como etapas:

- 2026 – Documentos fiscais começam a ser emitidos contendo CBS (alíquota de 0,9%) e IBS (alíquota de 0,1%) e serão compensados da arrecadação do PIS e Cofins, uma vez que o ICMS, ISS, PIS e a Cofins não apresentarão qualquer alteração, neste ano.
- 2027 e 2028 – extinção do PIS/COFINS, redução das alíquotas do IPI a zero, exceto o IPI ZFM e início do Imposto Seletivo (com alíquota e base de cálculo definidas por lei ordinária) e CBS com alíquota de 8,4%, mas que ainda poderá ser modificada de acordo com resolução do Senado, tendo por base os limites definidos na Lei Complementar. O IBS passa a contar com alíquota de 0,5% para o estado e 0,5% para o município.
- 2029 a 2032 – Transição ICMS e do ISS para o IBS aumentando gradativamente alíquota do IBS e redução gradual do ICMS e do ISS: 10% em

⁸³ Treeunfe Workspaces. <https://treeunfe.com.br/blog/cbs-conheca-o-tributo-que-comeca-a-valer-a-partir-de-2026>. Acesso em: 14 out. 2025.

⁸⁴ Taxgroup. Imposto CBS: o que é e como funciona. <https://www.taxgroup.com.br/intelligence/imposto-cbs-o-que-e-e-como-funciona/#:~:text=Qual%20o%20valor%20do%20imposto,propostas%20na%20estrutura%20tribut%C3%A1ria%20brasileira>. Acesso em: 14 out. 2025.





2029; 0% em 2030; 30% em 2031; e 40% em 2032. Somente nestes anos será possível saber quais serão as alíquotas efetivas dos novos impostos.

- 2033 – Entra em vigor o IBS de forma efetiva. Extintos o ICMS e ISS.

O fluxo de caixa das empresas poderá ser alterado pela mudança no regime de aproveitamento de crédito e pela alteração na dinâmica de pagamento dos impostos, especialmente por empresas que fazem uso do simples nacional. Também poderá ocorrer aumento de impostos em alguns setores, como o de serviços.

As empresas do simples nacional poderão escolher semestralmente se continuarão na forma de tributação atual ou se migrarão para a nova forma, já a partir do segundo semestre de 2026. No entanto, ela e seus clientes só poderão ter acesso aos créditos se fizerem a opção pelo novo sistema.

Ao buscar preservar a atual arrecadação tributária, a reforma fiscal aprovada, ao prever que durante o período de transição, as alíquotas dos novos tributos sejam definidas e revisadas anualmente pelo Senado Federal, com vistas a manter a carga tributária total sobre o consumo, não deverá trazer impactos relevantes sobre o consumidor.

Já os consumidores de baixa renda poderão ser beneficiados na medida em que a Lei Complementar 214/25 cria a cesta básica nacional de alimentos, (cujos itens que a comporão serão definidos ainda em lei complementar) que terá alíquota zero de CBS e IBS. Além disso, a LC institui a figura do cashback para pessoas de baixa renda cadastradas no CadÚnico, devolvendo a elas um percentual dos tributos (CBS e IBS) sobre o consumo de produtos e serviços pagos por esses contribuintes. O sistema cashback terá início em 2027, para a CBS e 2029 para o IBS. O percentual de devolução previsto é de 100% da CBS e 20% do IBS na aquisição de botijão de gás (até 13kg), serviços de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações e gás natural. Demais itens terão percentual de 20% para a CBS





e para o IBS. O método de devolução ainda depende de novas leis complementares⁸⁵.

Apesar destas previsões de reduções, de caráter de política social, ao manter com o CBS, o IBS e o IS, a arrecadação atual com os impostos e contribuição citados, a carga tributária sobre o consumo no Brasil continuará sendo das mais elevadas no mundo, entre os países que adotam o IVA. Sem uma reforma tributária complementar sobre a renda e patrimônio, o sistema continuará regressivo, na medida em que se centra nos impostos indiretos.

O Imposto Seletivo (IS) busca inserir no sistema tributário brasileiro elementos de política social e de ecologia e sustentabilidade ao inserir elementos regulatórios, na medida em que busca induzir a redução de atividades que geram externalidades negativas para a saúde e para o meio ambiente, por meio da orientação do consumo via arrecadação tributária.

No entanto, a função extrafiscal do IS pode causar efeitos colaterais negativos, como por exemplo o incentivo ao mercado informal/contrabando, risco de calibragem “confiscatória” e governança sujeita a ciclos políticos⁸⁶.

4.3 Política monetária e inflação

A taxa de inflação no Brasil, em 2025, deverá ficar acima do limite superior da meta estabelecida pelo governo brasileiro. Para um limite máximo de 4,5%, as últimas projeções⁸⁷ indicam taxa de 4,72%, com tendência de queda, mas não

⁸⁵ Agência Senado. País terá nova tributação sobre consumo a partir de 2026. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/01/17/pais-tera-nova-tributacao-sobre-consumo-a-partir-de-2026>. Acesso em: 15 out. 2025.

⁸⁶ Consultor Jurídico. Imposto Seletivo na reforma tributária: desenho, alcance e desafios. <https://www.conjur.com.br/2025-set-22/imposto-seletivo-na-reforma-tributaria-desenho-alcance-e-desafios-praticos/>. Acesso em: 15 out. 2025.

⁸⁷ Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-10/mercado-financeiro-reduz-para-472-previsao-de-inflacao-em-2025>. Acesso em: 13 out. 2025.





acentuada. As maiores pressões para a taxa esperada, têm sua origem nos preços de serviços, inclusive educação e nos preços administrados pelo setor público e contratos, como energia, água, comunicação e aluguéis. No acumulado no ano, até setembro, o IPCA cresceu 3,64%. Destaca-se que o grupo de alimentação no domicílio, responsável por 15,59% no total do índice, cresceu 1,66%, sendo o grande responsável por impedir taxa mais elevada da inflação no país. No entanto, itens como energia elétrica residencial (+16,42%), tarifa de ônibus urbano (+6,01%), alimentação fora do domicílio (+5,36%), educação (+6,07%) e outros com menor peso nos gastos familiares, como joias (+19,88%), transporte por aplicativo (+27,67%), correio (+12,31%) e jogos de azar (+15,17%), contribuíram para o patamar da inflação acumulada tender a ficar acima da meta estipulada⁸⁸.

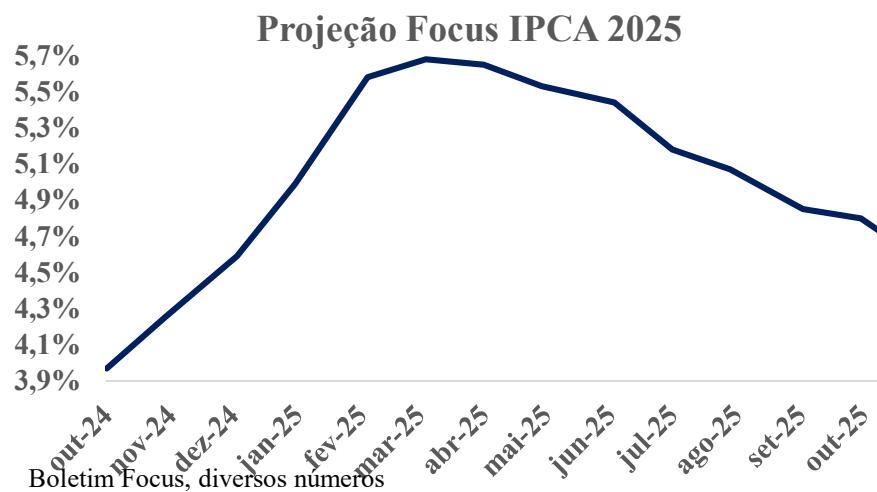
A estimativa de taxa de inflação de 2026, para o Brasil, sinalizada pelo mercado financeiro (Focus) para o Banco Central em outubro era de 4,28%, permanecendo estável em relação ao mês anterior, mas ainda acima da meta. Por outro lado, é oportuno observar que as expectativas do mercado financeiro são bastante voláteis, como pode ser visto no gráfico a seguir, quando as estimativas de inflação para 2025, em outubro de 2024, eram de 3,97%, chegaram a 5,68% em março para cair para 4,72% agora em outubro.

⁸⁸ IPEA. Carta de Conjuntura. <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/projecao-de-inflacao/>. Acesso em: 13 out. 2025.





Gráfico 1



A política econômica escolhida pelo Banco Central Brasileiro para manter a taxa de inflação dentro da meta pré-estabelecida, desde 1999 consiste em um tipo especial de política monetária de manutenção da taxa de juros referencial do país em nível elevado, mesmo que artificialmente, para induzir a retração do nível de atividade e, assim, restringir os gastos e a demanda agregada da economia, eliminando pressões altistas sobre os preços. Ocorre que a manutenção de taxa de juros elevada inibe os investimentos produtivos, induzindo os empresários a preferirem investimentos financeiros em detrimento da produção.

Segundo o presidente do Banco Central, a taxa Selic deverá ser mantida elevada por tanto tempo quanto seja necessário para permitir alcançar o centro da meta de 3%aa, a fim de que a economia se desacelere, retraindo seu crescimento⁸⁹. O mercado financeiro estima que a taxa atual da Selic de 15%aa seja mantida inalterada pelo menos até o final do primeiro trimestre do próximo ano.

⁸⁹ CNN Money, 6/10/25. https://www.cnnbrasil.com.br/economia/microeconomia/banco-central-ve-juros-restritivos-por-tempo-prolongado-diz-galipolo/#goog_relevant. Acesso em: 13 out. 2025.





Bastante interessante notar que um crescimento do PIB da economia brasileira de 2,16% seja suficiente para considerar que ela se encontra aquecida. Este crescimento é um pouco inferior à média mundial estimada⁹⁰ para este ano, de 2,3%, em decorrência especialmente do aumento de tarifas adotado pelos EUA. Se considerarmos que o grande impacto sobre o crescimento mundial ocorrerá nas chamadas economias avançadas (apenas 1,2%), o Brasil e, em particular, a América Latina continuarão com as menores taxas de crescimento econômico por região no mundo, em um desempenho que já se faz presente por mais de uma década⁹¹. Para 2026, as projeções de crescimento da economia brasileira indicam um percentual ainda inferior, de 1,8%⁹². Conforme pode ser visto na tabela a seguir, a taxa de juros referencial praticada atualmente pelo Brasil mantém o país entre as maiores taxas observadas no mundo⁹³. Comportamento que já perdura há bastante tempo, desde antes da mudança do presidente do Banco Central.

⁹⁰ Banco Mundial. Perspectivas Econômicas Globais. Junho de 2025. <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects#:~:text=O%20crescimento%20global%20est%C3%A1%20desacelerando,recupera%C3%A7%C3%A3o%20esperada%20entre%202026%2D27>. Acesso em: 13 out. 2025.

⁹¹ World Bank Group. Global Economic Prospects. June 2025. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/0e685254-776a-40cf-b0acf329dd182e9b/content>. Acesso em: 13 out. 2025.

⁹² Banco Central do Brasil. Focus Relatório de Mercado. <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20251010.pdf>. Acessado em 13/10/2025.

⁹³ Portal G1. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/09/17/brasil-ranking-juros-reais-setembro.ghtml>. Acesso em: 13 out. 2025.





Tabela 1

Países com as maiores taxas de juros reais* em setembro de 2025			
Turquia	12,34%	Indonésia	2,73%
Brasil	9,51%	Hungria	2,52%
Rússia	4,79%	África do Sul	2,29%
Colômbia	4,38%	Tailândia	2,04%
México	3,77%	Malásia	1,85%
Argentina	3,54%	Israel	1,84%
Índia	3,54%	China	1,81%

Fonte: Moneyou

(*) Taxas nominais descontada a inflação esperada para os próximos 12 meses

Por outro lado, ainda segundo presidente do Banco Central do Brasil, “para que o país siga crescendo, sem que haja pressão inflacionária, será importante ter um aumento da produtividade⁹⁴”. No entanto, para que haja aumento de produtividade são necessários investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mas se encontram totalmente desincentivados pela manutenção da taxa de juros em patamar muito elevado para controlar os gastos.

O ano de 2025 iniciou com a taxa Selic em 12,25%, tendo subido para 14,75% em março e para 15% em setembro, quando o BC informou “ter entrado em novo estágio da política monetária que prevê juros inalterados por longo período para buscar o cumprimento da meta de inflação”. Segundo a instituição, a expectativa de inflação acima da meta se estende ao menos até 2028. A questão que se levanta é se a dosagem da medida não provocará mais prejuízos que benefícios ao paciente?

⁹⁴ CNN Money, 6/10/25. https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/banco-central-ve-juros-restritivos-por-tempo-prolongado-diz-galipolo/#goog_relevant. Acesso em: 13 out. 2025.





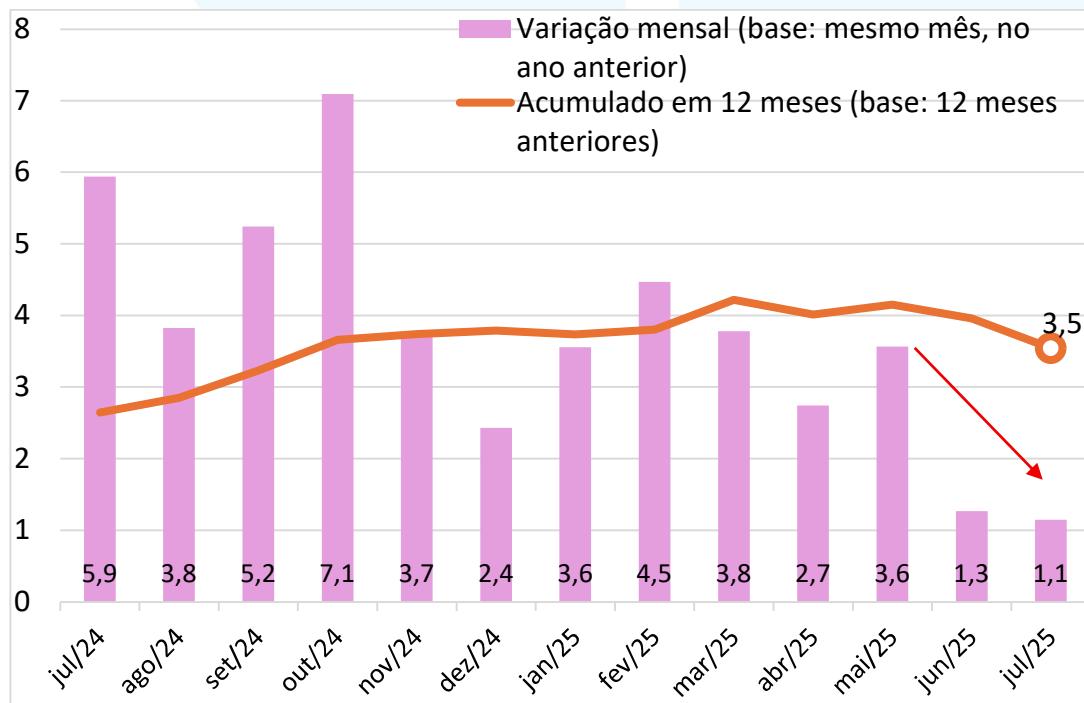
4.4 Perspectivas para o crescimento econômico

A economia brasileira vem apresentando comportamento “surpreendente”, posto que o patamar elevadíssimo da SELIC (desde 2021) convive, em 2025, com crescimento do PIB de 3,5% (até setembro, no acumulado anual), segundo estimativa do COPOM (Banco Central), quando o desejado pelos formuladores da política monetária seria chegar em apenas 2%.

No entanto, vale destacar que, nos meses recentes, a **trajetória de queda** é visível, como se vê no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 2 – Brasil: desempenho (%) do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br)

Jul/24 a jul 25



Fonte: BACEN





Em paralelo, o dinamismo da produção está sendo acompanhado por **excelente performance do mercado de trabalho**, com destaque positivo para os níveis de emprego formal (como visto anteriormente). A massa salarial aumentou 6,5% no acumulado dos últimos 12 meses até julho, embora seja cadente desde março de 2025.

Para 2026, os **cenários para o desempenho do PIB** apontam para **crescimento modesto** (1,5% segundo BACEN, 1,6% segundo IPEA e 2,2% segundo o Banco Mundial), ante um quadro de manutenção de SELIC elevadíssima. As taxas variam, mas a **trajetória de desaceleração** é previsão comum a todas as instituições aqui citadas, variando apenas o percentual de crescimento.

Para todas as estimativas aqui citadas, e apesar do ritmo mais moderado, o **setor de serviços** seguirá como um dos **principais motores de crescimento** do PIB, com alta de 1,9% para 2025 e 2026 (IPEA). ⁹⁵

Tabela 2 – Projeções: taxa de crescimento do PIB e seus componentes (em %)

Especificação	2025	2026
PIB (total)	2,4%	2,0%
PIB (lado da OFERTA)		
Agropecuária	7,0%	2,3%
Industria	2,1%	2,0%
Serviços	1,9%	1,9%
PIB (lado da demanda)		

⁹⁵ IPEA Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac), Visão Geral da Conjuntura.





Consumo das Famílias	2,3%	2,2%
Consumo do Governo	2,3%	2,1%
Investimento (FBKF)	3,5%	2,3%
Exportações	3,2%	3,5%
Importações	5,0%	4,0%

Fonte: IPEA / Grupo de Conjuntura -
DIMAC

Merece destaque o fato de o IPEA prever que a Agropecuária e o Investimento (FBKF), que vêm se apresentando muito dinâmicas, **tendem a ter desaceleração significativa**, em 2026.

No que diz respeito à política fiscal, a hipótese básica do IPEA é que o governo federal continuará envidando esforços para respeitar os limites de despesas primárias e para atingir as metas de resultado primário em 2025 e 2026, ainda que isso implique a necessidade eventual de contingenciamentos ou bloqueios de dotações orçamentárias. E o Congresso continua pressionando por Reforma Administrativa (focando cortar salários altos), desvinculação de gastos na área social e da política de reajuste do Salário-Mínimo. Sem minimizar alerta sobre a evolução do gasto Previdenciário (considerado insustentável).

No contexto de 2025 e de 2026, **os gastos com Investimentos** também estão no centro da agenda política do país, tanto no Congresso como no Executivo.

E nele se inscreve o gasto com as Emendas Parlamentares no âmbito federal, cujo valor significativo, (acordo feito entre os parlamentares e o governo elevou o valor de R\$ 50,4 bilhões para R\$ 58,4 bilhões, em 2025) atomiza sua aplicação (pelo olhar isolado e interesses políticos locais dos parlamentares) em detrimento de uma





visão mais estratégica, fundamental para uma política de investimentos, para não falar nas dificuldades de controle de sua aplicação que desafiam e preocupam o Tribunal de Contas.

Para 2026, o projeto de lei orçamentaria (PLOA 2026), em exame no Congresso, prevê uma reserva de R\$ 40,8 bilhões para emendas, sendo R\$ 26,6 bilhões para emendas individuais e R\$ 14,2 bilhões para emendas de bancada estadual. Isso se traduz em um potencial de indicação de aproximadamente R\$ 40,2 milhões por deputado e R\$ 74,0 milhões por senador.

As prioridades do PLOA 2026 incluem a busca por um superávit primário de 0,25% do PIB e um aumento nos investimentos em estatais e no PAC. A educação terá um aumento nas despesas obrigatórias, principalmente devido à complementação do Fundeb, enquanto as despesas discricionárias aumentaram menos, o que gera preocupação sobre o orçamento do gasto social. O projeto de lei prevê também alta no salário-mínimo, seguindo política do atual Governo (política contestada por parlamentares da base conservadora do Congresso).

A produtividade da economia brasileira, por sua vez, vem apresentando forte instabilidade, com períodos de crescimento seguidos por quedas. Em 2023, a produtividade por hora trabalhada cresceu 1,9%, revertendo quedas anteriores. No entanto, o crescimento de longo prazo tem sido baixo, com tendência recente à declinar. Isso é evidenciado pelo baixo crescimento per capita em períodos mais longos e pelo fato de que o crescimento atual do PIB tem sido impulsionado mais pela demanda do que pela produtividade.

Nesse quadro, a evolução da produtividade da economia brasileira tem sido marcada por uma trajetória irregular e um crescimento de longo prazo limitado. O cenário atual, com o crescimento do PIB impulsionado mais pela demanda do que





pela capacidade produtiva, é um desafio, pois pode comprometer a sustentabilidade do crescimento e gerar inflação.⁹⁶

A Fundação Getúlio Vargas também estima o índice de confiança dos empresários (ICE),⁹⁷ agregação ponderada dos índices de confiança sem ajuste sazonal dos quatro setores por ela pesquisados: Indústria de Transformação, Serviços, Comércio e Construção. Em setembro de 2025, dado mais recente, o ICE da FGV subiu 0,5 ponto, atingindo 89,9 pontos, revertendo a tendência de queda dos meses anteriores. Embora a confiança tenha melhorado, os níveis ainda estão baixos e o cenário de expectativas para os próximos meses não é otimista, com um setor industrial, por exemplo, registrando piora.

O ano de 2026, portanto, tende a ser difícil no Brasil, com muitos desafios no ambiente econômico em contexto político desafiador face à disputa eleitoral.

5. O CENÁRIO POLÍTICO – BRASIL

5.1 O Julgamento da tentativa de golpe de 8 de janeiro

O ano de 2025 consolidou-se como um marco de transição política e de reafirmação institucional no Brasil. Depois do trauma democrático representado pelos ataques de 8 de janeiro de 2023, o país entrou em um ciclo de reconstrução do pacto constitucional, em que o julgamento dos envolvidos – tanto executores quanto articuladores – tornou-se o eixo simbólico e jurídico de um esforço mais amplo de recomposição da confiança nas instituições. A resposta do Estado brasileiro, especialmente por meio do Supremo Tribunal Federal (STF), redefiniu a posição do Judiciário como ator político central na contenção de impulsos autoritários e na revalorização do Estado Democrático de Direito.

⁹⁶ FGV/IBRE Observatório da Produtividade Regis Bonelli

⁹⁷ FGV Confiança





O andamento do julgamento ao longo de 2024 e 2025 tem revelado o alcance dessa redefinição. O STF, ao condenar dezenas de réus, entre civis, militares e financiadores, não apenas aplicou sanções penais, mas também produziu um discurso jurídico de alta densidade simbólica: a reafirmação de que a Constituição de 1988 não admite zonas de exceção. Esse gesto judicial ultrapassa o campo jurídico estrito, porque afirma, em linguagem performativa, a ideia de que a democracia brasileira só se sustenta se o direito for compreendido como instrumento de proteção das liberdades públicas e de responsabilização institucional.

Ao mesmo tempo, a contundência das decisões do STF produziu efeitos políticos ambivalentes. De um lado, houve amplo reconhecimento nacional e internacional da independência do Judiciário, o que reforçou a percepção de resiliência institucional; de outro, reemergiram críticas sobre o chamado ativismo judicial e sobre os limites do papel contramajoritário da Corte. Setores alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro, e parte do espectro conservador, passaram a construir narrativas de perseguição, acusando o STF de agir “politicamente” e de “criminalizar opositores”.

Essa disputa discursiva repercutiu diretamente sobre a estabilidade democrática. As pesquisas de opinião realizadas em meados de 2025 indicam que a confiança nas instituições – particularmente no STF e no Congresso Nacional – manteve-se estável, mas polarizada. A sociedade permanece dividida entre a valorização da autoridade judicial e a crítica à sua extensão sobre temas políticos. Ainda assim, o dado mais relevante é que não houve erosão institucional: as Forças Armadas permaneceram subordinadas ao poder civil, e as eleições municipais ocorreram em ambiente pacífico e regulado, demonstrando que o sistema político assimilou os mecanismos de defesa democrática.

Contudo, o julgamento do 8 de janeiro não se limita a seus efeitos internos. Ele se projeta também no plano internacional, em um contexto de tensões globais





entre democracias constitucionais e movimentos autoritários de base populista. O fenômeno conhecido como trumpismo – reatualizado com a candidatura de Donald Trump nos Estados Unidos – exerce influência simbólica sobre segmentos da extrema direita latino-americana, inclusive no Brasil, reforçando pautas de deslegitimização das instituições judiciais e de negação das eleições como critério legítimo de soberania popular.

A afinidade entre o bolsonarismo e o trumpismo é notória. Ambos mobilizam uma retórica de “defesa da soberania nacional” contra elites e instituições, mas, paradoxalmente, o fazem em nome de um projeto autoritário que nega o pluralismo. Em 2025, declarações de Donald Trump, insinuando que a “amizade” entre Estados Unidos e Brasil dependeria de uma revisão das “injustiças” cometidas contra Jair Bolsonaro, repercutiram como tentativa de condicionar o exercício da soberania brasileira às conveniências de alinhamentos ideológicos externos. Tal discurso, ainda que informal, expressa uma estratégia de desestabilização simbólica das instituições nacionais, procurando transformar o julgamento do 8 de janeiro em objeto de disputa geopolítica.

O governo brasileiro respondeu a essas manifestações reafirmando a autonomia das instituições e a separação entre razões de Estado e razões de justiça. Tanto o Itamaraty quanto o Supremo Tribunal Federal declararam que a soberania jurídica é parte constitutiva da soberania nacional – isto é, que nenhum país pode aceitar interferência externa sobre seu sistema de justiça. Essa postura diplomática e institucional insere o Brasil entre as democracias que, no cenário global, sustentam a tese de que a defesa da legalidade é, hoje, forma de soberania política.

Com perplexidade recebeu-se a notícia de uma carta do presidente dos EUA, divulgada na rede do presidente Trump, dirigida ao presidente Lula, mas logo entregue e devolvida pela via diplomática, dados os seus termos, que colocou em curso a decisão unilateral de aumentar para 50% as tarifas sobre produtos





brasileiros. A perplexidade não se deu apenas pela dimensão econômica internacional incidente na modelagem de trocas, mas também pela condicionante política de vincular a iniciativa a uma exigência de suspensão de jurisdição em face do indiciamento de autores de uma trama golpista, capitaneada por ex-presidente da República contra a democracia e contra a constituição.

Essa conexão extravagante, por um ou por outro motivo, logo ativou uma forte reação social, não necessariamente com identidade de fundamentos ou disposição, mas muito consensualmente pela rejeição ao seu duplo pressuposto.

No âmbito mais amplo das relações internacionais, por se divisar com muita inquietação o movimento unilateralista que desde sua assunção a um novo mandato, o presidente Trump vem imprimindo a sua política externa, numa beligerância altamente agressiva, militarizada (Oriente Médio) e do mesmo modo no processo de circulação de bens, por meio de taxações, em qualquer caso ativando estratégias de guerra colonial.

Sobre os tarifaços, abstraindo o extravagante de incidências ultrajantes à soberania dos países e nações, as críticas são quase uma unanimidade. Nós as ex-Reitoras e ex-Reitores, no manifesto nos associamos àquelas que defendem o multilateralismo. E por isso marcamos posição no sentido de nos unirmos “a todos os setores que estão criticando e respondendo a esta ameaça à soberania nacional, entre os quais os setores produtivos, políticos, economistas e imprensa. Apoiamos o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Vice-Presidente Geraldo Alckmin em suas ações para demonstrar que o Brasil possui leis e um regime democrático e que a Sociedade não permitirá ingerências que estão fora da regra do direito internacional e do comércio entre nações soberanas”⁹⁸.

⁹⁸ Jornal Brasil Popular. Contra a truculência unilateralista no global e os Silvérios dos Reis no local: preservar a soberania nacional é a opção multilateral. Disponível em:





Em artigo Heraldo Muñoz, ex-Chanceler chileno (Governo Lagos) e ex-Embaixador do Chile nas Nações Unidas (Presidente do Comitê Contra o Terrorismo do Conselho de Segurança da ONU) em exaltar a articulação dos BRICS por preencher um vazio de multilateralismo, conclama a uma coalização contra o unilateralismo, e a necessidade de reimpulsionar o multilateralismo – “Mas não querer um. Uma coalizão multilateral em favor dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável, do direito internacional e do diálogo em vez da coerção”⁹⁹.

Mas foi o presidente Lula, em artigo que publicou em grandes jornais de 10 países – Le Monde (França), El País (Espanha), The Guardian (Reino Unido), Der Spiegel (Alemanha), Corriere della Sera (Itália), Yomiuri Shimbun (Japão), China Daily (China), Clarín (Argentina), La Jornada (México) – fixou pontos relevantes sobre a necessidade de construir uma nova ordem mundial, diante do desgaste do modelo que vigorava desde o fim da Segunda Guerra Mundial. No texto, ele dá exemplos de desgaste do antigo modelo, critica a aplicação da lei do mais forte entre as nações e aponta o multilateralismo como única saída: “Não há alternativa ao multilateralismo”.

No artigo o Presidente alerta sobre o colapso iminente da ordem internacional construída após 1945, ameaçada pelo uso unilateral da força (conflitos no Iraque, Líbia, Ucrânia, Gaza), pelo protecionismo econômico, que fragmenta cadeias globais e gera inflação e estagnação, pelo esvaziamento institucional, com a Organização Mundial do Comércio enfraquecida.

<https://brasilpopular.com/contra-a-truculencia-unilateralista-no-global-e-os-silverios-dos-reis-no-local-preservar-a-soberania-nacional-e-a-opcao-multilateral/>. Acesso em: 14 out. 2025.

⁹⁹ “La coalición que falta”, de Heraldo Muñoz (ex-chanceler do Chile), publicado em El Mercurio, no blog de opinião do jornal, no dia 12 de julho de 2025 – <https://www.elmercurio.com/blogs/2025/07/12/126478/la-coalicion-que-falta.aspx>. Acesso em 14 out. 2025.





Ele chama a atenção para a persistente desigualdade global, agravada por resgate de bilionários durante crises financeiras e para a negligência dos países ricos quanto ao financiamento prometido para o clima (COP30). Embora essas instituições tenham preservado a biodiversidade, erradicado doenças e ampliado os direitos trabalhistas, elas estão desatualizadas diante dos novos desafios globais.

E, tal como vem insistindo e parece ser uma posição racional necessária, ele indica que as organizações multilaterais devem ser reformuladas sobre bases mais justas, inclusivas e modernas, em face dos limites do unilateralismo. A “lei do mais forte” — ou seja, sanções e tarifas unilaterais — destrói os sistemas de comércio global e a cooperação entre os povos.

Para o presidente Lula, não há alternativa ao multilateralismo, mas é fundamental refundar as instituições globais para garantir democracia, paz, justiça social e combate eficaz às crises globais (clima, conflitos, desigualdade). Somente assim, ele diz no artigo, será possível criar um futuro coletivo e sustentável — mantendo o legado positivo dessas instituições enquanto as adapta para servir às realidades do século XXI.

É nesse ponto que a análise de conjuntura deve compreender o julgamento do 8 de janeiro como acontecimento paradigmático: ele articula o plano interno e o internacional, o jurídico e o político, o nacional e o transnacional. De um lado, representa a consolidação de uma justiça constitucional disposta a proteger a democracia contra ameaças autoritárias; de outro, é um caso que se inscreve na disputa mais ampla entre o modelo liberal-democrático e as novas formas de autoritarismo plebiscitário que emergem em várias partes do mundo.

Em termos de estabilidade democrática, os efeitos de 2025 são ambíguos, mas promissores. A polarização permanece como traço da cultura política, mas o funcionamento das instituições demonstra robustez sistêmica. O Estado de Direito resistiu a pressões externas, manteve o equilíbrio entre poderes e projetou no cenário internacional uma imagem de maturidade democrática.





O Brasil, ao enfrentar judicialmente a tentativa de golpe e afirmar sua autonomia diante de interferências estrangeiras, reconfigura o conceito de soberania: esta não se define mais apenas como independência territorial ou política, mas como capacidade de garantir justiça e direitos sem subordinação a forças externas ou a lideranças messiânicas.

O Julgamento do núcleo central da trama golpista, findou na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com um voto divergente, do Ministro Luis Fux e todos os outros ministros condenando os oito réus.

Esta resposta do Estado brasileiro aos atos golpistas que sucederam as eleições de 2022 – especialmente os ataques de 8 de janeiro de 2023 – pode ser compreendida à luz da Teoria da Democracia Defensiva, proposta por Karl Loewenstein no contexto do avanço do fascismo na Europa do século XX.

Segundo Loewenstein, a democracia não pode ser neutra diante de seus inimigos. Um regime democrático que tolere passivamente a atuação de grupos que visam sua destruição acaba se tornando vulnerável à própria ruína. Por isso, o autor defende que democracias têm o direito – e o dever – de adotar medidas para se proteger.

Assim, o julgamento do 8 de janeiro e suas repercussões internacionais revelam que a democracia brasileira entrou em nova fase – uma fase de reconstrução reflexiva, na qual o país reafirma que a soberania se exerce por meio da Constituição e que a estabilidade democrática depende, acima de tudo, da confiança pública nas instituições que a defendem.

Valioso nesse sentido, pelo conteúdo e pelo espaço em que foi pronunciada, a manifestação do presidente Lula, na abertura da 80ª Sessão da Assembleia da ONU, em que ele desloca o conceito de soberania da sua dimensão clássica (territorial e estatal) para uma dimensão social e popular. Soberania como poder de um povo decidir sobre seu destino com liberdade, justiça e dignidade, dentro e fora de seu território. O resultado é uma “soberania democrática”, que rejeita





tutelas externas; protege direitos internos; busca parcerias internacionais baseadas na igualdade e não na subordinação.

Uma Soberania que não seja sufocada com a paz dos cemitérios" (Conforme o Dom Carlos, Infante de Espanha de Friedrich Schiller escrito em 1787, dramatizando o conflito entre Dom Carlos, filho do rei Filipe II da Espanha, e o Marquês de Posa, em torno da liberdade, da tirania e da paz imposta pelo poder real: "Sire, esta é a paz dos cemitérios."). Por isso a firme reprimenda do Presidente Lula: "Ali (em Gaza) também estão sepultados o Direito Internacional Humanitário e o mito da superioridade ética do Ocidente".

Uma Soberania, em suma, que nos mova na consciência filosófica, sociológica, política, teológica, jurídica, mas radicalmente ética de que – disse o Presidente Lula, "A única guerra de que todos podem sair vencedores é a que travamos contra a fome e a pobreza".¹⁰⁰

5.2 Governabilidade, tensões e pactos

O equilíbrio entre os Poderes, no Brasil de 2025, apresentou-se como um exercício de permanente negociação. A experiência recente de crise institucional, culminada no episódio de 8 de janeiro, produziu entre os atores políticos uma consciência de limite: a percepção de que a democracia só se sustenta quando governo, Parlamento e Judiciário reconhecem suas esferas de legitimidade e interdependência. Contudo, essa consciência não eliminou as tensões – apenas as reconfigurou em moldes de disputa institucionalizada, dentro dos marcos constitucionais.

¹⁰⁰ Jornal Brasil Popular. A defesa da soberania e as emergências do nosso tempo. Disponível em: <https://brasilpopular.com/a-defesa-da-soberania-e-as-emergencias-do-nosso-tempo/>. Acesso em: 14 out. 2025.





O quadro político-institucional de 2025 pode ser descrito como um equilíbrio instável, porém funcional. O país viveu um ano de intensas negociações e reacomodações entre os Poderes, em que o conflito – longe de representar ameaça – tornou-se método de governo e instrumento de aprendizagem democrática.

O presidencialismo de coalizão mostrou-se resiliente, adaptando-se às novas condições do pluralismo partidário e da vigilância pública. O Congresso reafirmou sua autonomia sem romper com o Executivo. O Judiciário manteve-se firme na defesa da Constituição, mas iniciou movimentos de autocritica e aproximação com o debate político.

Diante dessa reação institucional, as relações entre os Poderes deixaram de ser campo de batalha e tornaram-se espaço de concertação, onde a disputa pelo poder se equilibra com o compromisso de não romper as regras do jogo.

Nas perspectivas para 2026, esse modelo tende a ser posto à prova: o calendário eleitoral trará de volta a polarização e o desafio de manter o diálogo entre as instituições. Mas a lição de 2025 permanece: a estabilidade democrática não é ausência de conflito, mas a capacidade de administrá-lo dentro da Constituição.

Mas há uma novidade. As manifestações fortes do 21 de setembro de 2025, sob a forma de protestos nacionais contra a PEC da Blindagem e contrapropostas de anistia. Atos em mais de 30 cidades e em todas as capitais do país, motivadas no intuito de evitar retrocessos institucionais que possam inviabilizar investigações e processos de parlamentares ou de réus da trama golpista.

Elas tomaram a forma de rejeição à ideia de anistia aos envolvidos no 8 de janeiro, como forma de preservar a responsabilização institucional e soaram como um alerta para risco de impunidade e enfraquecimento do Judiciário se propostas como a PEC da Blindagem forem aprovadas.





A força simbólica das manifestações ultrapassou o mero protesto, tornando-se parte do debate público amplo, repercutindo no noticiário, pressionando parlamentares e gerando reflexos institucionais com sensível impacto na pauta política.

Há consenso de as manifestações ajudaram a reforçar a oposição pública à PEC da Blindagem, e incrementaram a pressão sobre senadores para rejeitar ou modificar seu texto na CCJ do Senado.

Também geraram custo político para líderes partidários que sinalizavam apoio à PEC ou à ideia de anistia, obrigando-os a explicitar suas posições. O Presidente da Câmara Hugo Motta se manifestou dizendo que o debate foi distorcido, o que indica tentativa de reposicionar defensores da PEC em face da reação popular.

A pressão popular parece ter operado como elemento de corretivo institucional revelando-se um “freio social” para certas propostas, descontinuando limites políticos reais a projetos que pareçam “proteção de poder” ou “blindagem” institucional. As manifestações parecem ter contribuído para esse ambiente de prudência maior em parte do Legislativo. Elas mostram que não há consenso social para medidas que pareçam favorecer impunidade ou enfraquecer mecanismos de controle, e isso acaba funcionando como um contrapeso político real.

E, de certo modo, elas repercutiram como uma legitimação do Judiciário posto que exigiam cumprimento de decisões judiciais, responsabilização e aplicação de penas acentuando o papel contramajoritário do STF que acabou recebendo respaldo simbólico para avançar nos processos, mesmo diante das críticas de ativismo.

5.3 Eleições Nacionais de 2026





Neste final de ano ganham terreno as especulações sobre as eleições nacionais de 2026. No âmbito do Poder Executivo teremos a disputa pela presidência da República e pelos governos de 26 estados e do Distrito Federal, que poderá ser decidida em dois turnos, quando nenhum dos candidatos alcança a maioria dos votos válidos no primeiro turno. Além disso, haverá também a renovação do Congresso Nacional, com a eleição de 513 deputados federais e 54 senadores, e das Assembleias Legislativas Estaduais. As eleições proporcionais e para o Senado Federal, por sua vez, serão decididas em turno único.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instituição responsável pela organização e realização das eleições nacionais, definiu que as eleições gerais do ano que vem terão como slogan *#votonademocracia*. Sobre o calendário eleitoral, decidiu que o primeiro turno deverá ocorrer no dia 4 de outubro de 2026, e uma eventual segunda rodada no dia 25 de outubro. A estimativa é que mais de 155 milhões de brasileiras e brasileiros estejam aptos a votar, sendo que eleitores residentes no exterior escolhem apenas o presidente da República. É importante lembrar ainda que o voto é “obrigatório para cidadãos alfabetizados entre 18 e 70 anos e facultativo para jovens de 16 e 17 anos, idosos acima de 70 anos, analfabetos e pessoas com deficiência que tenham dificuldade para o exercício do voto”¹⁰¹.

Na análise sobre as principais forças políticas envolvidas na competição eleitoral de 2026, cabe aqui rememorar o cenário observado este ano no Congresso Nacional, com foco no campo progressista, no chamado “Centrão” e na ala bolsonarista.

¹⁰¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). “#VotonaDemocracia: falta 1 ano para as Eleições Gerais de 2026”. TSE, Brasília, 04/10/2025. Disponível em <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Outubro/votonademocracia-falta-1-ano-para-as-eleicoes-gerais-de-2026>. Acesso em: 15 out. 2025.





Tabela 3 – Composição Partidária na Câmara dos Deputados, 2025

Partido Político	Número de Deputados Federais
PL	92
PT	67
União Brasil (União)	59
PP	50
PSD	44
MDB	44
Republicanos	44
PDT	18
PSB	15
Podemos (Pode)	14
PSDB	13
PSOL	13
PCdoB	08
Avante	07
Solidariedade	06
PV	05
PRD	05
NOVO	04
CIDADANIA	04
REDE	01
Total	513

Fonte: Câmara dos Deputados, 2025.





Com base nas estatísticas da Tabela 1, pode-se dizer que as agremiações políticas do campo progressista (PT, PCdoB, PV, PSB, PDT, PSOL e REDE) possuíam, no início de 2025, 127 deputados federais, aproximadamente 25% do total. A oposição bolsonarista, formada pelo PL e NOVO, reunia 96 parlamentares, algo perto de 19% dos representantes da Câmara dos Deputados. Enquanto a bancada do chamado “Centrão” (PP, Republicanos, MDB, União Brasil, PRD, Podemos e PSD) era composta por 260 deputados federais, o que significa aproximadamente 51% do total. Ao longo do ano de 2025, o apoio do “Centrão” tem sido decisivo nas votações que aconteceram nas comissões permanentes e no plenário da casa legislativa.

Tabela 4 – Composição Partidária no Senado Federal – 2025

Partido Político	Número de Senadores
PSD	15
PL	14
MDB	11
PT	09
União Brasil (União)	07
PP	06
PSB	04
Republicanos	04
Podemos (Pode)	04
PSDB	03





PDT	03
NOVO	01
Total	81

Fonte: Senado Federal, 2025.

As agremiações do campo progressista (PT, PSB e PDT) possuíam, no início de 2025, 16 senadores, aproximadamente 20% do total. As forças políticas bolsonaristas, representadas pelo PL e NOVO, totalizavam 15 senadores, o que significa quase 19% do conjunto. Nos dois casos, campo progressista e na oposição, os números não são inexpressivos, mas estão longe de formar maioria simples em votação importante. O “Centrão” (PP, Republicanos, PRD, MDB, União, Podemos e PSD) reunia 47 parlamentares, o equivalente a 58% dos integrantes do Senado Federal. Nada se aprova na câmara alta sem uma articulação que passe pelo “Centrão”.

Como conclusão, com base na dinâmica observada no Congresso Nacional no decorrer de 2025, devemos presenciar nas eleições gerais do próximo ano, especialmente na disputa para o Congresso Nacional, mais um embate entre o campo progressista, o “Centrão” e as forças políticas bolsonaristas. Tudo indica que a eleição para o Senado Federal, com duas vagas a serem preenchidas por estado da federação, deve ganhar proeminência. Entre outras razões por conta das suas atribuições constitucionais, entre elas “a aprovação de autoridades indicadas pelo governo federal, como ministros do Supremo Tribunal Federal, diplomatas, Advogado Geral da União, etc; e, por fim, a abertura de processos de cassação contra ministros do Supremo Tribunal Federal¹⁰². A questão da governabilidade no

¹⁰² PORTAL TERRA. “O Senado em disputa: por que as eleições para a casa em 2026 podem redefinir o equilíbrio político no Brasil”. Portal Terra, São Paulo, 24/09/2025. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/o-senado-em-disputa-por-que-as-eleicoes-para-a-casa-em-2026-podem-redefinir-o-equilibrio-politico-no->





período 2027-2030, ou a futura sustentação política do governo federal no Congresso Nacional, dependerá dos resultados eleitorais para as duas casas legislativas no ano que vem.

Como tem ocorrido no Brasil no período da redemocratização, a eleição presidencial de 2026 desperta maior atenção por parte do eleitorado brasileiro, dos atores econômicos, das pesquisas de opinião e da mídia em geral. Mais preocupante, boa parte da população concentra sua atenção exclusivamente na escolha do presidente da República, e do governador, deixando em segundo plano a definição de seus representantes no Congresso Nacional, muitas vezes escolhidos na última semana que antecede o dia da votação.

Sobre a eleição presidencial de 2026, a mais recente pesquisa nacional Quaest, realizada entre os dias 02 e 5 de outubro de 2025, aponta para liderança do presidente Lula no primeiro e segundo turno, em todos os cenários analisados¹⁰³. O candidato do Partido dos Trabalhadores tenta sua segunda reeleição, a primeira ocorrida em 2006, e conseguiu, segundo a mesma enquete, melhorar a avaliação de seu governo ao longo do ano¹⁰⁴.

O momento favorável ao presidente Lula na pesquisa eleitoral repercute, em boa medida, o correto encaminhamento dado pelo governo brasileiro ao aumento de tarifas decretado pelo Governo Donald Trump em agosto passado¹⁰⁵.

[brasil-4ddadbeb80cd5f44c737779947be486926kycfyc.html?utm_source=clipboard](https://www.g1.com.br/economia/2025/10/09/brasil-4ddadbeb80cd5f44c737779947be486926kycfyc.html?utm_source=clipboard) Acesso em: 15 out. 2025.

¹⁰³ PORTAL G1. "Quaest mostra Lula 9 pontos à frente de Ciro/ 10, de Bolsonaro, 12, de Tarcísio e Michelle; 13, de Ratinho Jr.; 15, de Zema, Caiado e Eduardo; 23 de Leite no 2º Turno de 2026". Portal G1, São Paulo, 09/10/2025. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/10/09/quaest-eleicao-presidencial-2026.ghml> Acesso em: 15 out. 2025.

¹⁰⁴ QUAEST. "Avaliação do governo Lula atinge o maior nível de aprovação desde janeiro". Quaest, Belo Horizonte/MG, 08/10/2025. Disponível em: <https://quaest.com.br/avaliacao-do-governo-lula-outubro-2025/>. Acesso em: 15 out. 2025.

¹⁰⁵ PORTAL G1. "Mauro Vieira viaja para os EUA e encontro com Marco Rubio pode acontecer no final de semana". Portal G1, São Paulo, 13/10/2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/10/13/mauro-vieira-viaja-para-os-eua-e-encontro-com-marco-rubio-pode-acontecer-ate-o-fim-da-semana.ghml> . Acesso em: 15 out. 2025.





Além disso, tudo indica que é reflexo também da aprovação na Câmara dos Deputados do “Projeto de Lei 1087/25, do Poder Executivo, que concede desconto para zerar o Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de quem ganha até R\$ 5 mil mensais e institui cobrança adicional para aqueles com rendimento tributável acima de R\$ 600 mil ao ano”¹⁰⁶.

O campo bolsonarista tem passado por sucessivos reveses no ano de 2025, com destaque para condenação no STF do ex-presidente Jair Bolsonaro e o racha entre as forças políticas integrantes, diante das ações nos Estados Unidos lideradas pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro¹⁰⁷. O impasse na definição de um candidato a presidente da República está longe de ser resolvido, e pode reduzir a competitividade da oposição. De qualquer forma, entre os nomes possíveis para a eleição presidencial, destacam-se os governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos/SP), Ronaldo Caiado (União Brasil/GO) e Ratinho Júnior (PSD/PR).

O contexto em que irá se desenrolar as eleições nacionais de 2026 está distante. Ainda é cedo para saber como estará a percepção da população sobre a economia, os avanços sociais e os rumos do país. Tampouco é possível antecipar o cenário internacional durante o período eleitoral, atualmente marcado por muitas incertezas. Entretanto, é provável que permaneça a polarização política entre o PT e o campo bolsonarista, com aconteceu em 2018 e 2022, levando em conta a força do atual presidente e de alguns governadores de oposição. O “Centrão” deve dar prioridade a eleição para o Congresso Nacional, e também para os governos estaduais, o que exige destas forças políticas uma avaliação estado por estado, para saber as vantagens de apoiar Lula ou seu adversário.

¹⁰⁶ AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. “Câmara aprova projeto que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil por mês”. Câmara dos Deputados, Brasília, 01/10/2025, disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/1206672-camara-aprova-projeto-que-isenta-do-imposto-de-renda-quem-ganha-ate-r-5-mil-por-mes/>. Acesso em: 15 out. 2025.

¹⁰⁷ CNN. “Alcolumbre: Impeachment de ministros do STF causaria problemas para Brasil”. CNN/Brasília, 28/02/2025, 2025-a. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/alcolumbre-impeachment-de-ministros-do-stf-causaria-problemas-para-brasil/>. Acesso em: 15 out. 2025.





5.4 “Polarização política”

A ideia de que vivemos em uma era de profunda polarização política tornou-se um lugar-comum na análise social e política contemporânea.

A polarização política (não somente no Brasil) tem se estabelecido como um dos temas centrais do debate público e acadêmico. Trata-se de um fenômeno profundamente enraizado nas dinâmicas sociais, políticas, institucionais e até religiosas, principalmente com a ampliação do alcance das mídias digitais, sendo frequentemente abordado como uma característica essencial das divisões culturais e ideológicas da atualidade.

Um olhar mais atento sobre esse fenômeno revela que se trata não apenas de uma construção social emergente, mas um produto de estruturas históricas, culturais e filosóficas que remontam a tradições antigas, muitas vezes associadas à (nossa) cultura judaico-cristã.

Nesse contexto, o argumento da polarização política se torna não só uma expressão de conflitos de valores, cosmovisões de mundo, mas uma estratégia cuidadosamente elaborada por forças políticas que necessitam de um inimigo simbólico para legitimar suas ações e consolidar seu poder (real e simbólico).

Em vez de um fato puramente empírico de divisão equitativa entre polos em disputa, a narrativa da polarização pode funcionar como uma tática ideológica que mobiliza afetos e justifica a militância de grupos específicos, notadamente a extrema-direita política¹⁰⁸.

¹⁰⁸ ROQUE, Alcindo Batista da Silva. Maniqueísmo na política interessa a quem? Nei Alberto Pies, 10 set. 2021. Disponível em: <https://www.neipies.com/maniqueismo-na-politica-interessa-a quem/>. Acesso em: 08 out. 2025. NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. Biografia do abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2023.





A ideia de polarização política tem sido amplamente discutida no contexto contemporâneo, especialmente no que diz respeito à ascensão de movimentos políticos de extrema-direita.

É factual a existência de um polo radical organizado e vocal, com grande poder de mobilização, na extrema-direita. Esse espectro político é caracterizado pelo nacionalismo étnico, autoritarismo, negacionismo e uma reação defensiva aos chamados "valores tradicionais". Esses movimentos, em sua maioria, apresentam-se como opositos radicais à uma "esquerda progressista", configurando um cenário de luta entre valores conservadores e liberais.

No entanto, o que é particularmente interessante é a afirmação de que a extrema-esquerda, como um polo igualmente radical, está praticamente ausente nas sociedades ocidentais modernas, o que desafia o entendimento tradicional de polarização. Essa assimetria sugere que a polarização política contemporânea não segue uma dinâmica simétrica de dois polos antagônicos, mas uma disputa desbalanceada, onde a extrema-direita se posiciona como polo radical.

Uma observação apurada sobre o Brasil aponta para a emergência de uma força consistente de extrema-direita – associada a figuras e movimentos que combinam ultraconservadorismo, nacionalismo extremo e, por vezes, traços autoritários¹⁰⁹. No entanto, o contraponto ideológico, a extrema-esquerda, não apresenta a mesma visibilidade institucional, coesão ou força eleitoral no cenário nacional, o que questiona a ideia de uma polarização simétrica.

Em vez de dois extremos igualmente fortes, o que se observa é a concentração da radicalidade em um dos lados do espectro, a extrema-direita, que define a esquerda tradicional (ou até mesmo o centro) como seu antagonista radical ("o inimigo", "os comunistas") para sustentar seu discurso e mobilizar suas bases (ideológicas e eleitorais).

¹⁰⁹ VIEIRA, Liszt. O Brasil e o avanço da extrema direita. *Diplomatique Brasil*, 2 abr. 2024. Disponível em: [\[https://diplomatique.org.br/o-brasil-e-o-avanco-da-extrema-direita/\]](https://diplomatique.org.br/o-brasil-e-o-avanco-da-extrema-direita/). Acesso em: 08 out. 2025.





Beira à unanimidade, principalmente na mídia empresarial, dizer que o Brasil está polarizado entre petistas e bolsonaristas. Essa polarização dividiria não apenas os votos, mas também a opinião da maioria dos brasileiros sobre um conjunto grande de temas políticos.

Uma pesquisa recente da *More in Common* mostra um panorama mais complexo e mais nuançado: uma estrutura subjacente que divide a sociedade brasileira não em dois grupos políticos, mas em seis segmentos.

Intitulada “O papel dos invisíveis na divisão política no Brasil”, a pesquisa em âmbito nacional foi feita em setembro de 2025, em parceria com a Quaest. Os pesquisadores fizeram mais de cento e cinquenta perguntas a dez mil brasileiros de todas as regiões do País para esmiuçar a opinião pública sobre temas políticos.

Sob o ponto de vista metodológico, os padrões de resposta da população brasileira foram agrupados, produzindo seis subgrupos com coerência de opinião e de identidade política — grupos com visões políticas que se mantêm consistentes ao longo dos temas abordados. Chamou-se esses subgrupos de “segmentos”. Em seguida, aprofundou-se a investigação com grupos focais que ajudaram a interpretar suas motivações, linguagem e valores.

A segmentação da sociedade brasileira oferece um retrato mais complexo da polarização política no Brasil. A polarização está concentrada principalmente nos dois pequenos segmentos que ficam nas pontas: na esquerda, os Progressistas Militantes e, na direita, os Patriotas Indignados, cada um com aproximadamente 5% da população brasileira (grifo nosso). Cada um desses dois segmentos é respaldado por um segmento mais numeroso, mais moderado e menos engajado, a Esquerda Tradicional, de um lado e os Conservadores Tradicionais, do outro. À parte desses grupos, encontramos dois segmentos grandes, os Desengajados e os Cautelosos. Esses dois segmentos numerosos não estão polarizados sobre a maioria das questões que investigamos e, juntos, compõem 54% da população brasileira (grifo nosso).

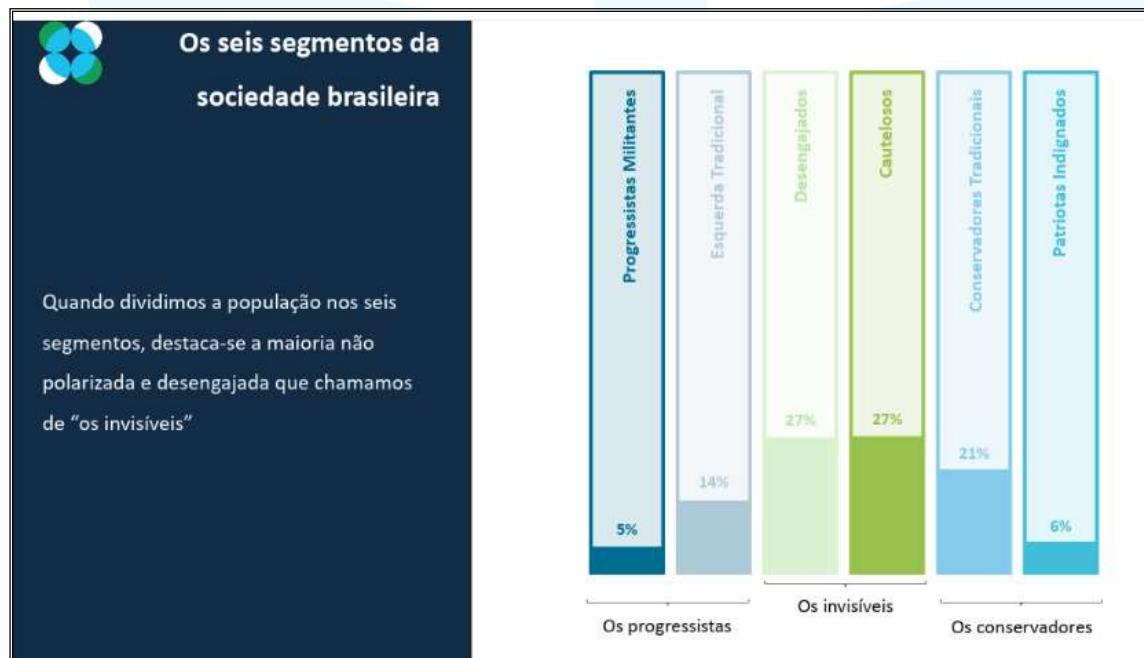




Os pesquisadores destacam que as "guerras culturais" são as disputas políticas em torno de temas morais como família e sexualidade, drogas e punição a criminosos. "No Brasil, esses temas também ficaram conhecidos como a "agenda de costumes". Os temas das guerras culturais são os mais divisivos, os motores da polarização".

Veja, abaixo, na imagem 01, a maioria da população não está polarizada, nem engajada. A esse grupo, os pesquisadores chamam-no de "invisíveis".

Figura 6 – Os seis segmentos da sociedade brasileira



Fonte: "O papel dos invisíveis na divisão política do Brasil", More in Common/Quaest 2025.

Estudiosos como Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, em *Como as Democracias Morrem*¹¹⁰, argumentam que a ameaça antidemocrática no século XXI tem se

¹¹⁰ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as Democracias Morrem. Sobre a assimetria dos riscos antidemocráticos.*





manifestado predominantemente pela direita radical. A esquerda, em suas diversas correntes, não apresenta um projeto hegemônico e antagônico de poder comparável, fragmentando-se em pautas identitárias e ecológicas que, por mais radicais que possam parecer, não constituem um polo unificado de contraposição e não ameaçam o chamado "estado democrático de direito". A narrativa de uma "ameaça esquerdistas" é, portanto, um artefato retórico necessário para a mobilização da direita radical.

O discurso da polarização pode ser visto como parte de um movimento mais amplo em que (amplos setores da) direita, especialmente em suas manifestações mais extremas, precisa construir um inimigo claro para justificar sua agenda. Ao estabelecer um "outro", que pode ser tanto uma construção ideológica quanto uma entidade simbólica, esses grupos procuram fortalecer sua identidade e mobilizar suas bases.

A construção de um antagonismo com a esquerda progressista, comunista, ou com os defensores de direitos humanos e diversidade se torna, então, uma tática para galvanizar o apoio e estabelecer um campo de batalha ideológico. Esse fenômeno tem sido bem documentado por autores como Cas Mudde¹¹¹, que analisa a ascensão de movimentos populistas de direita na Europa, e Roger Griffin¹¹², que explora a natureza do fascismo como um movimento baseado em um sentimento de apocalipse cultural e de luta contra um "inimigo" indefinido.

Zygmunt Bauman, em "Modernidade Líquida"¹¹³, sugere que na era pós-moderna, onde as identidades se tornam cada vez mais fluidas e menos ancoradas em estruturas fixas, a criação de um inimigo simbólico se torna uma ferramenta poderosa para estabilizar o caos social e fornecer um sentido de pertença e propósito. Essa estratégia é fundamental para os movimentos que, como os

¹¹¹ MUDDE, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge University Press, 2004.

¹¹² GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. St. Martin's Press, 2007.

¹¹³ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Editora Zahar, 2000.





populistas de direita ou os fundamentalistas religiosos, precisam de uma polarização constante para justificar suas posturas e ações.

A necessidade de criar um antagonista não é um acidente; está profundamente enraizada em substratos culturais ocidentais. A cultura judaico-cristã, filtrada pela filosofia grego-romana, especialmente pelo aristotelismo (com sua lógica do "ou/ou"), e posteriormente pela influência de correntes como o maniqueísmo e o gnosticismo, estruturou um imaginário baseado na luta cósmica entre o Bem e o Mal, Deus e o Diabo, a luz e as trevas.

O Maniqueísmo é caracterizado pela crença em uma dualidade fundamental, simplificando a realidade em termos de um "bem versus mal" em constante confronto. O pensamento maniqueísta não apenas influenciou fortemente o cristianismo, mas também o pensamento político, ao classificar a política como algo ruim, do mal, e partidos, ideologias ou governos como inherentemente malignos ou corruptos.

Para o maniqueísmo, o mundo é um palco de guerra entre dois princípios eternos e inconciliáveis. Embora condenada como heresia pela Igreja Católica¹¹⁴, o pensamento maniqueísta permeia profundamente a cultura ocidental.

Nesse contexto, a polarização deixa de ser um mero desacordo político para se tornar uma guerra metafísica. O oponente não é alguém com quem se discorda, mas a encarnação do Mal, um inimigo a ser aniquilado. Esta é a essência das "guerras culturais": transformar disputas políticas, valores e direitos em batalhas escatológicas, onde qualquer concessão ou diálogo é visto como traição, coisa do demônio ou pecado.

Essa lógica dualista é eficiente como estratégia de marketing político (e eleitoral) e de mobilização. Ela "arregimenta multidões e aniquila controles críticos"

¹¹⁴ Vários papas e concílios condenaram o maniqueísmo. O papa Dâmaso I em 382 e o papa Leão I em 447 emitiram condenações formais. O maniqueísmo foi oficialmente declarado heresia no Concílio de Aquileia (381) e novamente no Concílio de Niceia (325).





(Roque, 2021) porque transforma a complexidade política e social em uma "luta do bem contra o mal", um imperativo moral de Deus contra o diabo,

Em um contexto de radicalidade (com a ascensão da extrema-direita), a narrativa da polarização é essencial para a manutenção da coesão e da mobilização do polo radical.

O extremismo político precisa nomear um antagonista – mesmo que fictício, exagerado ou internamente diverso – para justificar as guerras culturais, ideológicas e religiosas. Ao simplificar o adversário como o "cidadão do mal", o polo radical mantém os afetos e crenças dos seus grupos altamente mobilizados; transforma a disputa democrática em uma batalha existencial e fortalece sua identidade ao redor de princípios morais inquestionáveis.

Portanto, a polarização, mais do que um reflexo objetivo de dois extremos simétricos, na realidade é uma condição necessária para o funcionamento e a estratégia de atuação do polo extremista, que usa a dualidade maniqueísta da cultura ocidental para legitimar a sua luta e manter a temperatura de um conflito constante.

A partir dos argumentos aqui apresentados, podemos afirmar que a polarização se revela uma ferramenta poderosa para grupos radicais que disputam o poder. Para esses grupos, a existência de um inimigo poderoso, a ser demonizado, é funcional. Porque:

- a) simplifica a complexidade dos fenômenos sociais, políticos e religiosos, reduzindo tais problemas multifacetados a uma narrativa clara de "nós contra eles", bem versus mal, Deus contra o demônio;
- b) mobiliza afetos, crenças e a subjetividade, dado que o medo, o ódio e a sensação de ameaça são mobilizadores muito mais potentes do que a esperança ou projetos de longo prazo;¹¹⁵

¹¹⁵ Como demonstram estudos em psicologia social, a coesão grupal se fortalece na presença de um inimigo comum.





- c) justifica a ação radical, pois se o outro polo é "maligno", qualquer meio é justificável para combatê-lo, incluindo a violência física e simbólica e a quebra de normas democráticas e, por fim
- d) mantém uma guerra cultural permanente, pois há uma sensação de disputas escatológicas, conservando os seguidores financeira e emocionalmente fidelizados nos grupos radicais, que se apresentam como protetores e salvadores.

Portanto, a narrativa da polarização não é um simples reflexo da realidade, mas uma construção ativa. Ela responde à necessidade estratégica de extremismos políticos e fundamentalismos religiosos de criarem um antagonista – mesmo que fictício, como a "ameaça comunista" ou a "agenda globalista" – para legitimar suas próprias identidades, mobilizar bases e perpetuar seu ciclo de influência.

Reconhecer essa dinâmica é o primeiro passo para desmontar a retórica do ódio e buscar um espaço público onde o dissenso não seja equiparado ao mal, mas à complexidade inerente da vida democrática.

6. A QUESTÃO SOCIAL

6.1 Mercado de trabalho e renda

O mercado de trabalho brasileiro entre 2023 e 2025 apresentou um movimento de recuperação parcial, mas heterogêneo, refletindo tanto o impacto tardio das políticas de estímulo econômico implementadas após a pandemia quanto a desaceleração do crescimento global. Segundo dados da PNAD Contínua (IBGE, 2025), a taxa média de desocupação recuou para 7,8%¹¹⁶, o

¹¹⁶ Desocupação recua em 18 unidades da federação no segundo trimestre de 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->





menor patamar desde 2015, representando cerca de 8,5 milhões de pessoas desempregadas. Apesar do resultado positivo, a recuperação foi desigual entre regiões, faixas etárias e grupos sociais.

O emprego formal cresceu a um ritmo moderado, com destaque para os setores de serviços (2,3%), comércio (1,9%) e construção civil (1,5%), que juntos responderam por mais da metade das novas vagas criadas. Parte dessa expansão está associada a políticas públicas de incentivo fiscal, programas de infraestrutura e recomposição do consumo doméstico. No entanto, a informalidade segue sendo um traço estrutural do mercado de trabalho brasileiro: cerca de 39% da população ocupada permanece em atividades informais, sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Esse contingente inclui trabalhadores por conta própria, empregados domésticos sem carteira assinada e ocupações temporárias em setores de baixa produtividade.

A precarização do trabalho é, portanto, um fenômeno persistente, vinculado tanto à reconfiguração tecnológica das ocupações, com o avanço de plataformas digitais e “uberização” do trabalho, quanto à fragilidade da regulação pública. Conforme o DIEESE (Boletim Emprego em Pauta, 2025), o crescimento de vínculos formais tem ocorrido sobretudo em postos de baixa remuneração, abaixo de dois salários-mínimos, o que limita o impacto positivo da formalização sobre a renda média.

As desigualdades de gênero e raça são marcantes. As mulheres negras continuam representando a maior parcela entre os ocupados na informalidade (47%), frequentemente em atividades de cuidado, serviços domésticos e comércio ambulante. Já os homens brancos estão mais concentrados em empregos formais,

[noticias/noticias/44246-desocupacao-recua-em-18-unidades-da-federacao-no-segundo-trimestre-de-2025](http://noticias.cnbb.org.br/noticias/44246-desocupacao-recua-em-18-unidades-da-federacao-no-segundo-trimestre-de-2025) Acesso: 17 out. 2025.





com rendimento médio 72% superior ao das mulheres negras¹¹⁷. Essa diferença não se explica apenas por escolaridade, mas por uma estrutura de oportunidades segmentada racial e regionalmente.

Outro aspecto importante é a heterogeneidade regional. As regiões Norte e Nordeste mantêm níveis de informalidade superiores a 50%, contrastando com o Sul (29%) e o Sudeste (33%), onde predominam atividades industriais e de serviços especializados. Essa configuração reforça a dependência de economias regionais menos diversificadas e mais vulneráveis a choques externos.

Com base nesses dados, pode-se dizer que, embora o emprego formal tenha se expandido e a taxa de desemprego caído, o Brasil ainda não superou o padrão de inserção ocupacional precária e desigual, com forte concentração em atividades de baixa produtividade e limitada proteção social.

O rendimento médio real habitual dos trabalhadores brasileiros atingiu R\$ 2.475 em 2024, o maior valor da série histórica da PNAD Contínua, representando um aumento real de cerca de 7,2% em dois anos¹¹⁸. Esse resultado reflete a recuperação do poder de compra frente à inflação, que desacelerou, e os reajustes em categorias profissionais organizadas. No entanto, as desigualdades salariais continuam expressivas e enraizadas em linhas de gênero, raça e território.

De acordo com o Observatório Brasileiro das Desigualdades (2025), as mulheres ainda recebem, em média, 73% do rendimento dos homens¹¹⁹, mesmo com níveis de escolaridade equivalentes ou superiores. Entre as mulheres negras, o

¹¹⁷ Mulheres negras são 69,9% no serviço doméstico ou de cuidados no Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15656-mulheres-negras-sao-69-9-no-servico-domestico-ou-de-cuidados-no-brasil> Acesso: 17 out. 2025.

¹¹⁸ Renda média dos trabalhadores brasileiros apresenta aumento interanual de 4,3% no quarto trimestre de 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15629-renda-media-dos-trabalhadores-brasileiros-apresenta-aumento-interanual-de-4-3-no-quarto-trimestre-de-2024> Acesso: 17 out. 2025.

¹¹⁹ Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades – 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2025/relatorioDesigualdades.html> Acesso: 17 out. 2025.





rendimento médio é 46% inferior ao dos homens brancos, evidenciando a sobreposição das desigualdades raciais e de gênero. Além disso, o rendimento médio no Nordeste (R\$ 1.750) equivale a apenas 64% da média nacional, enquanto o Sudeste (R\$ 2.735) e o Sul (R\$ 2.890) concentram as faixas salariais mais elevadas.

O Coeficiente de Gini, indicador de desigualdade de renda, recuou de 0,565 em 2021 para 0,534 em 2024¹²⁰, sinalizando uma melhora modesta, mas consistente. Essa redução é atribuída à combinação de fatores: a) aumento do salário-mínimo real; b) ampliação dos programas de transferência de renda (como o Bolsa Família reformulado); c) recuperação de empregos formais e d) crescimento dos rendimentos do trabalho entre os 40% mais pobres.

Contudo, especialistas do IPEA (2025) alertam que esse movimento ainda é conjuntural e depende da manutenção das políticas públicas de proteção social e valorização salarial¹²¹. A renda dos 10% mais ricos ainda é cerca de 15,5 vezes maior que a dos 40% mais pobres, o que demonstra que o país permanece entre os mais desiguais do mundo.

As disparidades regionais reforçam o papel do Estado na coordenação de políticas de desenvolvimento territorial. O Nordeste, embora apresente forte dinamismo em setores de energia e turismo, continua limitado por baixos investimentos em inovação e infraestrutura. Já o Centro-Oeste experimenta expansão do agronegócio, mas sem geração equivalente de empregos urbanos e industriais. Esse quadro reflete uma estrutura produtiva concentrada e excludente, que demanda estratégias integradas de diversificação econômica e redistribuição de oportunidades.

¹²⁰ Índice de Gini: desigualdade em metrópoles tem menor nível histórico. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-10/indice-de-gini-desigualdade-em-metropoles-tem-menor-nivel-historico> Acesso: 17 out. 2025.

¹²¹ Desenvolvimento sustentável, diversidade e apoio a políticas públicas marcam atuação do Ipea em 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15566-desenvolvimento-sustentavel-diversidade-e-apoio-a-politicas-publicas-marcam-atuacao-do-ipea-em-2024> Acesso: 17 out. 2025.





A elevação do rendimento médio, aliada à redução do desemprego e à ampliação das políticas de transferência de renda, resultou em uma expansão do consumo das famílias ao longo de 2024 e 2025. Segundo o IBGE (Sistema de Contas Nacionais, 2025), o consumo das famílias cresceu 2,9% em termos reais, impulsionado pela recomposição da massa salarial e pela melhoria das condições de crédito. A renda dos 40% mais pobres, em particular, aumentou cerca de 11% no período, refletindo o impacto redistributivo das políticas públicas¹²².

Entretanto, o endividamento das famílias brasileiras permanece elevado, atingindo 48,8% do rendimento anual médio, conforme o Banco Central (Relatório de Estabilidade Financeira, 2025)¹²³, e limita o potencial de crescimento sustentado do consumo. O custo de itens essenciais, como alimentação, energia e transporte, ainda pressiona o orçamento doméstico, especialmente entre os segmentos de baixa renda. O peso do aluguel e da habitação aumentou nas regiões metropolitanas, enquanto os preços de alimentos básicos continuam voláteis, afetando o poder de compra das famílias mais pobres.

Apesar disso, há evidências de recomposição do padrão de consumo popular, com crescimento das vendas no varejo de bens não duráveis e na economia de serviços pessoais. O DIEESE (2025) destaca que o aumento real do salário-mínimo, que atingiu R\$ 1.518 em 2025, contribuiu para dinamizar o consumo de massa, especialmente em municípios de pequeno e médio porte¹²⁴.

Para os próximos anos, as perspectivas de consumo e renda dependerão fortemente da manutenção de um quadro macroeconômico estável e de políticas ativas de emprego e crédito. O desafio consiste em transformar o consumo

¹²² IBGE – Rendimento, despesa e consumo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo.html> Acesso: 17 out. 2025.

¹²³ Banco Central do Brasil. Relatório de Estabilidade Financeira – Abril 2025. Disponível em: <https://share.google/J0721r1fJfCJfr9Fj> Acesso: 17 out. 2025.

¹²⁴ DIEESE. Nota técnica: salário-mínimo de R\$ 1.518,00 em 2025. Disponível em: <https://share.google/c5RQXNnarHkNyKjAF> Acesso: 17 out. 2025.





conjuntural em bem-estar estrutural, consolidando ganhos de renda de modo sustentável. Isso implica reforçar o papel da política salarial, ampliar a formalização do trabalho e fomentar investimentos em setores intensivos em emprego e inovação.

Em síntese, o mercado de trabalho brasileiro em 2025 apresenta avanços parciais, mas ainda enfrenta desafios estruturais profundos: alta informalidade, desigualdade de gênero e raça, e concentração regional da renda. O crescimento do emprego e do consumo revela capacidade de resiliência da economia e das políticas públicas, mas exige continuidade das ações de redistribuição e fortalecimento do trabalho digno. O cenário para 2026-2027 dependerá da consolidação de políticas de inclusão produtiva e da estabilidade macroeconômica, condições essenciais para sustentar uma trajetória de desenvolvimento equitativo e duradouro.

6.2 Desafios estruturais

Em nossa análise de conjuntura de abril de 2025, abordamos diversos aspectos das persistentes e injustas desigualdades estruturais que, além de prejudicarem muitos brasileiros, representam barreiras significativas ao desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental do país. Naquele texto, destacamos que, embora 56% da população não se identifique como branca, os indivíduos não brancos são desproporcionalmente afetados pelas desigualdades em comparação com os brancos. Similarmente, apesar de as mulheres representarem 51,4% da população, elas enfrentam diversas desvantagens em relação aos homens. Demonstramos que essas desigualdades se manifestam em





diversas dimensões, incluindo renda do trabalho, educação, participação política, saúde e acesso a serviços básicos, como saneamento, coleta de lixo internet¹²⁵.

Neste texto, retomamos o tema das desigualdades para ressaltar os resultados recentes e os desafios que ainda persistem. O Relatório de 2025 do Observatório Brasileiro das Desigualdades¹²⁶ chama a atenção para o fato de que, apesar de alguns progressos pontuais, a desigualdade de renda continua a ser uma característica marcante da sociedade brasileira. Segundo o relatório, em 2024, o rendimento médio real apresentou um crescimento modesto. No entanto, a disparidade entre homens e mulheres se manteve, com as mulheres ganhando, em média, apenas 73% do rendimento masculino. As desigualdades raciais também persistiram, com as mulheres negras enfrentando os maiores obstáculos no mercado de trabalho e na obtenção de renda. A concentração de riqueza permaneceu alarmante, com o 1% mais rico detendo uma parcela desproporcional da renda nacional. O sistema tributário, caracterizado pela regressividade, agrava ainda mais essa situação, onerando as famílias de baixa renda de forma desproporcional. As desigualdades de gênero e raça também se refletem na educação, na saúde e na política, limitando as oportunidades e o acesso a direitos para grupos específicos da população.

O relatório aprofunda a análise das desigualdades em diversas áreas temáticas, revelando nuances importantes e desafios específicos. Na dimensão da educação, destaca-se a persistência de desigualdades raciais e de gênero, evidentes em todos os níveis de ensino, desde o acesso à creche até o ensino superior. Crianças negras têm menos acesso à creche, enquanto mulheres negras

¹²⁵ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Conjuntura Nacional – Abril 2025. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/CONJUNTURA-NACIONAL-Abril-2025-1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

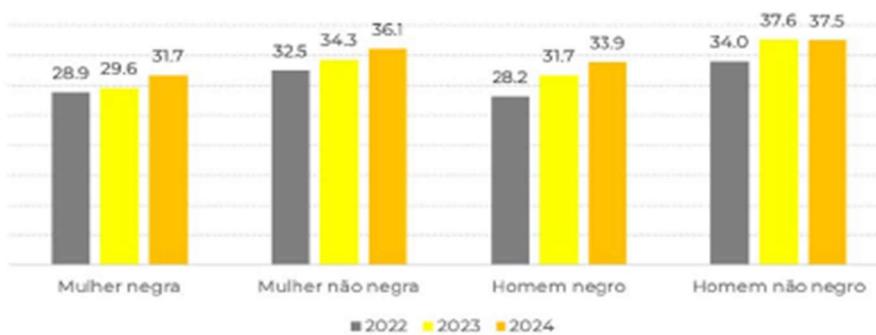
¹²⁶ Plataforma Combate às Desigualdades. Relatório Anual 2025. Disponível em: https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2025/08/RELATORIO_2025_AF.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.





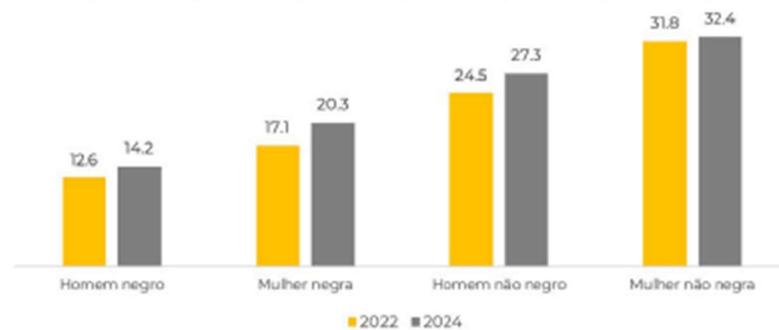
enfrentam barreiras adicionais no acesso ao ensino superior e no mercado de trabalho, conforme ilustrado nas figuras 1 e 2 a seguir.

Gráfico 3 – Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentavam creche, por sexo, segundo Raça/Cor, Brasil, 2022 a 2024.



Fonte: Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2025 | Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades. P. 17

Gráfico 4 – Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior, por sexo e cor/raça, - Brasil, 2022 e 2024



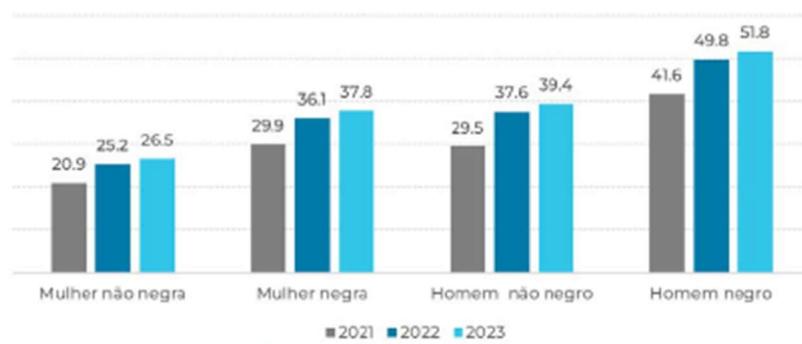
Fonte: Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2025 | Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades. P. 20





Da mesma forma, na dimensão saúde, as desigualdades em saúde se manifestam em altas taxas de mortalidade infantil e materna, especialmente entre as populações negras e indígenas. As dificuldades de acesso aos serviços de saúde, a falta de infraestrutura adequada e as desigualdades sociais contribuem para este cenário. A mortalidade por causas evitáveis é maior entre os negros, evidenciando a necessidade de políticas de saúde específicas e focalizadas. Conforme ilustrado na figura 3,

Gráfico 5 - Taxa de óbitos por causas evitáveis de indivíduos com idade entre 5 e 74 anos, por sexo e cor/raça - Brasil, 2021 a 2023



Fonte: Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2025 | Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades. P. 27

Em 2023, a taxa de mortes evitáveis foi maior entre negros: 51,8% para homens e 37,8% para mulheres, em comparação a 39,4% e 26,5% entre não negros. Entre 2023 e 2025, o número de pessoas que moravam em áreas de risco geológico aumentou em 7,5% e chegou a 4,3 milhões de pessoas (IBGE, 2025).

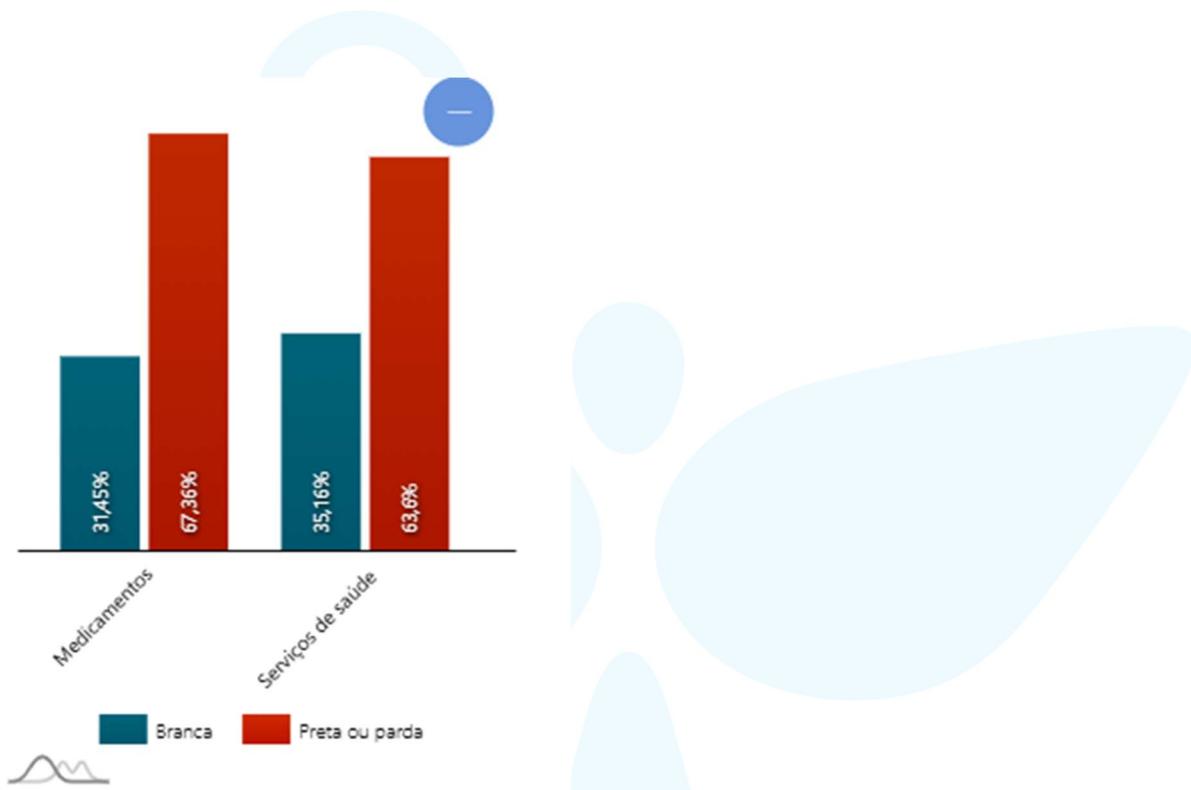
Além disso, na dimensão saúde, apesar da importância do SUS, ainda é necessário melhor os serviços de saúde para todos e especialmente para a população negra. Conforme ilustra a figura 4, o percentual de pessoas com





demandas de medicamentos e outros serviços de saúde não atendidos é elevado e entre a população negra esses percentuais são superiores a 60%.

Gráfico 6 – Proporção de pessoas com demanda não atendida em saúde (%)



Fonte: IBGE - <https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/>

Essas desigualdades de gênero e raça em educação e saúde também persistem no mercado de trabalho com disparidades salariais entre homens e mulheres, entre negros e não negros. Além disso, a concentração de renda no topo da pirâmide social é alarmante com o 1% mais rico detendo uma parcela desproporcional da riqueza nacional. Apesar disso, o Boletim Desigualdade nas





Metrópoles¹²⁷, realizado em colaboração entre o INCT Observatório das Metrópoles, o PUCRS-Data Social e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL) analisou o período de 2012 a 2024 e trouxe sinais de esperança.

De acordo com o estudo, no período entre 2021 e 2024 o Coeficiente de Gini diminuiu de 0,565 para e a razão entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres passou de 19,2 para 15,5 vezes. A redução na desigualdade de renda ocorreu na maioria das regiões metropolitanas, com exceção de Curitiba, Florianópolis, Grande São Luís e Vale do Rio Cuiabá. Especialmente de 2023 para 2024 a redução foi importante com o Coeficiente de Gini caindo de 0,550 para 0,534 e a razão de renda de 17,1 para 15,5. Além disso, outro aspecto positivo destacado pelo relatório foi que pela segunda vez consecutiva, a média de renda atingiu o maior valor da série histórica, chegando a R\$2.475 em 2024, considerando o conjunto das regiões metropolitanas. Isso evidenciou uma tendência de crescimento da renda média em todas as regiões metropolitanas entre 2021 e 2024 com o maior aumento proporcional da renda tendo sido verificado na camada mais pobre da população. A renda dos 40% mais pobres nas regiões metropolitanas cresceu, atingindo os maiores valores da série histórica em 2023 e 2024 (R\$670).

Esse aumento na renda dos mais pobres resultou em queda na taxa de pobreza nas regiões metropolitanas, variando de 31,1% para 19,4%. Como consequência, a taxa de pobreza atingiu o menor valor da série histórica em 2024. Desde 2021, 9,5 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza nas metrópoles brasileiras. A partir de 2021, também houve uma redução expressiva da taxa de extrema pobreza, chegando a 3,3% em 2024. Isso indica que mais de 2,8 milhões

¹²⁷ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Boletim Desigualdades nas Metrópoles – 2025. Disponível em: <https://www.pucrs.br/datasocial/boletim-desigualdades-nas-metropoles/#aba2025>. Acesso em: 29 out. 2025.

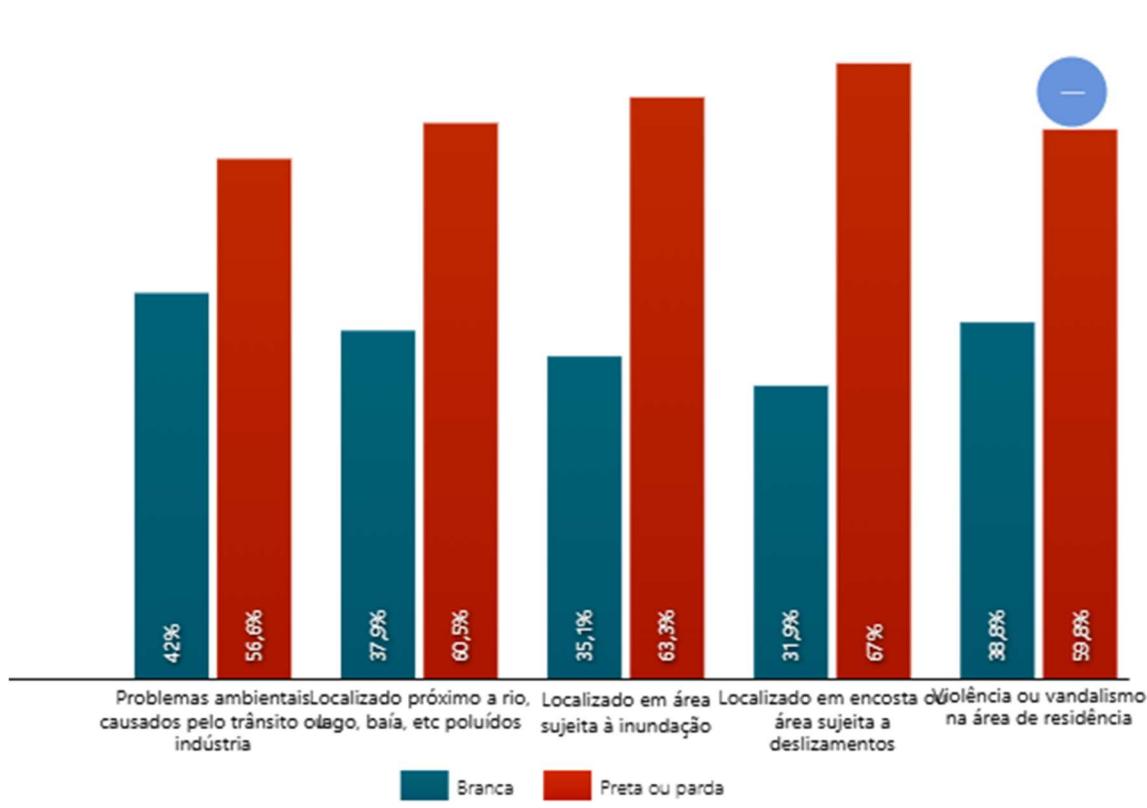




de pessoas saíram da situação de pobreza extrema no Brasil metropolitano desde 2021.

Apesar dos resultados positivos na dimensão renda, a dimensão clima e meio ambiente, ainda é um desafio para toda população, mas apresenta forte relação com as desigualdades raciais, como pode ser visto na figura 5. Conforme ilustrado na figura, para todas as situações de risco, o percentual de pretos e pardos é mais elevado do que o percentual de brancos em situação de risco.

Gráfico 7 – Percentual de pessoas de acordo com a avaliação de situação de risco.



Fonte: IBGE - <https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/>

Diante disso, o enfrentamento às mudanças climáticas é uma das mais importantes agendas para combater desigualdades. A mudança no uso da terra,





o desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa afetam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis. É necessário investir em políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com foco na justiça social e na proteção das comunidades mais desfavorecidas.

As desigualdades também se revelam na dimensão segurança alimentar. As questões de segurança alimentar e da desnutrição no Brasil revelam a persistência de desigualdades raciais, de gênero e regionais no acesso a alimentos adequados e saudáveis. As famílias negras, as populações indígenas e os moradores das regiões Norte e Nordeste enfrentam os maiores desafios nesse campo. As políticas de segurança alimentar precisam ser ampliadas e fortalecidas, com foco na promoção da equidade e da justiça social.

Também cabe destacar a dimensão territorial das desigualdades, que segundo o Relatório de 2025 do Observatório Brasileiro das Desigualdades¹²⁸ são uma marca distintiva do Brasil, com disparidades regionais expressivas no acesso a serviços básicos, educação, saúde e oportunidades econômicas. Um modelo territorial integrado com enfoque local poderia promover novas maneiras de combater a concentração de pobreza e desigualdade, reduzindo de forma abrangente desigualdades.

Na dimensão da segurança pública, a violência e a criminalidade continuam a afetar desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis da sociedade, especialmente jovens e negros. As mortes decorrentes de intervenção policial e os feminicídios atingem a população negra e as mulheres de maneira desproporcional. A criminalidade se manifesta de formas que ampliam a desigualdade entre grupos sociais e territórios.

¹²⁸ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Boletim Desigualdades nas Metrópoles – 2025. Disponível em: <https://www.pucrs.br/datasocial/boletim-desigualdades-nas-metropoles/#aba2025>. Acesso em: 29 out. 2025.





De acordo com o Atlas da Violência 2025¹²⁹, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2023, o Brasil registrou uma redução de 2,3% na taxa de homicídios por 100 mil habitantes, alcançando o menor índice dos últimos 11 anos. Contudo, essa diminuição não se traduziu em uma percepção generalizada de segurança, com 29% dos entrevistados indicando a criminalidade como o principal problema do país, um aumento significativo em relação ao ano anterior. Essa aparente contradição pode ser explicada pela mudança nos padrões de criminalidade, onde a redução de crimes contra o patrimônio é compensada pelo aumento do estelionato digital e da violência letal em grupos específicos. Por exemplo, a morte violenta é a principal causa de óbito de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil. Em 2023, 34% das mortes de jovens no país foram resultado de homicídios. Jovens negros, especialmente os que vivem em áreas periféricas, enfrentam pobreza, necessidade de trabalhar, discriminação e falta de acolhimento.

Ademais, a persistência da violência contra as mulheres no Brasil continua sendo uma das expressões mais alarmantes das desigualdades de gênero no país. Os dados do sistema de saúde revelam números elevados de homicídios femininos e de agressões a mulheres, evidenciando a continuidade desse fenômeno estrutural. Em 2024, 1.492 mulheres foram vítimas de feminicídio.

Na mesma direção, os dados do Atlas da Violência 2025 evidenciam um aumento nos registros de casos de violência contra pessoas LGBTQIAPN+. De 2022 para 2023, os casos de violência contra homossexuais e bissexuais registrados no sistema de saúde aumentaram 35%, enquanto os casos de violência contra pessoas transsexuais e travestis aumentaram em 43%, sendo o aumento mais

¹²⁹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atlas da Violência 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.





expressivo entre os homens transsexuais, embora o volume de registros de vítimas mulheres transsexuais permaneça em um patamar consideravelmente superior."

7 CONCLUSÃO E SINAIS DE ESPERANÇA

Um dos maiores sinais de esperança é o final de uma guerra. Estamos terminando o ano com a boa notícia, a possibilidade de se concretizar um plano de paz para a Palestina e o fim do genocídio em Gaza. Em inúmeras cidades de diferentes países do planeta, a população saiu às ruas e se mobilizou em solidariedade ao povo palestino. Um grupo significativo de países passaram a reconhecer o Estado da Palestina. Toda essa mobilização resultou em um plano de paz, que está sendo posto em prática.

A manifestação popular, fundamental para a solidariedade ao povo palestino e essencial para a revitalização das democracias, marcou também o mês de outubro de 2025 nos EUA. Milhares de pessoas saíram às ruas clamando por "democracia, não monarquia", e reafirmando que "a Constituição não é opcional" e "sem reis". Mais de 2500 protestos contra as políticas discriminatórias e antidemocráticas de Donald Trump, em cidades como Washington, Chicago, Miami, Los Angeles e New York.¹³⁰

O encontro entre os presidentes Lula e Trump na Malásia não foi apenas uma fotografia nas páginas dos grandes jornais, mas uma indicação de que a resistência às pressões da economia central pode resultar em soluções positivas para os países periféricos. O multilateralismo ganha força em um processo de superação da unipolaridade.

Num mundo caracterizado pela policrise, marcado pelo crescimento da extrema direita, dos fundamentalismos religiosos e dos ataques à democracia, a

¹³⁰ BBC News Brasil. Papa Leão XIV fala sobre desigualdades e solidariedade global. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0gxrp6791o>. Acesso em: 29 out. 2025.





volta da solidariedade nas ruas e as manifestações de independência e soberania das nações são bons augúrios.

A perspectiva de solução para a policrise passa pelo cuidado com os pobres e com o planeta, nossa casa comum. Assim, boas notícias também nos chegam do Vaticano, onde o Papa Leão XIV lançou a exortação apostólica "Dilexi Te" – eu te amei –, um importante documento para reafirmar o Evangelho a partir dos pobres. A exortação reafirma que a fé cristã não pode ser separada do amor concreto, da justiça social e da transformação das estruturas que geram miséria e exclusão. "Não se trata de levar Deus aos pobres, mas de encontrá-Lo ali".¹³¹

Nessa perspectiva, o Papa recebeu os movimentos populares em Roma, para o V Encontro Internacional e a Peregrinação Jubilar. Recordando seu antecessor Francisco, reiterou que "terra, teto e trabalho" são "direitos sagrados".¹³²

O Brasil vive um momento de melhora conjuntural – com queda da pobreza, crescimento da renda média e ampliação do emprego —, mas tais avanços permanecem frágeis e desiguais. A consolidação desses progressos depende de uma estratégia integrada de políticas públicas que articule valorização do trabalho, inclusão produtiva, combate às discriminações, desenvolvimento territorial e justiça climática. O país precisa ir além da recuperação econômica e transformar o atual ciclo de crescimento em um processo sustentável de inclusão e dignidade, onde o bem-estar não seja privilégio de poucos, mas direito de todos.

No campo político, estamos presenciando um importante processo de reafirmação da democracia. O julgamento e condenação dos envolvidos com a

¹³¹ Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral (Santa Sé). *Dilexi Te* – Exortação Apostólica de Papa Leão XIV sobre o amor aos pobres. Disponível em: https://www.humandevelopment.va/pt/news/2025/dilexi_te_esortazione_apostolica_di_papa_leon_xiv_sull_amore_verso_i_poveri.html. Acesso em: 29 out. 2025.

¹³² Vatican News. Papa Leão XIV encontra movimentos populares e fala sobre solidariedade nas periferias. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-10/papa-leao-encontro-movimentos-populares-periferias-solidariedade.html>. Acesso em: 29 out. 2025.





tentativa de golpe de Estado, muito além de fazer justiça, está se tornando uma ação educativa para sociedade.

A memória dos horrores das ditaduras se transforma em atos simbólicos de profundo interesse para a democracia. Assim o foi na Catedral da Sé, em São Paulo, com o ato por justiça às vítimas da ditadura e memória da resistência do jornalista Vladimir Herzog.

Segundo Dom Odilo, o evento reverencia vítimas do autoritarismo e da intolerância, serve para reafirmar a importância da resistência dos religiosos em 1975. "Se estamos aqui sem medo de retaliação e com liberdades democráticas consolidadas, devemos isso também àqueles que pagaram um alto preço com seu sangue e sua vida."¹³³

Ainda no ato da Sé, a ministra do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, manifestou-se:

Estou presente a este ato para, na qualidade de presidente da Justiça Militar da União, pedir perdão a todos que tombaram e sofreram lutando pela liberdade. Pedir perdão pelos erros e as omissões judiciais cometidas durante a ditadura. Eu peço perdão a Vladimir Herzog e sua família. A Paulo Ribeiro Bastos e a minha família. A Rubens Paiva e à Miriam Leitão e seus filhos. A José Dirceu. A Aldo Arantes. A José Genoíno e Paulo Vannuchi. A João Vicente Goulart e a tantos outros homens e mulheres que sofreram com as torturas, as mortes, os desaparecimentos forçados e o exílio. Eu peço, enfim, perdão à sociedade brasileira e à história do país.¹³⁴

¹³³ ICL Notícias. Ato relembrava Herzog após 50 anos e religiosos exaltam resistência por democracia. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/ato-relembra-herzog-apos-50-anos-e-religiosos-exaltam-resistencia-por-democracia/>. Acesso em: 29 out. 2025.

¹³⁴ Brasil de Fato. Por justiça às vítimas da ditadura e memória da resistência de Herzog, centenas se reúnem na Catedral da Sé. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/10/25/por-justica-as-vitimas-da-ditadura-e-memoria-da-resistencia-de-herzog-centenas-se-reunem-na-catedral-da-se/>. Acesso em: 29 out. 2025.

